



Universidade de Brasília  
Faculdade de Direito

Dâmaris Regina Dias Guimarães da Rocha

**ANÁLISE ESTATÍSTICA ACERCA DA RELEVÂNCIA DO “VOTO DE  
QUALIDADE” PARA O ÊXITO DO FISCO NO CARF:  
uma análise econômica do instituto**

Brasília  
2016



Universidade de Brasília  
Faculdade de Direito

Dâmaris Regina Dias Guimarães da Rocha

**ANÁLISE ESTATÍSTICA ACERCA DA RELEVÂNCIA DO “VOTO DE  
QUALIDADE” PARA O ÊXITO DO FISCO NO CARF:  
uma análise econômica do instituto**

*Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.*

*Orientador: Prof. Dr. Valcir Gassen*

Brasília  
2016

Dâmaris Regina Dias Guimarães da Rocha

**ANÁLISE ESTATÍSTICA ACERCA DA RELEVÂNCIA DO “VOTO DE  
QUALIDADE” PARA O ÊXITO DO FISCO NO CARF:  
uma análise econômica do instituto**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Brasília, \_\_ de Junho de 2016.

---

Valcir Gassen  
(orientador)

---

Henrique Haruki Arake Cavalcante  
(membro titular)

---

Antônio de Moura Borges  
(membro titular)

---

Pedro Júlio Sales D'Araújo  
(membro suplente)

## AGRADECIMENTOS

Este tópico, do ponto de vista formal, é opcional, de modo que eu poderia, simplesmente, não inseri-lo nesse já tão extenso trabalho de monografia. Porém, há tantas pessoas que, de um modo direto ou indireto, contribuíram para a realização dele que seria injusto não nomeá-las.

Antes de tudo, informo ao leitor que, apesar de estar sendo executado em 2016, o tema aqui trabalhado surgiu em meu campo de ideias no ano de 2014 quando, em minha primeira experiência profissional, fui inserida no contexto do CARF. Nesse sentido, é mister agradecer ao Dr. Tiago Conde Teixeira e ao Dr. Pedro Júlio, bem como toda saudosa equipe do escritório Sacha Calmon & Misabel Derzi, por, pacientemente, terem me apresentado a esse Conselho e terem me dado a oportunidade de conhecer este ambiente tão dinâmico e que me proporcionou tanto aprendizado.

Ainda neste tempo remoto, tive o prazer de conhecer o professor Henrique Arake, profissional em quem me espelho e que me apresentou à Análise Econômica do Direito. Obrigada por toda disposição que sempre teve em me orientar nos mais diversos assuntos, inclusive, nesta monografia.

Caminhando para o presente, quero agradecer ao professor Valcir Gassen, meu orientador, por ter topado, de pronto, orientar minha proposta de pesquisa, sempre confiando no meu trabalho.

Do mesmo modo, agradeço aos professores Antônio de Moura Borges e Pedro Júlio por terem aceitado o convite para compor minha banca de defesa. Agradeço a confiança e a disposição.

Preciso agradecer muitíssimo a uma pessoa que influenciou diretamente na execução deste projeto: meu namorado Matheus Correia que, com seus conhecimentos em estatística mais recentes que os meus, ajudou-me na elaboração da minha metodologia. Obrigada pela paciência e pelo amor com que se dedicou a me ajudar. Agradeço ainda ao meu irmão Thiago Guimarães (obrigada por sempre me socorrer quando tive panes no computador e me desesperei achando que ia perder tudo), à minha amada e dedicada mãe, que sempre me apoia direta e indiretamente em meus projetos, e ao meu padrasto Agnelo pelo suporte familiar.

O rol de agradecimentos é extenso, porém não é taxativo, parafraseando o professor Arake. Agradeço a todos os amigos e colegas que se dispuseram a ler um trecho que fosse desta monografia só para amenizar minha insegurança.

## RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar, estatisticamente, o processo decisório dentro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), com especial ênfase nos julgamentos decididos pelo voto de qualidade. A partir desta análise, buscou-se verificar a existência de favorecimento à Fazenda Nacional em razão deste instituto para que, por meio da aplicação da metodologia da Análise Econômica do Direito, fosse possível propor medidas para mitigar esta situação. Ao longo da pesquisa, foi constatado, a partir de testes estatísticos entre proporções, que, no ano de 2014, houve uma desproporção entre as decisões favoráveis ao contribuinte e favoráveis à Fazenda por voto de qualidade, o que confirmou a hipótese do trabalho de que o voto de qualidade favorece desproporcionalmente a Fazenda nas decisões do CARF. A partir destes resultados e aplicando a abordagem normativa da AED, foram propostas medidas para mitigar esta situação.

**Palavras-chave:** CARF; Análise Econômica do Direito; voto de qualidade;

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	20
Figura 2: Fluxograma – porção administrativa do CARF. ....	20
Figura 3: Fluxograma – porção judicante do CARF. ....	21
Figura 4: Recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	38
Figura 5: Decisões nos recursos dos contribuintes na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	39
Figura 6: Decisões nos recursos da Fazenda na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	39
Figura 7: Decisões por recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. ....	40
Figura 8: Decisões por unanimidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. ....	42
Figura 9: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. .....	43
Figura 10: Recursos na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014. ....	44
Figura 11: Decisões nos recursos dos contribuintes na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014. ....	45
Figura 12: Decisões nos recursos da Fazenda na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	45
Figura 13: Decisões por recurso na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.....	46
Figura 14: Decisões por unanimidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem....	48
Figura 15: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem. .....	49
Figura 16: Recursos na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	50
Figura 17: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	51
Figura 18: Decisões nos Recursos da Fazenda na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	51
Figura 19: Decisões por recurso na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.....	52
Figura 20: Decisões por unanimidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem....	54
Figura 21: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. .....	55
Figura 22: Recursos na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014. ....	56
Figura 23: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.....	57
Figura 24: Decisões nos Recursos da Fazenda na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014. ....	57
Figura 25: Decisões por recurso na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.....	58
Figura 26: Decisões por unanimidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem....	60
Figura 27: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem. .....	61

Figura 28: Recursos na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	62
Figura 29: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	63
Figura 30: Decisões nos Recursos da Fazenda na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	63
Figura 31: Decisões por recurso na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.....	64
Figura 32: Decisões por unanimidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. ....	66
Figura 33: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem. .....	67
Figura 34: Recursos na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	68
Figura 35: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	69
Figura 36: Decisões nos Recursos da Fazenda na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014. ....	69
Figura 37: Decisões por recurso no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em porcentagem.....	70
Figura 38: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem na 3ªS, 4ªC, 2ª TO em porcentagem.....	72
Figura 39: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em porcentagem. .....	73
Figura 40: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	74
Figura 41: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014.	75
Figura 42: Decisões nos Recursos da Fazenda na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014. ....	75
Figura 43: Decisões por recurso na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em porcentagem. ....	76
Figura 44: Decisões por unanimidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em porcentagem. .....	78
Figura 45: Decisões por voto de qualidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 porcentagem. .....	79
Figura 46: Recursos no ano de 2014 por amostragem.....	80
Figura 47: Decisões nos Recursos dos Contribuintes no ano de 2014 por amostragem. ....	81
Figura 48: Decisões nos Recursos da Fazenda no ano de 2014 por amostragem. ....	82
Figura 49: Decisões por recurso no ano de 2014 por amostragem em porcentagem. ....	82
Figura 50: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em porcentagem. ....	84
Figura 51: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em porcentagem. .....	85
Figura 52: Curva de Distribuição Normal para um teste com 99% de confiabilidade.....	91
Figura 53: Curva de Distribuição Normal Acumulada à Direita para um teste com 99% de confiabilidade. ....	95

Figura 54: Tabela de Distribuição Normal .....	102
Figura 55: Tabela de Distribuição Normal Acumulada.....	103



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014,.....	38
Tabela 2: Decisões por recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ..	41
Tabela 3: Decisões por unanimidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. .....	42
Tabela 4: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	43
Tabela 5: Recursos na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.....	44
Tabela 6: Decisões por recurso na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	47
Tabela 7: Decisões por unanimidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. .....	48
Tabela 8: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	49
Tabela 9: Recursos na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	50
Tabela 10: Decisões por recurso na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ..	53
Tabela 11: Decisões por unanimidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. .....	54
Tabela 12: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	55
Tabela 13: Recursos na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.....	56
Tabela 14: Decisões por recurso na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ..	59
Tabela 15: Decisões por unanimidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. .....	60
Tabela 16: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	61
Tabela 17: Recursos na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	62
Tabela 18: Decisões por recurso na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ..	65
Tabela 19: Decisões por unanimidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. .....	66
Tabela 20: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos. ....	67
Tabela 21: Recursos na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.....	68

Tabela 22: Decisões por recurso no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em números absolutos...	71
Tabela 23: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem na 3ªS, 4ªC, 2ª TO em números absolutos. ....	72
Tabela 24: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em números absolutos. ....	73
Tabela 25: Recursos na 1ª Turma CSRF no ano de 2014.....	74
Tabela 26: Decisões por recurso na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos. ....	77
Tabela 27: Decisões por unanimidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos. ....	78
Tabela 28: Decisões por voto de qualidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos. ....	79
Tabela 29: Recursos no ano de 2014 por amostragem. ....	80
Tabela 30: Decisões por recurso no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	83
Tabela 31: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	84
Tabela 32: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	85
Tabela 33: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	87
Tabela 34: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	87
Tabela 35: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem.....	88
Tabela 36: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos. ....	89
Tabela 37: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem.....	89

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – Sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)</b> .....	15
1.1. Competência.....	15
1.2. Importância .....	15
1.3. História.....	16
1.4. Estrutura .....	19
1.5. Regimento Interno.....	25
1.6. A questão da paridade .....	26
1.7. O voto de qualidade.....	27
1.8. O voto de qualidade favorece desproporcionalmente a Fazenda?.....	28
<b>CAPÍTULO II – Sobre a Análise Econômica do Direito (AED)</b> .....	30
2.1. Conceituando.....	30
2.2. Surgimento e contexto histórico.....	31
2.3. Aplicabilidade da AED nas análises jurídicas.....	33
2.4. Por que a AED é foi escolhida para nortear este trabalho? .....	34
2.5. Objeto de estudo da AED e aplicação a este trabalho .....	35
<b>Capítulo III – Apresentação de dados por turma</b> .....	37
3.1. Primeira Seção .....	38
3.1.1. Segunda Turma Ordinária da Segunda Câmara (1ªS, 2ªC, 2ªTO) .....	38
3.1.2. Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara (1ªS, 3ªC, 1ªTO).....	44
3.2. Segunda Seção .....	50
3.2.1. Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara (2ªS, 1ªC, 2ªTO) .....	50
3.2.2. Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara (2ªS, 3ªC, 1ªTO).....	56
3.3. Terceira Seção.....	62
3.3.1. Segunda Turma Ordinária da Segunda Câmara (3ªS, 2ªC, 2ªTO) .....	62
3.3.2. Segunda Turma da Quarta Câmara (3ªS, 4ªC, 2ªTO) .....	68
3.4. Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais .....	74
<b>Capítulo IV – Apresentação de dados gerais e análise estatística</b> .....	80
4.1. Dados gerais .....	80
4.2. Análise estatística.....	86
<b>CONCLUSÃO</b> .....	98
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	100
<b>ANEXOS</b> .....	102



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará acerca do processo decisório dentro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com especial interesse no instituto do voto de qualidade, mecanismo regimentalmente previsto para solução de empates em votações nos julgamentos das turmas. A intenção da pesquisa é verificar se tal instituto prejudica a paridade de forças entre contribuintes e Fisco de modo a favorecer este último.

Essa questão da paridade no processo decisório dentro do CARF ganhou espaço nas discussões atuais quando do surgimento da Operação Zelotes, deflagrada em fevereiro de 2015. Segundo foi informado pela Polícia Federal, que investiga o caso, teria havido tráfico de influências entre os conselheiros do CARF para que decisões fossem tomadas a favor do contribuinte.

Em razão desta operação, foram suspensas as atividades do CARF e consideradas diversas alternativas para solucionar possíveis problemas desse tipo no Conselho. Em meio a estas discussões, surgiu, como possível “justificativa” para as fraudes, a dificuldade que os contribuintes enfrentariam para lograr êxito em suas demandas neste órgão administrativo. Nesse escopo, foram feitos questionamentos acerca de uma prevalência de decisões que favoreceriam a Fazenda, além da possibilidade de ser o voto de qualidade um importante instrumento de favorecimento da Fazenda dentro do Conselho.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar este processo decisório a fim de mensurar se o instituto do voto de qualidade exerce alguma influência na relação entre êxito da Fazenda e êxito do contribuinte, além de verificar se existe realmente uma predominância de êxitos da Fazenda no Conselho.

Para tanto, será feito um levantamento de dados que serão estatisticamente testados, esperando-se que estes sejam capazes de revelar, do ponto de vista matemático, como são decididas as questões dentro do CARF.

Para realização desta pesquisa, serão selecionadas, aleatoriamente, 6 (seis) turmas ordinárias do CARF, de um total de 35 (trinta e cinco) e 1 (uma) turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), sendo 3 (três) o número total de turmas. No caso das turmas ordinárias, foram escolhidas 2 (duas) por Seção, sendo que o CARF possui 3 (três) Seções com uma média de 12 (doze) turmas julgadoras em cada. Já para a CSRF, entendeu-se que a análise de apenas 1 turma, o que representa 1/3 (um terço) das turmas julgadoras, propiciaria um número suficiente de acórdãos para a análise. É necessário que haja um número considerável de turmas aleatórias a serem analisadas para que sejam levadas em conta as decisões proferidas

pelo maior número possível de presidentes diferentes a fim de que os resultados encontrados não estejam associados a somente um indivíduo, mas, antes, que possam ser relacionado ao CARF como um todo, podendo ser atrelados a quaisquer presidente ou turma.

Com as turmas selecionadas, serão levantados, a partir das informações expressas nas atas de julgamentos disponíveis no sítio do CARF, os dados relativos aos processos julgados por cada turma ao longo de todo ano de 2014. Os dados serão lançados em tabelas do Microsoft Excel, sendo que cada tabela apresentará colunas contendo informações sobre: número do processo, número do acórdão, tipo de recurso, relator, resultado do julgamento, presidente da sessão e mês de julgamento.

As colunas referentes ao “número do processo” e “número do acórdão” serão uteis para possibilitar a qualquer interessado conferir os dados das tabelas, sendo que serão usados dois itens de conferência para possibilitar uma dupla conferência, para o caso de ter havido algum erro de digitação em uma das células. O “tipo de recurso” será necessário para que se saiba se o recurso em questão é do contribuinte ou da Fazenda. A coluna “resultado do julgamento”, por sua vez, será necessária porque trará a decisão de mérito tomada (provimento, parcial provimento ou desprovimento) seguida do quórum que acompanhou a decisão (unanimidade, maioria, voto de qualidade). Esta coluna, juntamente com a anterior “tipo de recurso” são as mais importantes das tabelas, pois oferecem os principais objetos desta pesquisas. Por fim, as demais colunas (relator, presidente da sessão, mês do julgamento) são importantes somente como ferramentas de controle para a pesquisadora.

Ainda quanto à coleta de dados, ressalta-se que foi escolhido o ano de 2014 como ano referência para levantamento de informações por ter sido o ano mais recente a ter tido seu calendário de julgamentos cumprido. Isso porque, o ano de 2015 foi marcado pela interrupção de seu funcionamento em razão da Operação Zelotes, além da mudança do Regimento Interno do CARF – RICARF (ressalta-se que, apesar da alteração do regimento, o voto de qualidade se manteve no conselho, tornando esta pesquisa perfeitamente válida), o que o torna um ano atípico para ser analisado e ter seus resultados como referência.

Após o preenchimento das tabelas, serão plotados gráficos para melhor elucidação ao leitor. A partir dos dados gerais coletados, serão feitos testes estatísticos a fim de que se compreenda, estatisticamente, o resultado que os números revelam.

A hipótese levantada – e que motivou esta pesquisa – é de que o voto de qualidade favorece desproporcionalmente a Fazenda, já que é um poder exclusivo dos conselheiros presidentes representantes da Fazenda. Para que se aceite ou se refute esta hipótese, serão

avaliados os resultados obtidos com os testes estatísticos que serão feitos conforme já mencionado.

O trabalho será desenvolvido ao longo de quatro capítulos que demonstrarão as bases teóricas da pesquisa, bem como a pesquisa em si. O primeiro capítulo tratará acerca do CARF, seu histórico, seus princípios e as normas que norteiam seu funcionamento nos dias atuais. No segundo, será feita uma breve explanação acerca da Análise Econômica do Direito enquanto metodologia que embasa este trabalho, trazendo à tona seu histórico, seu intuito e sua aplicação no âmbito das pesquisas jurídicas. No terceiro capítulo serão apresentados os dados coletados por turma, bem como algumas tabelas e gráficos para ilustrá-los. No quarto e último capítulo, serão apresentados os dados gerais colhidos nas 7 (sete) turmas ao longo do ano de 2014, além dos testes estatísticos que serão usados para que se chegue a uma conclusão acerca da hipótese suscitada.

## **CAPÍTULO I – Sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**

### 1.1. Competência

O CARF é um tribunal administrativo de segunda instância com competência para julgar recursos voluntários e de ofício, além de julgar, na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, recursos especiais do contribuinte e do procurador contra decisões das turmas ordinárias do próprio CARF.

Os recursos voluntários são recursos interpostos pelos contribuintes, enquanto os recursos de ofício são recursos interpostos pela Fazenda Nacional, ambos contra decisões proferidas pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamentos (DRJ), que é a primeira instância.

É interessante notar que os recursos de ofício tem esse nome porque são interpostos de ofício pela autoridade da 1ª instância, sempre que a Fazenda for sucumbente na DRJ, conforme se vê:

**Art. 34. A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão:**

I - exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) a ser fixado em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

II - deixar de aplicar pena de perda de mercadorias ou outros bens cominada à infração denunciada na formalização da exigência.

§ 1º O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

§ 2º Não sendo interposto o recurso, o servidor que verificar o fato representará à autoridade julgadora, por intermédio de seu chefe imediato, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

(Decreto nº 70.235/1972, art. 34; grifos da autora)

Estando clara a competência submetida ao Conselho, enquanto segunda instância administrativa, passemos à apreciação de outras questões de igual relevância.

### 1.2. Importância

Este é um órgão imprescindível, em especial para o contribuinte, pois, ao contrário do ocorre nas instâncias judiciais, no processo administrativo, as partes possuem *jus postulandi*, capacidade para atuar em juízo por si próprias, sendo facultado a elas a contratação de



advogado, o que facilita a litigância. Quando a isso, vejamos a previsão do art. 3º, IV, da Lei nº 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito federal:

Art. 3º. O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

(...)

**IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.**

(Lei nº 9.784/99, art. 4º, IV; grifos da autora)

Além disso, a simples interposição de recursos já é suficiente para suspender a exigibilidade do crédito tributário, não sendo necessário ao contribuinte o depósito, em juízo, do montante integral ou o pedido de tutela antecipada para evitar o início de uma execução fiscal ou para conseguir a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) – certidões essenciais a empresas que necessitem de financiamento para funcionar. Nesse sentido, vejamos dispositivo do Código Tributário Nacional:

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

III - as reclamações e **os recursos**, nos termos das leis reguladoras do **processo tributário administrativo**;

(Lei nº 5.172/66, CTN, art. 151, III; grifos da autora)

Apresentados os conceitos iniciais sobre o Conselho, passemos aos demais pontos.

### 1.3. História

O CARF, enquanto 2ª instância administrativa para tributos federais, como conhecemos hoje, originou-se a partir de uma sucessão de outros conselhos administrativos, sendo o primeiro deles instituído em 1924.

O histórico abaixo foi retirado do sítio oficial do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Inicialmente, foram criados, pelo Decreto nº 16.580, de 04 de setembro de 1924, Conselhos de Contribuintes com competência para julgamento de recursos referentes ao

Imposto sobre a Renda, sendo que cada unidade da Federação possuía um conselho em seu território. Cada conselho teria cinco membros, a serem nomeados pelo Ministro da Fazenda.

O conselho do Distrito Federal – então Rio de Janeiro – foi o único a ser instalado, em 14 de setembro de 1925.

Em 1927, por meio do Decreto nº 5.157, de 12 de janeiro de 1927, foi criado um Conselho competente para julgar os recursos dos contribuintes em matéria de impostos sobre o consumo, predominantemente, que antes eram direcionados ao Ministro da Fazenda. Este Conselho deveria ser composto, em partes iguais, por membros da Administração Pública e por contribuintes indicados por associações de classe e nomeados pelo governo e seria presidido pelo Ministro da Fazenda (ou autoridade por ele delegada). É o primeiro momento em que se fala sobre paridade entre Fazenda e Contribuinte dentro das instâncias administrativas.

O Decreto nº 20.350, de 31 de agosto de 1931 regulamentou e o modificou o Decreto de 1927, criando o Conselho de Contribuintes da Capital. Como a competência deste Conselho era julgar recursos referentes aos impostos sobre consumo, sobre classificação e valor de mercadorias pelas Alfândegas, multas aplicadas por infração de leis e regulamentos fiscais, ficaram de fora os recursos em matéria de imposto de renda, que continuaram regidos pela legislação de 1924.

Seguidamente, em 1934 foi promulgado o Decreto nº 24.036, de 16 de março de 1934 que extinguiu os Conselhos anteriormente criados (tanto o para impostos de consumo quanto o para imposto sobre a renda) e os substituiu por três novos:

- a) 1º Conselho de Contribuintes, que passaria a julgar recursos em matéria de imposto de renda, imposto do selo e imposto sobre vendas mercantis;
- b) 2º Conselho de Contribuintes, que passaria a julgar recursos em matéria de imposto de consumo, taxa de viação e os demais impostos, taxas e contribuições internos, cujo julgamento não estivesse atribuído ao 1º Conselho;
- c) Conselho Superior de Tarifas, que passaria a julgar as questões de classificação, de valor, de contrabando e quaisquer outras decorrentes de leis ou regulamentos aduaneiro.

Trinta anos mais tarde, o Decreto nº 54.767, de 30 de outubro de 1964 reestruturou radicalmente a estrutura dos Conselhos de Contribuintes ao criar o 3º Conselho de Contribuintes, a partir do desmembramento da 2ª Câmara do 2º Conselho.

Em 06 de março de 1972, por meio do Decreto nº 70.235, foi instituído também o 4º Conselho de Contribuintes que, na verdade, era só uma nova denominação para o antigo Conselho Superior de Tarifas.

Com essas mudanças, as competências ficaram assim divididas:

- a) 1º Conselho de Contribuintes: Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza;
- b) 2º Conselho de Contribuintes: Imposto sobre Produtos Industrializados;
- c) 3º Conselho de Contribuintes: tributos estaduais e municipais que competem à União nos Territórios e demais tributos federais, salvo os incluídos na competência julgadora de outro órgão da administração federal;
- d) 4º Conselho de Contribuintes: Imposto sobre Importação, Imposto sobre a Exportação e demais tributos aduaneiros, e infrações cambiais relacionadas com a importação ou a exportação.

Em 1º de junho de 1977, esta estrutura se alterou, em decorrência da entrada em vigor do Decreto nº 79.630 de 29 de abril de 1977 que extinguiu o 3º Conselho, transferindo suas atribuições e competências para o 2º Conselho, e renomeando o Quarto Conselho para Terceiro Conselho de Contribuintes.

Em 1979, por meio do Decreto nº 83.304, de 23 de março de 1979, foi criada a Câmara Superior de Recursos Fiscais – CRSF, cuja competência seria a de julgar os recursos especiais contra decisões proferidas pelos Conselhos de Contribuintes. Antes disso, tais recursos eram julgados pelo Ministro da Fazenda, conforme disposição do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, que rege o Processo Administrativo-Fiscal no âmbito Federal.

A CRSF segue a mesma premissa de estrutura paritária, tendo igual quantidade de membros representantes da Fazenda e do Contribuinte.

Assim, a partir de 1977, passaram a existir somente 3 Conselhos de Contribuintes organizados em Câmaras com oito conselheiros, metade representando a Fazenda e metade, os contribuintes.

Com a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, a competência para julgamento de recursos referentes às Contribuições Previdenciárias foi transferida ao 2º Conselho de Contribuintes por meio da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Finalmente, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF foi criado em 2008 por meio da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008 (convertida na Lei nº 11.941, de 11 de maio de 2009) e instalado em 2009, com a edição da Portaria MF nº 41, de 17 de fevereiro de 2009.

Este Conselho foi resultado da unificação dos três Conselhos de Contribuintes anteriormente existentes (1º, 2º e 3º), mantendo as mesmas premissas dos antigos Conselhos.

Portanto, o CARF é um órgão colegiado, paritário, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Sua competência é de 2ª instância administrativa, sendo responsável por julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, bem como os recursos de natureza especial, que versem sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A ideia da unificação de três conselhos formando um único tinha como principal objetivo reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência.

#### 1.4. Estrutura

O Regimento Interno do CARF – RICARF, atualmente em vigor, foi aprovado em 2015 pela Portaria MF 343/2015, tendo sido já alterado uma vez pela Portaria MF 39/2016. Porém, os acordões que serviram de base para este trabalho foram proferidos quando da vigência do antigo RICARF, de 2009, razão pela qual é mister que se tenha como referência este Regimento Interno.

De acordo com o antigo RICARF, o Conselho se divide, estruturalmente, em duas partes: administrativa e judicante.

A porção administrativa subdivide-se em Presidência, Divisão de Gestão de Julgamento Coordenação de Gestão de Acervo de Processo e Secretaria Executiva, estrutura praticamente inalterada com o novo Regimento Interno. Já na porção judicante, o Conselho é composto de 3 Seções de Julgamento, Câmara Superior de Recursos Fiscais e Pleno.

Abaixo, vemos um organograma retirado do sítio oficial do Conselho.

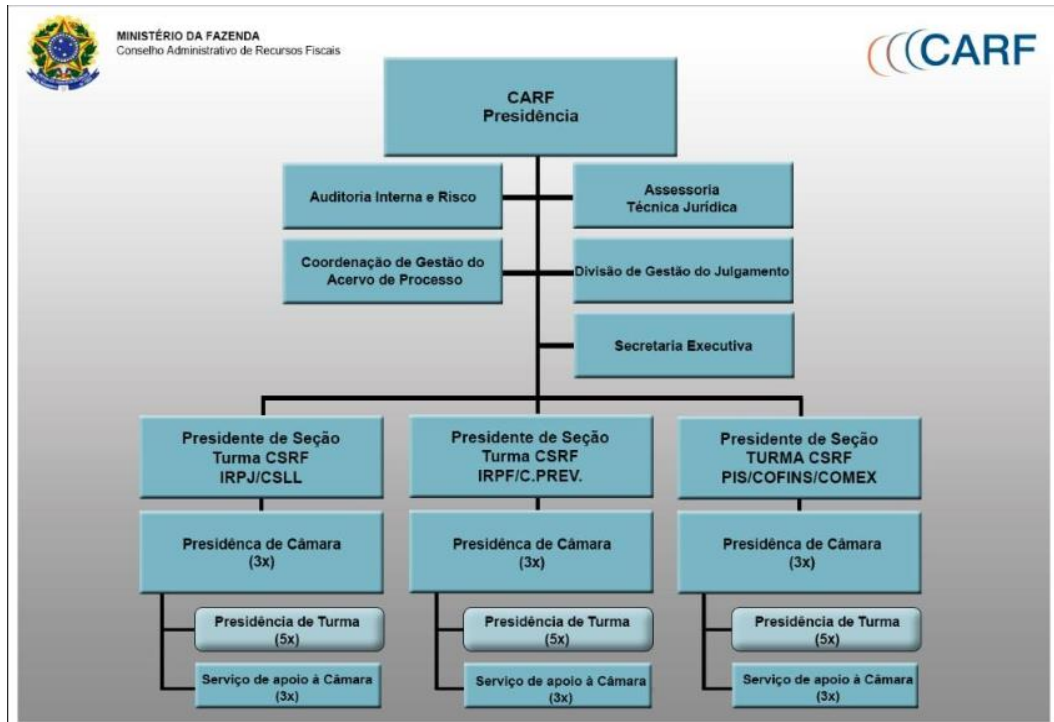


Figura 1: Organograma do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Fonte: sitio oficial do CARF

Para melhor visualização, podemos dividir o organograma do seguinte modo:

**Porção Administrativa**

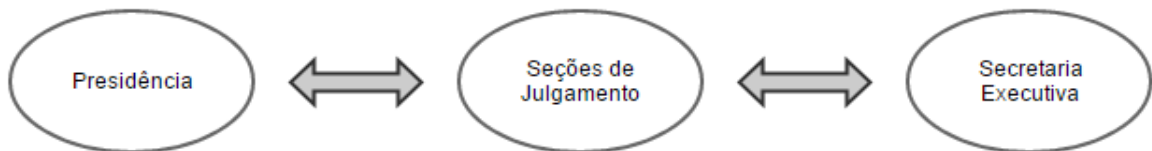


Figura 2: Fluxograma – porção administrativa do CARF.

Fonte: produzida pela autora.

## Porção Judicante

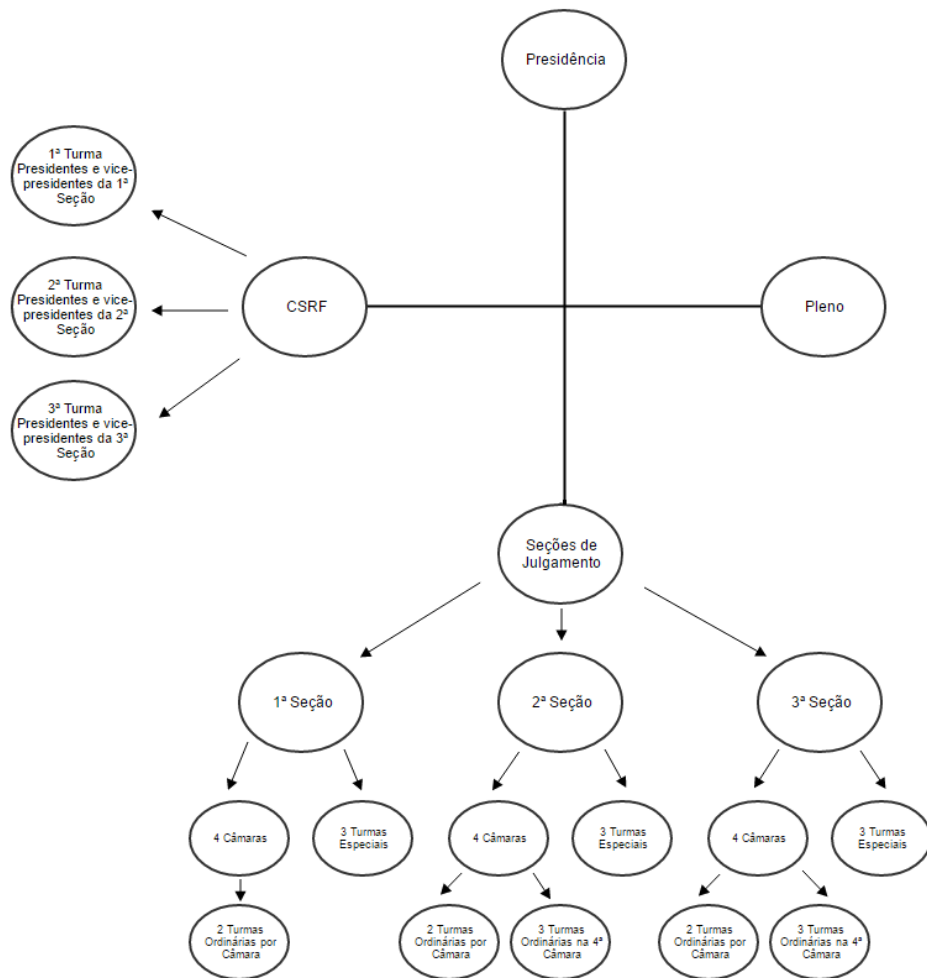


Figura 3: Fluxograma – porção judicante do CARF.

Fonte: produzida pela autora.

Aos órgãos acima mencionados, cabem diferentes competências, quais sejam:

- Seções de Julgamento: julgar Recurso Voluntário e Recurso de Ofício contra decisões proferidas pelas DRJ's seguindo a ordem de competência material abaixo relacionada:

a) 1ª Seção:

Art. 2º À Primeira Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância que versem sobre aplicação da legislação de:

**I - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);**

**II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);**

III - **Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**, quando se tratar de antecipação do IRPJ;

IV - **demais tributos e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**, quando procedimentos conexos, decorrentes ou reflexos, assim compreendidos os referentes às exigências que estejam lastreadas em fatos cuja apuração serviu para configurar a prática de infração à legislação pertinente à tributação do IRPJ;

V - exclusão, inclusão e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao **Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)** e ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação (SIMPLES-Nacional);

VI - **penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias pelas pessoas jurídicas, relativamente aos tributos de que trata este artigo; e**

VII - **tributos, empréstimos compulsórios e matéria correlata não incluídos na competência julgadora das demais Seções.**

(Regimento Interno do CARF/2009, Anexo II; texto mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

b) 2ª Seção:

Art. 3º À Segunda Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância que versem sobre aplicação da legislação de:

I - **Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF)**;

II - **Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**;

III - **Imposto Territorial Rural (ITR)**;

IV - **Contribuições Previdenciárias**, inclusive as instituídas a título de substituição e as devidas a terceiros, definidas no art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e

V - **penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias pelas pessoas físicas e jurídicas, relativamente aos tributos de que trata este artigo.**

(Regimento Interno do CARF/2009, Anexo II; texto mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

c) 3ª Seção:

Art. 4º À Terceira Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância que versem sobre aplicação da legislação de:

**I - Contribuição para o PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), inclusive as incidentes na importação de bens e serviços;**

**II - Contribuição para o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL);**

**III - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);**

**IV - Crédito Presumido de IPI para ressarcimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;**

**V - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF);**

**VI - Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF);**

**VII - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF);**

**VIII - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);**

**IX - Imposto sobre a Importação (II);**

**X - Imposto sobre a Exportação (IE);**

**XI - contribuições, taxas e infrações cambiais e administrativas relacionadas com a importação e a exportação;**

**XII - classificação tarifária de mercadorias;**

**XIII - isenção, redução e suspensão de tributos incidentes na importação e na exportação;**

**XIV - vistoria aduaneira, dano ou avaria, falta ou extravio de mercadoria;**

**XV - omissão, incorreção, falta de manifesto ou documento equivalente, bem como falta de volume manifestado;**

**XVI - infração relativa à fatura comercial e a outros documentos exigidos na importação e na exportação;**

**XVII - trânsito aduaneiro e demais regimes aduaneiros especiais, e dos regimes aplicados em áreas especiais, salvo a hipótese prevista no inciso XVII do art. 105 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;**

**XVIII - remessa postal internacional, salvo as hipóteses previstas nos incisos XV e XVI, do art. 105, do Decreto-Lei nº 37, de 1966;**

**XIX - valor aduaneiro;**

**XX - bagagem; e**

**XXI - penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias pelas pessoas físicas e jurídicas, relativamente aos tributos de que trata este artigo.**

Parágrafo único. Cabe, ainda, à Terceira Seção processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância relativos aos **lançamentos decorrentes do descumprimento de normas antidumping ou de medidas compensatórias.**

(Regimento Interno do CARF/2009, Anexo II; texto parcialmente mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)



- Pleno: este órgão é responsável pela uniformização da jurisprudência do órgão.

Art. 10. Ao Pleno da CSRF compete **a uniformização de decisões divergentes, em tese, das turmas da CSRF, por meio de resolução.**

§ 1º Ao Pleno da CSRF cabe, ainda, por proposta do Presidente, dirimir controvérsias sobre interpretação e alcance de normas processuais aplicáveis no âmbito do CARF.

§ 2º As resoluções de que trata este artigo vincularão as turmas julgadoras do CARF.

Art. 27. O Pleno da CSRF, **composto pelo presidente e vice-presidente do CARF e pelos demais membros das turmas da CSRF**, reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do CARF para deliberar sobre matéria previamente indicada.

(Regimento Interno do CARF/2009, Anexo II; *caput* mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

- Câmara Superior de Recursos Fiscais: órgão responsável por julgar recursos contra acórdãos, das Turmas Ordinárias, com decisões divergentes com relação a outras Turmas. Salienta-se que as turmas que compõe a CSRF tem competência material idêntica a das Seções de Julgamentos, conforme se vê:

Art. 9º Cabe à **Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF)**, por suas turmas, julgar o recurso especial previsto no inciso II do art. 64, contra decisões de Câmara, de turmas ordinária ou de turma especial, observada a seguinte especialização:

I - à **Primeira Turma**, os recursos referentes às matérias previstas no **art. 2º**;

II - à **Segunda Turma**, os recursos referentes às matérias previstas no **art. 3º**;

III - à **Terceira Turma**, os recursos referentes às matérias previstas no **art. 4º**.

Art. 26. As turmas da CSRF são constituídas pelo presidente e vice presidente do CARF e pelos presidentes e vice-presidentes das Câmaras da respectiva Seção.

Art. 64. Contra as decisões proferidas pelos colegiados do CARF são cabíveis os seguintes recursos:

I – (...)

II – **Recurso Especial.**

Parágrafo único. Das decisões dos colegiados não cabe pedido de reconsideração.

Art. 67. **Compete à CSRF, por suas turmas, julgar recurso especial interposto contra decisão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra câmara, turma de câmara, turma especial ou a própria CSRF.**

(...)

(Regimento Interno do CARF/2009, Anexo II; texto parcialmente mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

Resta clara, portanto, a competência material abarcada por cada uma das Seções que compõem o CARF, bem como a competência material da CSRF e do Pleno.

### 1.5. Regimento Interno

Como supracitado, o novo RICARF foi promulgado em 2015 pela Portaria MF 343/2015. Entretanto, embora este seja o Regimento em vigor, durante todo o trabalho, usaremos o Regimento anterior como referência, pois era a norma em vigor ao tempo dos julgamentos aqui analisados, salientando-se que, apesar da revogação do antigo regimento, o instituto do voto de qualidade, objeto deste trabalho, manteve-se inalterado no novo, o que permite que esta pesquisa continue atual e válida.

É importante ressaltar que a edição de um novo Regimento Interno ocorreu em decorrência das irregularidades apontadas pela Operação Zelotes, deflagrada em 2015 pela Polícia Federal, no funcionamento do Conselho. Com a suspeita de prática de tráfico de influência por parte de conselheiros e advogados, o Ministério da Fazenda entendeu por suspender as atividades do CARF por período indeterminado, até que fossem tomadas medidas para coibir tais práticas, medidas estas dispostas no novo RICARF.

Durante este período de inatividade do Conselho e discussões acerca de propostas para melhoria de seu funcionamento, chegou-se até a cogitar a extinção do órgão. Felizmente, tal medida foi descartada, para alívio dos contribuintes que encontram, no CARF, um meio menos oneroso para recorrer contra atos da Fazenda Federal.

Foi neste momento que surgiu um importante ponto de discussão: a discrepância entre o índice de vitórias do Fisco e do contribuinte do CARF, sendo que alguns veículos de notícia chegaram a apontar que a Fazenda saía vitoriosa em 95% dos casos julgados administrativamente.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Notícias do Jornal Folha de São Paulo veiculadas em abril e maio de 2015, disponíveis em: <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml> e <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/05/procurador-diz-que-74-dos-julgamentos-do-carf-estao-sob-suspeita>

Ora, esta desproporção de chances entre as partes colocava em xeque um dos principais basilares do Conselho: a paridade, a igualdade de forças e condições de disputa que deveria haver entre contribuintes e Fazenda.

#### 1.6. A questão da paridade

Desde sua criação, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais buscou funcionar de modo a garantir a paridade de forças entre as partes no âmbito do processo administrativo.

Art. 1º O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (CARF), órgão colegiado, **paritário**, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, bem como os recursos de natureza especial, que versem sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(Regimento Interno do CARF/2009; texto parcialmente mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

Para tanto, sua principal medida foi adotar um número par de conselheiros, para cada turma, que julgariam a causa, sendo metade dos conselheiros representantes dos Contribuintes e metade, representantes da Fazenda.

Art. 23. Cada turma ordinária ou especial é integrada por 6 (seis) conselheiros titulares, sendo **3 (três) representantes da Fazenda Nacional** e **3 (três) representantes dos contribuintes**.

(Regimento Interno do CARF/2009; texto alterado<sup>2</sup> pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

Ocorre que, havendo um número par de conselheiros por turma, certamente, em algum julgamento, ocorreria empate, o que impossibilitaria um desfecho para o caso.

A fim de solucionar tal problema, foi instituído no CARF o voto de qualidade, principal objeto de estudo deste trabalho.

---

<sup>2</sup> Segundo o novo RICARF, as turmas passaram a ser compostas por oito conselheiros, sendo quatro representantes da Fazenda Nacional e quatro, dos contribuintes.

### 1.7. O voto de qualidade

O voto de qualidade – ou voto de minerva – tem origem na mitologia grega, segundo a qual Athenas – ou Minerva – teria tido um voto de maior peso no julgamento de Orestes, o que levou a absolvição do acusado de homicídio (GAGARIN, 1975; HESTER, 1981).

Esse mecanismo de desempate passou a ser usado ao longo da história chegando ao Direito brasileiro, em que é corriqueiramente utilizado no direito brasileiro em outros tribunais, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, não sendo exclusividade do CARF.

No STJ, este poder de desempate também é de competência do presidente, porém, este não tem voto em sessões normais, sem empate, a ele cabe somente desempatar uma votação, como se vê:

#### CAPÍTULO V

##### Das Atribuições do Presidente de Seção

Art. 24. Compete ao Presidente de Seção:

**I - presidir as sessões, onde terá apenas o voto de desempate;**

(Regimento Interno do STJ, art. 24; grifos da autora)

Como se observa, no STJ, o presidente vota somente para desempatar o julgamento, caso necessário. Além disso, todos os ministros são representantes do Estado, do Poder Judiciário, não havendo que se falar em representantes de uma das partes ou de outras. No CARF, todavia, esse instituto funciona de um modo diferente.

Primeiramente, no tribunal administrativo, o voto de qualidade é um instituto por meio do qual o voto de um dos conselheiros, tendo um peso maior, tem o condão de desempatar a votação, quase como se valesse como voto duplo, já que o conselheiro voto junta com a turma e ainda tem o poder do desempate. No caso do CARF, o presidente das turmas sempre tem o voto de qualidade em julgamentos em que ocorra empate, de modo que, o voto do presidente será o vencedor.

Art. 54. As turmas ordinárias e especiais só deliberarão quando presente a maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, **cabendo ao presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.**

(Regimento Interno do CARF/2009; texto mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

Outra divergência em relação ao voto de desempate do STJ é que, no CARF, os conselheiros julgadores representam uma das partes, logo, o detentor do voto de qualidade terá “um lado”, embora não esteja vinculado a ele.

A questão se torna conturbada, todavia, quando se constata que, regimentalmente, o presidente da turma, sempre e necessariamente, será um conselheiro representante do Fisco, logo, é como se voto de qualidade fosse da Fazenda, dando a ela o poder de desempatar um julgamento, quase sempre, em seu favor.

Art. 9º Os presidentes de Câmara das Seções serão escolhidos dentre os **conselheiros representantes da Fazenda Nacional**.

(Regimento Interno do CARF/2009; texto parcialmente mantido pelo novo Regimento Interno/2015; grifos da autora)

É certo que, embora os conselheiros representem Contribuintes X Fazenda, eles não estão obrigados a votar a favor de um e de outro, respectivamente. Caso assim o fosse, sempre haveria empate, o presidente sempre desempataria em favor da Fazenda que teria 100% de êxito nos julgamentos administrativos, tornando desnecessária a existência do CARF.

Ao contrário disso, os conselheiros tem liberdade para votar segundo suas próprias convicções, sendo a paridade somente um mecanismo para garantir que, nas turmas, haja igual número de julgadores com tendência, em tese, pró-fisco ou pró-contribuinte.

#### 1.8. O voto de qualidade favorece desproporcionalmente a Fazenda?

Diante de todo exposto, a questão que surge – e que inspira este trabalho – é até que ponto a existência do voto de qualidade, centrado nas mãos somente do conselheiro presidente que, necessariamente, é representante da Fazenda, ocasionaria o suposto alto índice de derrotas dos contribuintes no CARF?

É justo que se reconheça que tal questionamento não aparece pela primeira vez neste trabalho. Antes disso, quando das discussões acerca das mudanças a serem instituídas no novo RICARF, em 2015, o voto de qualidade foi muito questionado. Isto porque, para alguns tributaristas, este instituto dava à Fazenda uma posição muito privilegiada lhe possibilitando vencer em grande parte dos julgamentos. Em razão disso, arguia-se a necessidade de que fosse revisto o mecanismo de desempate nas turmas ou, até mesmo, extinto este mecanismo em vigência.

De acordo com muitas notícias veiculadas nos idos de 2014 e 2015, discutia-se não somente a quantidade de vezes em que a Fazenda tinha seus recursos providos por voto de qualidade, mas também, os casos de grande relevância em que isso acontecia. É de se citar o caso da “trava de 30%”<sup>3</sup> e da “não prevalência dos Tratados Internacionais para Evitar a Dupla Tributação da Renda sobre a regra prevista na legislação brasileira que determina a tributação ‘automática’, no Brasil, dos lucros apurados por sociedades investidas residentes no exterior, ainda não distribuídos ou disponibilizados à sociedade investidora residente no Brasil.”<sup>4</sup> O intuito deste trabalho não é analisar o mérito dos casos citados, mas o fato de serem casos de grande relevância e repercussão que foram decididos favoravelmente à Fazenda por meio do voto de qualidade. Logo, um conselheiro representante da Fazenda teve o poder de decidir, sozinho, sobre a vitória da Fazenda nestes casos.

Após todas as notícias e discussões que pairaram sobre a atmosfera do direito tributário brasileiro acerca do voto de qualidade, sobre “se” e “quanto” este instituto favoreceria a Fazenda em detrimento de um resultado “justo”, este trabalho de conclusão de curso se propôs a analisar, estatisticamente, os acórdãos proferidos pelo CARF no ano de 2014 e assim, chegar a uma conclusão concreta e objetiva sobre o tema.

---

<sup>3</sup> Notícia veiculada pelo portal Consultor Jurídico em novembro de 2014, disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-nov-03/rafael-petrocchi-voto-qualidade-carf-debatido>

<sup>4</sup> Notícia veiculada pelo portal Consultor Jurídico em abril de 2015, disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-abr-17/rafael-petrocchi-voto-qualidade-carf-revisto>

## CAPÍTULO II – Sobre a Análise Econômica do Direito (AED)

### 2.1. Conceituando

A AED é um campo de estudos que busca analisar o comportamento humano, a fim de predizê-lo, por meio do uso de instrumentos emprestados de outras ciências, sendo a Economia a principal delas – embora não seja a única – aumentando, com isso a compreensão e o alcance do Direito e aperfeiçoando o desenvolvimento das normas jurídicas, principalmente com relação às consequências de sua aplicação (GICO JR., 2010, p. 8).

Ora, uma vez que o Direito se propõe a regular o comportamento humano, algo extremamente incerto, qual seria a melhor forma de fazê-lo? De que modo poderíamos aumentar as chances de eficácia de nossas regulações? Existe alguma coisa, além da coerção, que leva indivíduos a tomarem certa conduta? Bem, essas são algumas perguntas que para as quais a AED busca respostas por meio da análise de determinado fato – jurídico, no caso – pelo viés econômico, em especial da microeconomia e da economia do bem estar social.

Desse modo, a AED é de extrema utilidade ao Direito, pois oferece a esta ciência um instrumental teórico maduro que auxilia tanto na compreensão dos fatos sociais quanto em como os agentes responderão a determinados incentivos da sociedade (GICO JR, 2010, p. 8).

A partir disso, os juseconomistas (estudiosos deste ramo) se propõem a responder basicamente duas perguntas: (i) quais as consequências de uma dada regra e (ii) qual regra jurídica deveria ser adotada para melhor atender aos interesses dos legisladores/legislados. A primeira questão se refere à chamada análise econômica positiva, pois preocupa-se tão somente com fatos, com o que é, sem nenhuma análise de cunho valorativo. A segunda, por sua vez, refere-se à análise econômica normativa que, a partir das respostas obtidas com a primeira, intenta prever quais seriam as melhores medidas a serem adotadas, fazendo, neste caso, uma análise valorativa. Em resumo (GICO Jr., 2010, p. 19):

<b>Positivo</b>	<b>Normativo</b>
É	Deve ser
Fatos	Valores
Objetivo	Subjetivo
Descritivo	Prescritivo
Ciência	Arte
Verdadeiro/Falso	Bom/Ruim

Falaremos mais sobre a AED positiva e normativa à frente. Por hora, tendo em mente o que o é a AED, é mister que se ressalte apenas mais um fato relevante: tanto juristas quanto economistas – ou até outros profissionais – podem estudar e se valer desse mecanismo de análise para seus trabalhos, não sendo necessário uma área exclusiva para economistas, apesar de serem utilizados majoritariamente instrumentais econômicos.

## 2.2. Surgimento e contexto histórico

A AED descende do pragmatismo, uma corrente de pensamento desenvolvida nos Estados Unidos da América. Essa corrente se caracteriza pela proposta de que “se dirijam os pensamentos e a reflexão filosófica para problemas práticos, contingências, típicos da existência cotidiana” (GODOY, 2005, p. 4). Assim, marcava-se um pensamento que repudiava a lógica por si só e que tinha um foco muito bem definido na realidade e utilidade dos fatos. Pela ótica do pragmatismo, discussões metafísicas serviam tão somente para alimentar curiosidades, sem, contudo, ser útil aos problemas reais, sendo a realidade a concepção que informa todo o pensamento pragmático (GODOY, 2005, p. 5).

Desenvolveu-se, então, bebendo nas fontes do pragmatismo, o realismo jurídico, por meio da proclamação “da concepção instrumentalista e funcionalista do direito indicando o caráter indeterminado das normas jurídicas, admitindo a decisão forense como o resultado de intuições e idiosincrasias dos magistrados” (GODOY, 2005, p. 5). Karl Llewellyn, um dos nomes fortes do realismo jurídico, por sua vez, acreditava que o direito tinha pouco para dizer à vida, que seria totalmente independente de qualquer formalismo normativo.

A partir do realismo jurídico, surgiram outras duas correntes de pensamento, a *critical legal studies*, que denunciava a forte influência da política nas decisões jurídicas, chegando a proclamar *law is politics*, e o *direito e economia* (GODOY, 2005, p. 6).

O movimento direito e economia era marcado por sua forte crença de que as decisões jurídicas deveriam ser baseadas numa relação de custo X benefício, tendo em mente que o direito só seria perspectivo se proporcionasse uma maximização das relações econômicas (GODOY, 2005, p.7). Sem dúvida, um dos nomes que mais endossava esse pensamento era o de Richard Posner que ficou ainda mais conhecido com a publicação de seu livro *The Economic Analysis of Law*, em 1973.

Para o direito e economia, a economia, sem dúvida, era a ciência mais apta a oferecer respostas para os problemas jurídicos, sendo capazes de orientar as reflexões jurídicas. É o exemplo da lei da oferta e da procura, que poderia ser utilizada para analisar a relação entre



cometimento de crimes e o aumento das penas, e dos custos de oportunidades, como ferramenta para se quantificar a indenização devida em certos casos, ambos conceitos econômicos com aplicação extremamente útil ao direito (GODOY, 2005, p. 10 e 11). Em síntese, temos que:

A economia é a ciência das escolhas racionais, orientada para um mundo no qual os recursos são inferiores aos desejos humanos. Nesse sentido, o homem é um maximizador de utilização racional. As satisfações são aumentadas na medida em que comportamentos são alterados. Custos informam as opções, os custos sociais diminuem a riqueza da sociedade, os custos privados promovem uma realocação desses recursos. Quem encontra um tesouro não aumenta a riqueza da sociedade (POSNER, 2003 *apud* GODOY, 2005). Valor, utilidade e eficiência norteiam escolhas. Quando percebemos decisões jurídicas ou métodos normativos como escolhas, do juiz ou do legislador, conclui-se que essas decisões poderiam se orientar pelos cânones de valor, utilidade e eficiência, que se distanciam de concepções de justiça, teóricas e contemplativas. Admite-se também, bem entendido, que o alcance da economia é limitado, dado que se centra em valor, utilidade e eficiência. (GODOY, 2005, p. 11 e 12)

Ante o exposto, restam claros os conceitos de direito e economia e de pragmatismo e como aquele derivou deste, restando somente a necessidade de localizar a AED em meio a essa linha sucessória.

A AED, surge como um viés do direito e economia, no final do século XX, numa tentativa de reaproximar o Direito de seu viés positivista. Isto porque, após a II Guerra Mundial, a ciência jurídica afastou-se do juspositivismo, predominante durante o século XIX, por conta da suposta aproximação entre esta corrente e o nazismo. Assim, com o fim da Guerra, o Direito se voltou para o lado jusfilosófico aproximando-se do jusnaturalismo. Tanto é assim que, até os dias de hoje, muitos dos cursos jurídicos têm grades que priorizam o ensino da filosofia e da teoria do direito em detrimento do ensino do direito enquanto ciência correlacionado com outras áreas das ciências aplicadas (GICO JR., 2010, p. 3).

Ocorre que este Direito mais jusnaturalista estava impossibilitado de oferecer à sociedade teorias e respostas para os conflitos sociais. Isto porque, esta vertente centra-se por demais no “dever ser” da norma, perdendo-se em eternas teorizações acerca de temas polêmicos, sem ser capaz de resolvê-los, pois não tinha meios para, de fato, controlar o comportamento humano, tinha apenas uma expectativa de como seria a conduta dos indivíduos.

O positivismo, por sua vez, ao tratar da norma de modo objetivo, com base em fatos sociais, apresentava soluções mais palpáveis, capazes de influenciar o comportamento do

indivíduo. Isto porque, para o positivismo, não só a norma era literal como, também, capaz de alterar o comportamento. Infelizmente, por conta de uma injusta associação com o nazismo, essa vertente passou a ser mal vista. Injusta porque, como se sabe, o Estado nazista jamais aplicou a letra da lei, ao contrário, a moldava conforme seus interesses, admitindo exceções em nome do alcance de objetivos maiores e supostamente mais benéficos aos arianos.

A AED buscou analisar os fatos jurídicos por um ponto de vista mais exato, mais científico, capaz de dar a eles uma interpretação passível de comprovação. Em razão disso, por óbvio, adota a vertente positivista do Direito, razão pela qual é também chamada de “Teoria Pós-positivista”. Isso porque, somente a objetividade do positivismo pode viabilizar essa análise científica, do fato concreto, sem se perder na hermenêutica do naturalismo.

### 2.3. Aplicabilidade da AED nas análises jurídicas

Como dito, a AED usa ferramentas econômicas para analisar a efetividade de normas jurídicas na regulação do comportamento humano. Assim sendo, essa metodologia pode ser aplicada na análise de quaisquer situações em que o resultado seja fruto de uma escolha de comportamento.

Temos como exemplo o trabalho “A Lógica do Processo” desenvolvido pelo professor Henrique Arake (CAVALCANTE, 2012) em que ele discorre sobre toda a lógica do processo civil brasileiro do ponto de vista da AED, demonstrando como todas as ações dos sujeitos envolvidos são influenciadas pelo sistema de ônus e bônus, o que possibilita aos legisladores preverem comportamentos e legislarem no sentido de melhor alcance dos objetivos do processo civil.

Em outro sentido, podemos citar o artigo da procuradora da Fazenda Nacional, Louisse Maria Barros Barbosa<sup>5</sup>, em que ela propõe o uso da AED para solucionar conflitos na aplicação de princípios jurídicos.

É nessa mesma linha que se busca desenvolver este trabalho, por meio da realização de uma pesquisa que revele a realidade do funcionamento do processo decisório dentro do CARF para que, a partir disso, possam ser elaboradas normas que melhor atendam aos interesses primordiais do Conselho.

---

<sup>5</sup>“Análise Econômica soluciona conflito entre princípios”. Artigo veiculado pelo Portal Consultor Jurídico em abril de 2010, disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-abr-24/analise-economica-direito-solucoes-conflitos-principios>>. Acesso em 07 de jun. 2016.

#### 2.4. Por que a AED é foi escolhida para nortear este trabalho?

O trabalho em questão tem o intuito de analisar o instituto do voto de qualidade dentro do CARF a fim de constatar se ele influencia no alcance dos fins a que se propõe o Conselho (paridade, justiça).

A AED foi escolhida para guiar este trabalho por ser um campo de estudos que oferece a melhor metodologia para que se proceda à verificação desejada, sendo necessários, para aplicação desta ferramenta a compreensão de alguns conceitos como Individualismo Metodológico, Modelagem e Reduccionismo, Teoria da Escolha Racional e Eficiência e Justiça.

De acordo com o Individualismo Metodológico, o comportamento de uma coletividade – no caso, todos os conselheiros – só pode ser compreendido e explicado a partir da compreensão do comportamento individual de cada membro desta coletividade, pois, afinal, é o conjunto de atividades individuais que formam o resultado macro observado (GICO JR., 2010, p.24). Em razão disso, a pesquisa foi desenvolvida de modo a abarcar o maior número de presidentes possível, de modo a possibilitar uma análise genérica e aplicável ao Conselho como um todo.

Ressalva-se que, para a AED, esta abordagem individual é puramente analítica, não sendo relevante para a pesquisa o valor moral das atitudes dos indivíduos observados, mas tão somente, quais atitudes foram tomadas. Portanto, a análise a ser feita está completamente livre de qualquer julgamento valorativo.

Então, para que se aplicasse, de fato, o Individualismo Metodológico, cada decisão de cada conselheiro deveria ser avaliada a fim de se melhor compreender o funcionamento do conselho, o que, todavia, seria muito trabalhoso na prática. Em razão disso, utiliza-se outro instrumento econômico Modelagem e Reduccionismo, por meio do qual é feito um modelo do universo que se pretende analisar, mas em tamanho reduzido (GICO JR., 2010, p. 25). No presente trabalho, o universo de todas as decisões do CARF foi reduzido a uma amostra de 2137 acórdãos, que foi o total obtido com a análise das 7 (sete) turmas aleatoriamente escolhidas no início, que se supõem capaz de refletir a realidade do funcionamento do Conselho.

Outro conceito importantíssimo oferecido pela economia à AED e útil a esta pesquisa é a Teoria da Escolha Racional. Segundo esta teoria, cada indivíduo age, na coletividade, de modo supostamente racional (com preferências), reagindo a estímulos e sempre buscando maximizar seus ganhos (GICO JR., 2010, p. 26). Tendo isso em mente, torna-se relativamente simples predizer condutas a partir de cenários bem desenhados.

Resta compreender, por fim, a ideia de Eficiência e Justiça. A AED não busca, em suas análises, aferir justiça ou injustiça, por se tratar de conceitos subjetivos e sujeitos a valorações individuais. O que a AED afere, no entanto, é a ideia de eficiência que dirá a respeito de justiça. Isto porque, entendendo que do ponto de vista econômico os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas, decisões que promovam uma má distribuição de recursos ao ponto de gerar desperdício é claramente ineficiente e, portanto, inadmissível e injusta (GICO JR., 2010, p. 28).

À luz de todos estes conceitos, a AED será utilizada inicialmente para uma análise positiva em que se aferirá, por meio de dados estatísticos, o fato objeto de estudo: influência do voto de qualidade nos decisões proferidas pelo CARF. Neste ponto, busca-se verificar se, estatisticamente, a Fazenda tem algum tipo de privilégio nos julgamentos em razão deste instituto.

A partir dos dados aferidos com a análise positiva, caso se constate a influência citada, será feita uma análise normativa em que se proporá uma alternativa, um “dever ser” que melhor atenda aos interesses do Conselho.

Isso se faz necessário pois somente com uma análise científica, a partir de dados estatísticos analisados sob o ponto de vista econômico, poderemos encontrar respostas que nos guiem para o fim almejado por todos os contribuintes: eficiência no funcionamento do CARF.

## 2.5. Objeto de estudo da AED e aplicação a este trabalho

Como já mencionado, a AED tem, como objeto de estudo, o direito e o modo como as normas são capazes, ou não, regular comportamentos humanos.

É o que observa quando se analisa o custo de oportunidade de se cometer um crime ou de ingressar em uma lide judicial com pedido de gratuidade de justiça. A pergunta que o agente se faz, ainda que inconscientemente, é: “essa conduta vale a pena?”. Neste momento, o que o indivíduo busca saber é qual seria relação custo X benefício de sua ação, se os benefícios que pode aferir justificariam o que risco a que se expõem.

No caso do estudo que aqui se busca desenvolver, o que se pretende aferir é se a norma que institui o voto de qualidade como faculdade exclusiva dos conselhos representantes da Fazenda Nacional estaria maximizando a utilização racional dos recursos. Seria possível que um conselheiro votasse, em desempate, a favor do FISCO em razão dos benefícios que se pode obter com isso? Realmente existem benefícios a serem obtidos? Quais seriam?

É certo que, em qualquer conduta assumida por tomadores de decisão, existe a possibilidade de se obter lucros, lícitos ou ilícitos. Porém, no caso em questão, o questionamento extrapola a normalidade. Simplificando, teríamos o seguinte cenário: aos conselheiros representantes da Fazenda Nacional é dado o poder de favorecer, caso assim entendam certo, essa mesma Fazenda. Nesse sentido, a tendência seria que eles favorecem sempre que possível, desfavorecem sempre que possível ou agindo imparcialmente favorecendo ou desfavorecendo quando considerassem certo?

Em um mundo ideal, de sujeitos desinteressados, a última opção seria sempre a escolhida. No entanto, estamos lidando como cidadãos racionais e, principalmente, com agentes econômicos que, ainda que inconscientemente, estão sempre buscando maximizar seus ganhos.

Então, considerando que os conselheiros representantes da Fazenda Nacional são funcionários públicos designados para o CARF, órgão do Ministério da Fazenda, com mandatos curtos, finitos e renováveis, poderia se imaginar que estes conselheiros buscariam sempre, na medida do possível, agradar seus representados, como aliás, é a regra de todos os cidadãos quando agem na qualidade de representante. Ainda mais se, agradando ao seu representado, pudessem obter vantagens como renovação de mandato ou outras.

Observem que não há nada de ilícito na conduta desse agente, trata-se somente de um agente econômico buscando maximizar seus ganhos. Até porque, este certamente seria o pensamento dos conselheiros representantes dos contribuintes se fossem colocados na mesma posição.

Assim, considerando que os conselheiros são, antes de tudo, agentes econômicos, é certo que se considere a existência de uma parcela de conselheiros que faz uso – de forma lícita, ressalta-se – desse poder de desempate em favor de sua representada Fazenda Nacional.

O que se busca, com esse trabalho, é fazer uma análise positiva, sem juízo de valor, de certo e errado, de modo a verificar, por meio de análises estatísticas, se o voto de qualidade, do modo como atualmente é disciplinado, favorece desproporcionalmente a Fazenda Nacional frente ao contribuinte.

### **Capítulo III – Apresentação de dados por turma**

Como já mencionado, foram coletados dados referentes às decisões de 6 turmas julgadoras do CARF e 1 turma da CSRF ao longo de 2014, com um total de 14 presidentes, afim de que, com esses dados, pudessem ser feitas análises estatísticas que demonstrassem a forma de julgar do conselho. Os dados obtidos serão agora apresentados, porém, antes, é necessário que se ressaltem algumas informações essenciais à compreensão do trabalho.

A primeira é que só foram analisados acórdãos que traziam decisões de mérito, sendo desprezadas, para os fins dessa pesquisa, decisões sobre conhecimento de recursos, questões preliminares ou prejudiciais e decisões que convertiam o julgamento em diligência.

A segunda é de que, apesar de formalmente incorreto, as decisões relativas a Embargos de Declaração foram classificadas como “providos” e “improvidos” e não como “acolhidos” ou “rejeitados”. Isso porque, para esta análise, essa questão formal não era relevante pois mais interessava o quórum da decisão (unanimidade, maioria e voto de qualidade). Além disso, essa formalidade acrescentaria mais 2 variáveis, complicando, desnecessariamente, o processo de análise estatística. Assim, para todos os recursos, incluindo os Embargos de Declaração, o resultado do julgamento estará sempre entre as opções “provido”, “parcialmente provido” ou “desprovido”, acompanhado do número de conselheiros que votaram pelo resultado.

Por fim, é importante que se explique que, para fins desta análise, foi criada uma nova categoria de resultado de julgamento: “parcialmente desprovido por voto de qualidade”. Isso porque, as categorias de regimentalmente previstas no CARF (provido, parcialmente provido e desprovido) não era suficientes para ressaltar uma questão importante que se mostrou relevante na coleta de dados, qual seja, decisões em que alguma das teses era desprovida pelo voto de qualidade. Nestes casos, o resultado apresentado era “parcialmente provido por voto de qualidade” o que não faz jus à verdade dos fatos quando, no caso concreto, por exemplo, 3 teses foram providas pela turma e 1 foi desprovida pelo voto de qualidade, sendo o recurso parcialmente provido. O mais certo seria, deixar claro que uma das teses foi negada pelo voto de qualidade, razão pela qual, para este trabalho, foi criada esta categoria de “parcialmente desprovido por voto de qualidade”.

Feitas as considerações iniciais, passemos à análise dos dados. Primeiro, serão apresentados os dados das turmas e, ao final, os dados gerais. Como os dados das turmas são proporcionalmente pequenos em relação ao todo, análises mais completas serão feitas somente ao final deste capítulo, quando da observação do conjunto de todos os dados obtidos na pesquisa.

### 3.1. Primeira Seção

#### 3.1.1. Segunda Turma Ordinária da Segunda Câmara (1ªS, 2ªC, 2ªTO)

O número total de acórdãos analisados neste turma foi de 137, seguindo a seguinte distribuição apresentada na tabela 1 e na figura 4:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	122
Recurso da Fazenda	15
Total	137

Tabela 1: Recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014,

Fonte: dados da pesquisa.

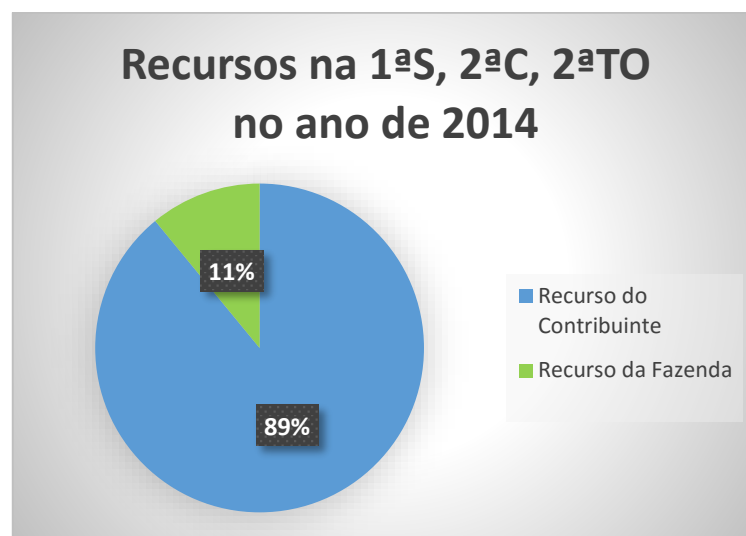


Figura 4: Recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Aqui se observa um fato interessante e que se repetirá em todas as turmas ordinárias: o número de recursos do contribuinte (Recurso Voluntário) é bem maior que o número de recursos de Fazenda (Recurso de Ofício). Considerando que o recurso de Ofício, como o próprio

nome diz, é compulsório sempre que a Fazenda perde na 1ª instância – DRJ e existem, como se constatou, poucos recursos na 2ª instância – CARF, pode-se inferir que a Fazenda tem mais êxito que o contribuinte na DRJ, por isso interpõe menos recursos ao CARF. Mas, isto é somente uma inferência que, antes de ser alegada, precisaria ser devidamente analisada. Além disso, esta proporção não é objeto de estudo deste trabalho.

No que se refere aos resultados dos julgamentos destes recursos, temos a seguinte distribuição dada pelas figuras 5 e 6:

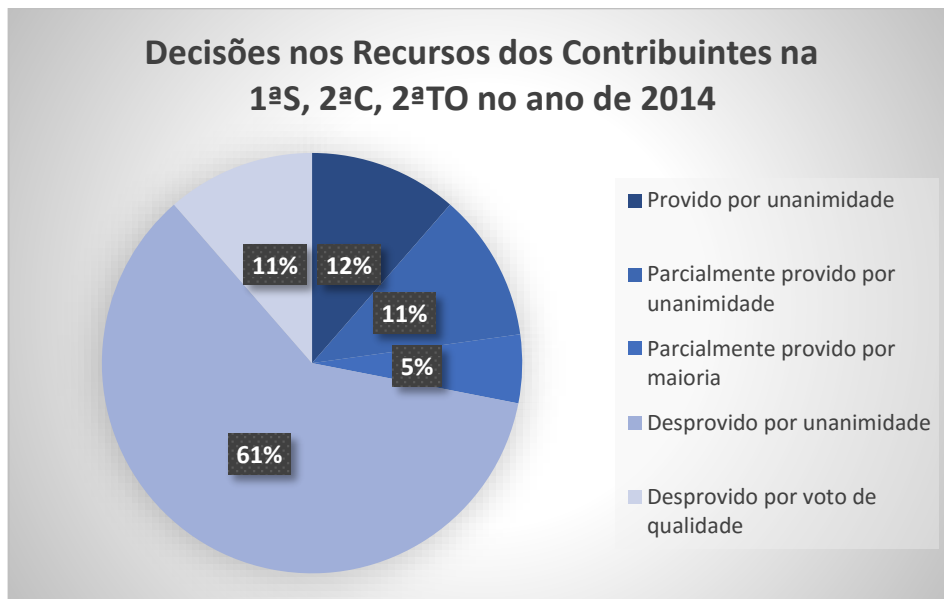


Figura 5: Decisões nos recursos dos contribuintes na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.



Figura 6: Decisões nos recursos da Fazenda na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.



Como se pode notar, nesta turma, 80% dos Recursos de Ofícios foram desprovidos por unanimidade de votos, contra 61% de desprovidimento por unanimidade nos Recursos Voluntário (um percentual menor, mais ainda alto), sendo que essa relação se mantém com pouca variação nas demais turmas ordinárias aqui estudadas.

Provavelmente, isso ocorre pelo fato de os Recursos de Ofício serem “automáticos”, como já mencionado, devendo ser interpostos pela autoridade administrativa de primeira instância sempre que a Fazenda é sucumbente na DRJ. Assim, pode ocorrer – e parece que ocorrer com a maioria – de esses recursos padecerem de razão, mas serem interpostos mesmo assim por previsão legal, sendo, por vezes, prontamente desprovidos no CARF.

Para facilitar a comparação dos resultados, podemos visualizá-los do seguinte modo, conforme figura 7:

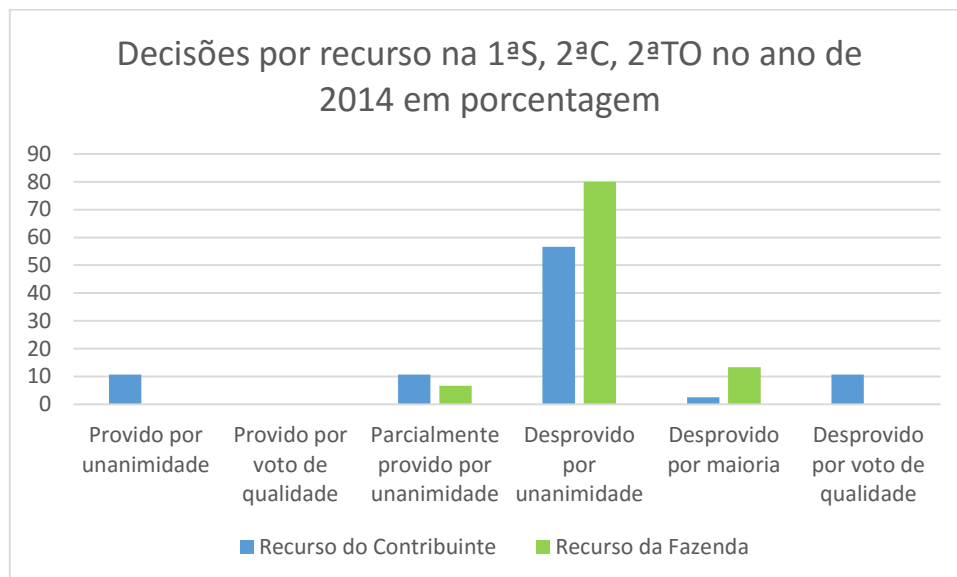


Figura 7: Decisões por recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Ou ainda, conforme tabela 2:

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	13	0
Provido por maioria	3	0
Provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente provido por unanimidade	13	1
Parcialmente provido por maioria	6	0
Parcialmente provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	2	0
Desprovido por unanimidade	69	12
Desprovido por maioria	3	2
Desprovido por voto de qualidade	13	0
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>15</b>

Tabela 2: Decisões por recursos na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre as decisões unânimes, nesta turma, temos os seguintes resultados apresentados na tabela 3 e demonstrado no gráfico da figura 8:

<b>Resultados unânimes</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido	13	0
Parcialmente provido	13	1
Desprovido	69	12
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>13</b>

Tabela 3: Decisões por unanimidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

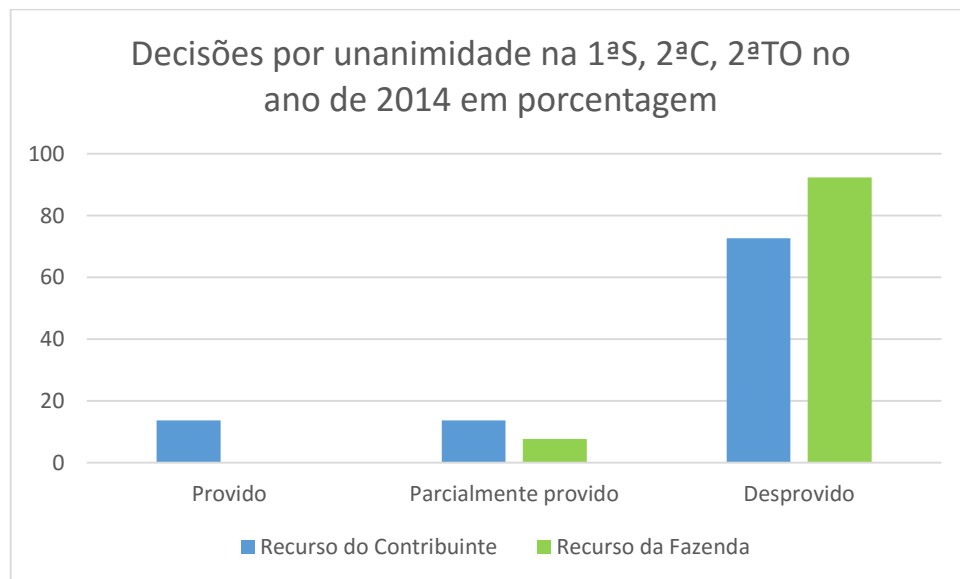


Figura 8: Decisões por unanimidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Ainda sobre a 1ªS, 2ªC, 2ªTO, foram levantados os números referentes às decisões por voto de qualidade durante o ano de 2014. Os resultados seguem abaixo demonstrados pela tabela 4 e pela figura 9:

Resultados por		
voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	0	0
Parcialmente provido	0	0
Parcialmente desprovido	2	0
Desprovido	13	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

Tabela 4: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

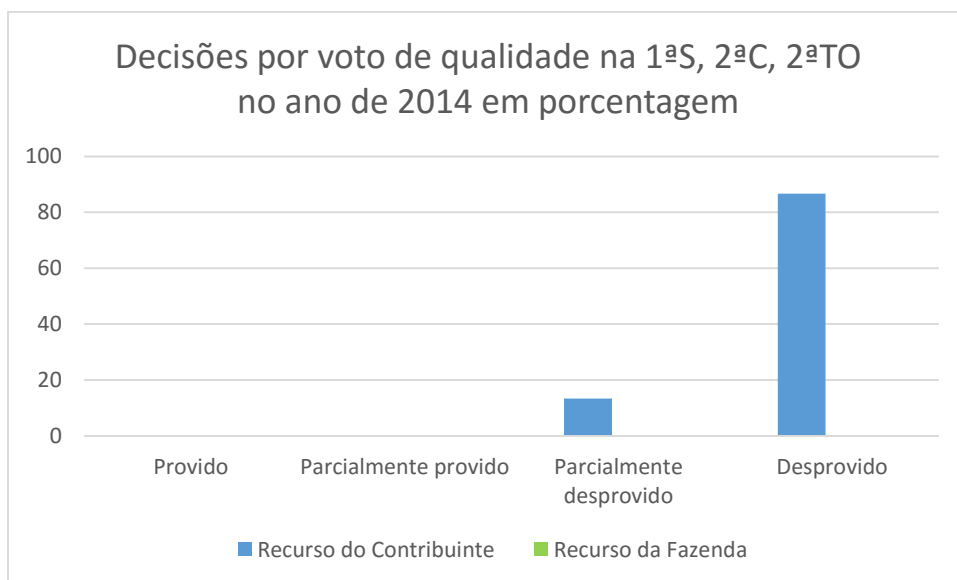


Figura 9: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os resultados obtidos na análise dos acórdãos da 1ªS, 2ªC, 2ªTO proferidos no ano de 2014.

### 3.1.2. Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara (1ªS, 3ªC, 1ªTO)

Nesta turma, foram analisados 375 acórdãos, no total, seguindo a distribuição abaixo apresentada pela tabela 5 e pelo gráfico da figura 3.7:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	314
Recurso da Fazenda	61
Total	375

Tabela 5: Recursos na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

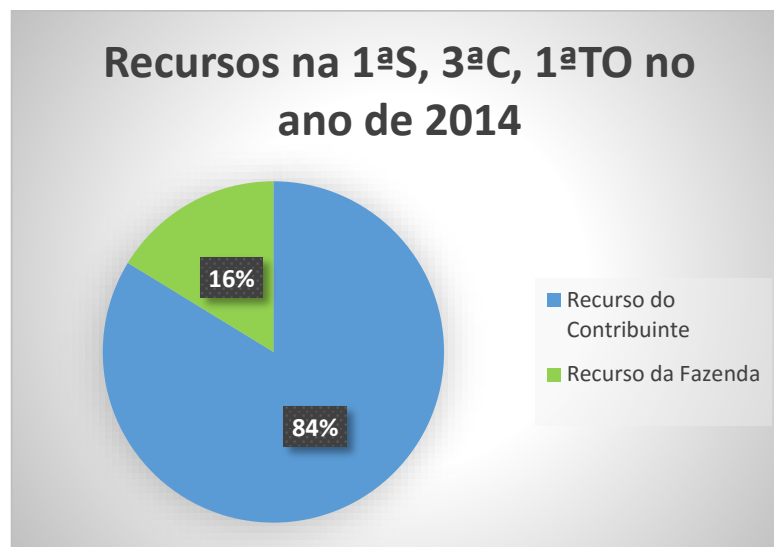


Figura 10: Recursos na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, novamente, que o número de Recursos Voluntários é muito maior que número de Recurso de Ofício.

Com relação aos dos julgamentos destes recursos, foram constatados os seguintes resultados dados pelos gráficos das figuras 11 e 12:

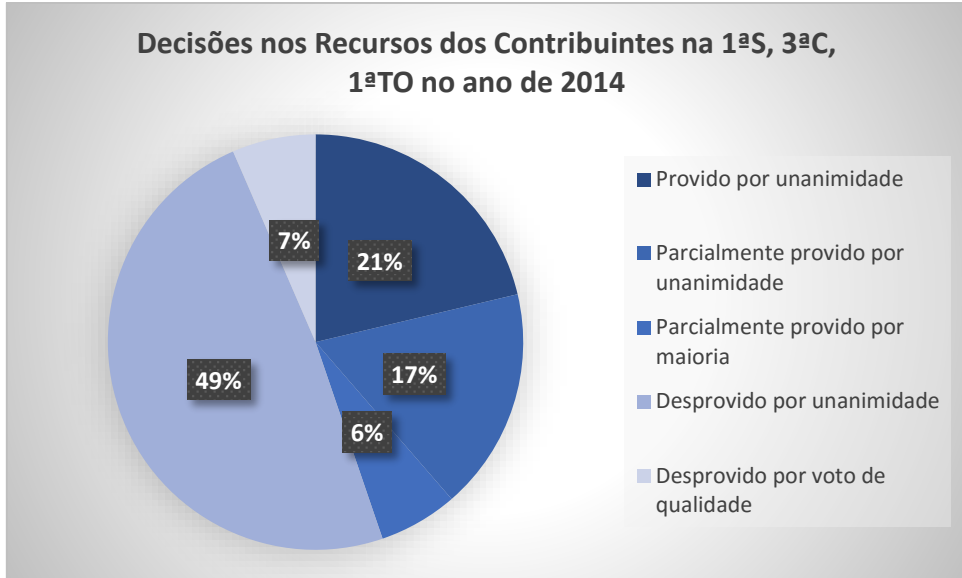


Figura 11: Decisões nos recursos dos contribuintes na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

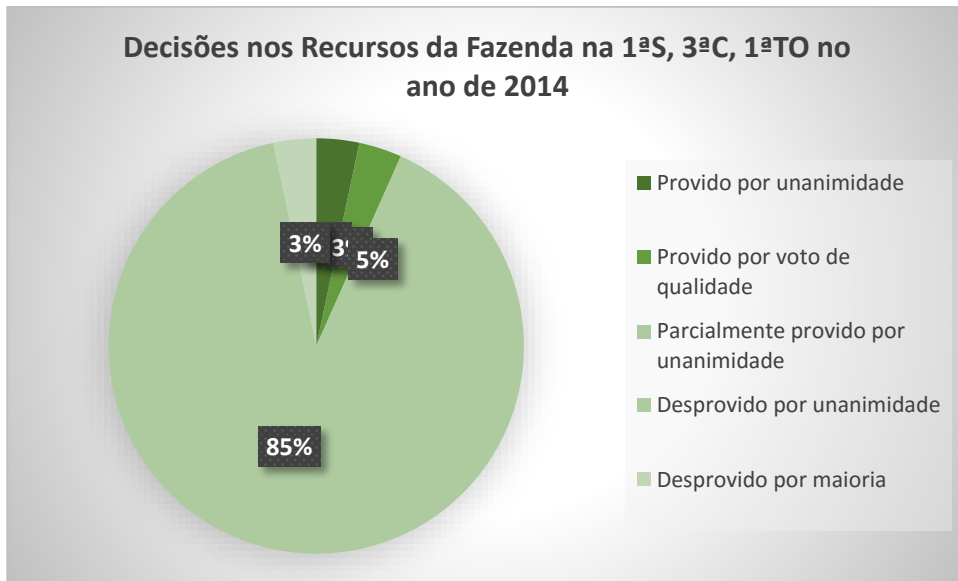


Figura 12: Decisões nos recursos da Fazenda na 1ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Comparando os dados, temos o gráfico da figura 13 e a tabela 6:

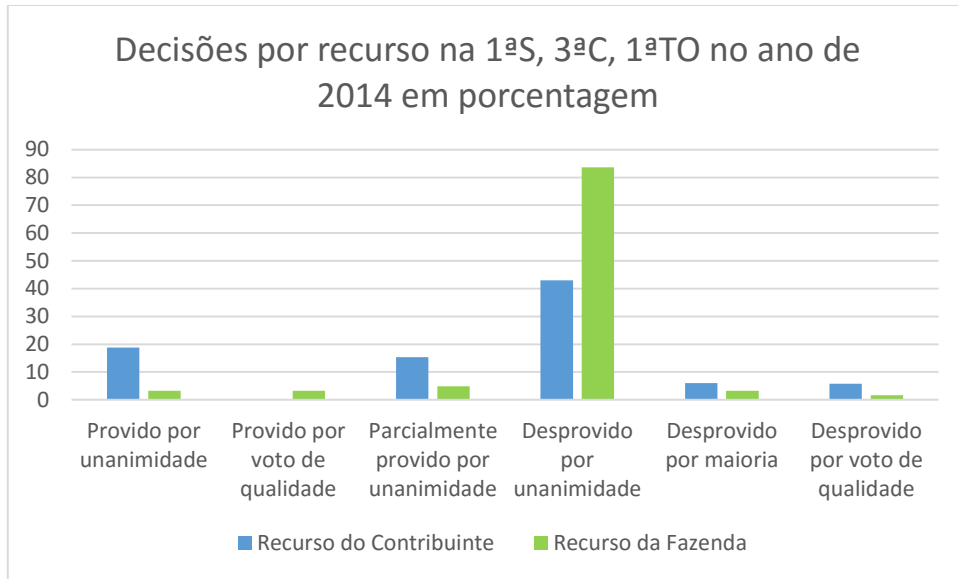


Figura 13: Decisões por recurso na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	59	2
Provido por maioria	9	0
Provido por voto de qualidade	0	2
Parcialmente provido por unanimidade	48	3
Parcialmente provido por maioria	17	0
Parcialmente provido por voto de qualidade	3	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	6	0
Desprovido por unanimidade	135	51
Desprovido por maioria	19	2
Desprovido por voto de qualidade	18	1
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>61</b>

Tabela 6: Decisões por recurso na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.



A respeito das decisões unânimes, nesta turma, foram constatados os seguintes resultados apresentados pela tabela 7 e pela figura 14:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	59	2
Parcialmente provido	48	3
Desprovido	135	51
Total	242	56

Tabela 7: Decisões por unanimidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

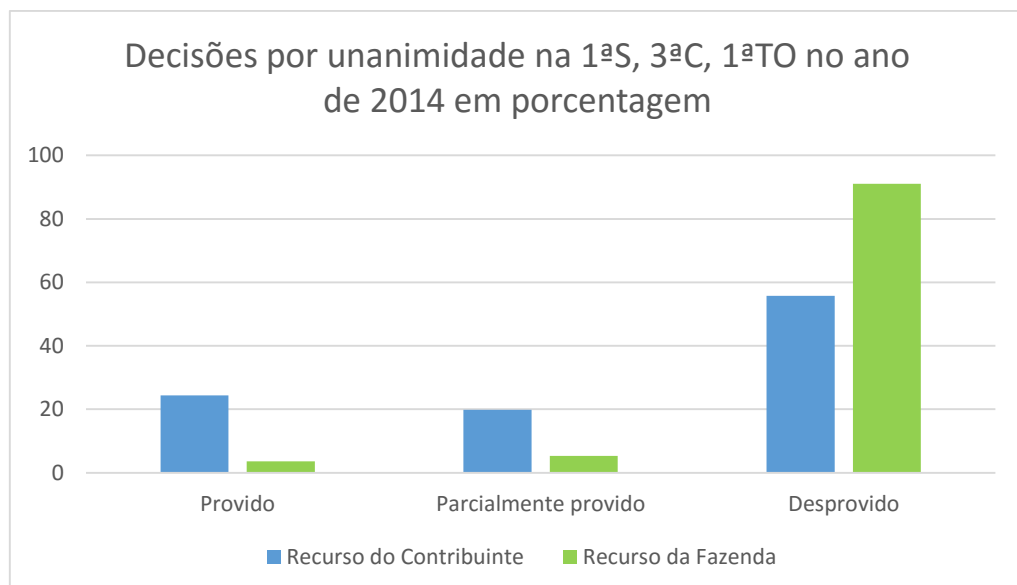


Figura 14: Decisões por unanimidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Foram coletados, ainda, os dados relativos aos julgamentos decididos pelo voto de qualidade. Seguem demonstrados na tabela 8 e figura 15:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	0	2
Parcialmente provido	3	0
Parcialmente desprovido	6	0
Desprovido	18	1
Total	27	3

Tabela 8: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

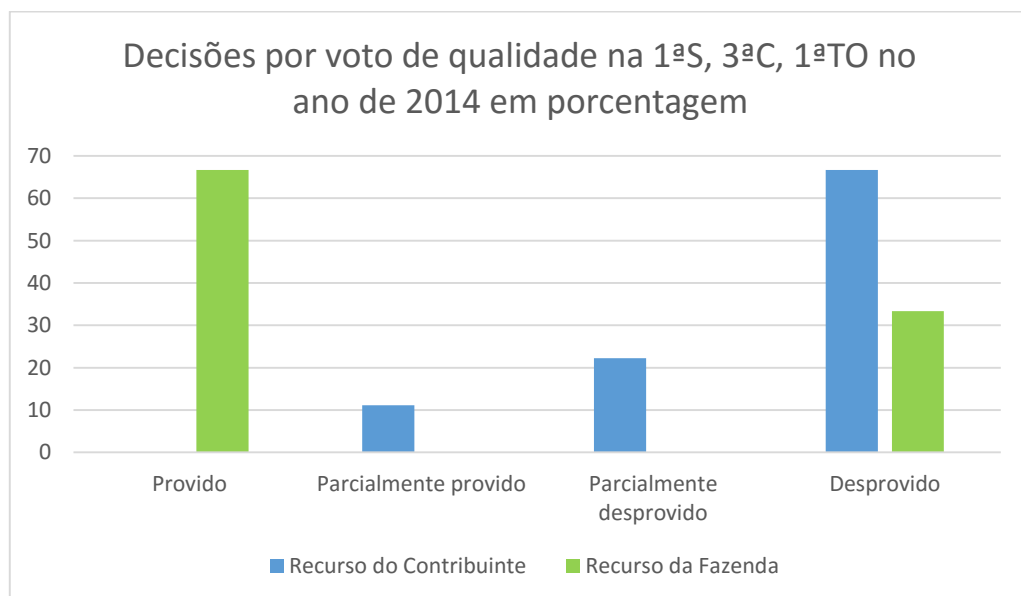


Figura 15: Decisões por voto de qualidade na 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os resultados constatados na análise dos acórdãos proferidos pela 1ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

### 3.2. Segunda Seção

#### 3.2.1. Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara (2ªS, 1ªC, 2ªTO)

Foram analisados, ao todo, 404 acórdãos nesta turma, na proporção dos dados da tabela 6 e figura 16:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	382
Recurso da Fazenda	22
Total	404

Tabela 9: Recursos na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

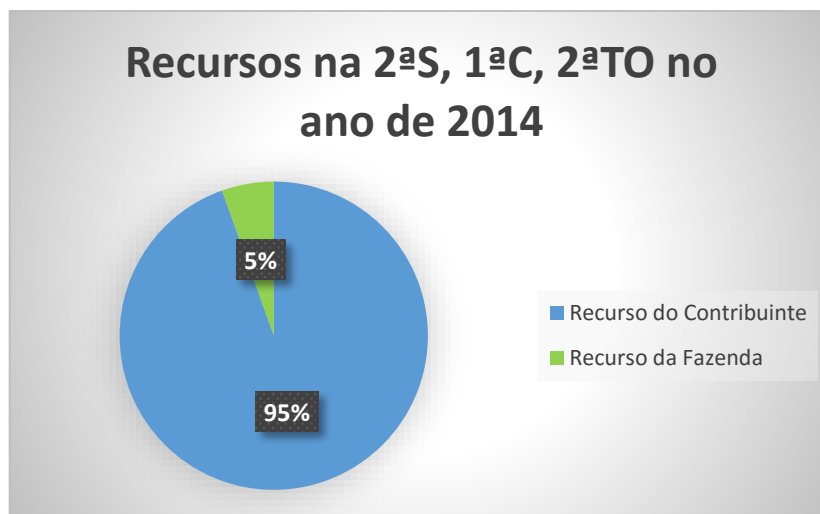


Figura 16: Recursos na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Aqui também se vê, que o número de Recursos Voluntários é muito maior que número de Recurso de Ofício.

Sobre os resultados dos julgamentos, temos os gráficos das figuras 17 e 18:

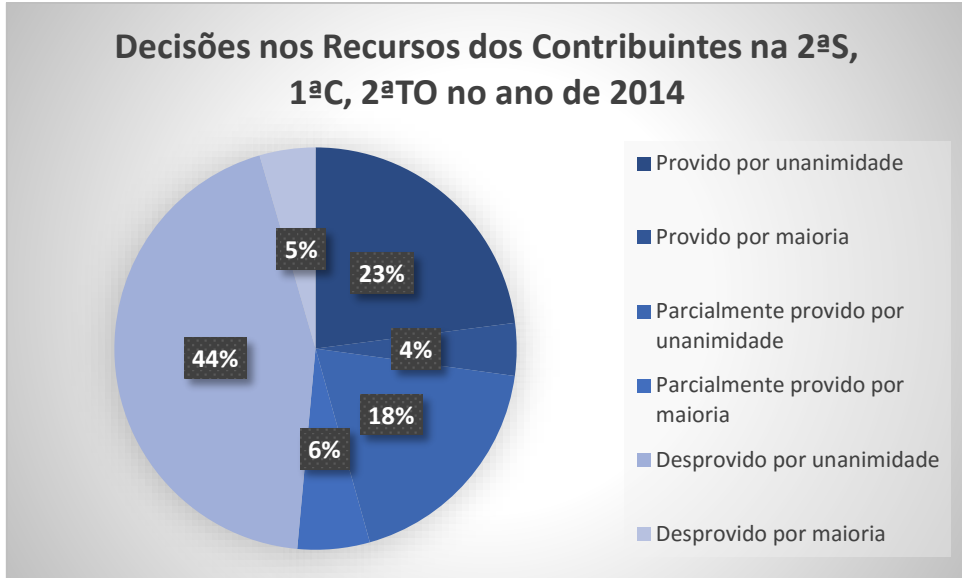


Figura 17: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

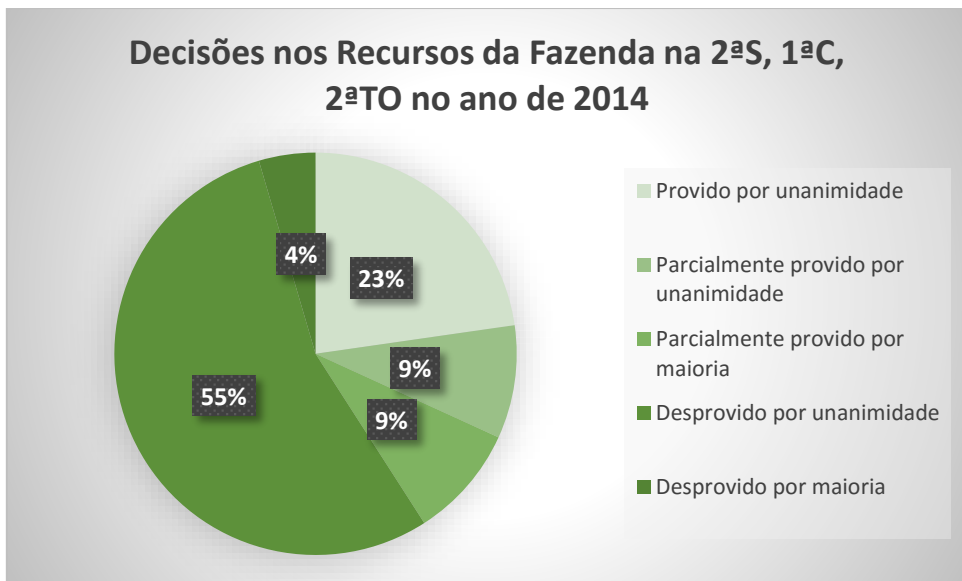


Figura 18: Decisões nos Recursos da Fazenda na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Comparativamente, temos a figura 19 e a tabela 10:

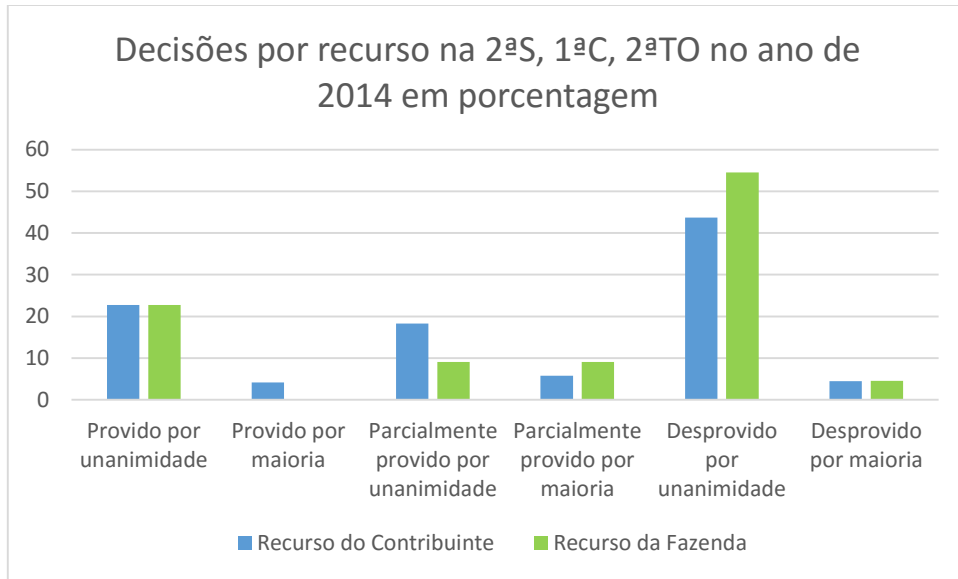


Figura 19: Decisões por recurso na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	87	5
Provido por maioria	16	0
Provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente provido por unanimidade	70	2
Parcialmente provido por maioria	22	2
Parcialmente provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	1	0
Desprovido por unanimidade	167	12
Desprovido por maioria	17	1
Desprovido por voto de qualidade	2	0
<b>Total</b>	<b>382</b>	<b>22</b>

Tabela 10: Decisões por recurso na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões unânimes, os dados são apresentados pela tabela 11 e pelo gráfico da figura 20:

<b>Resultados unânimes</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido	87	5
Parcialmente provido	70	2
Desprovido	167	12
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>19</b>

Tabela 11: Decisões por unanimidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

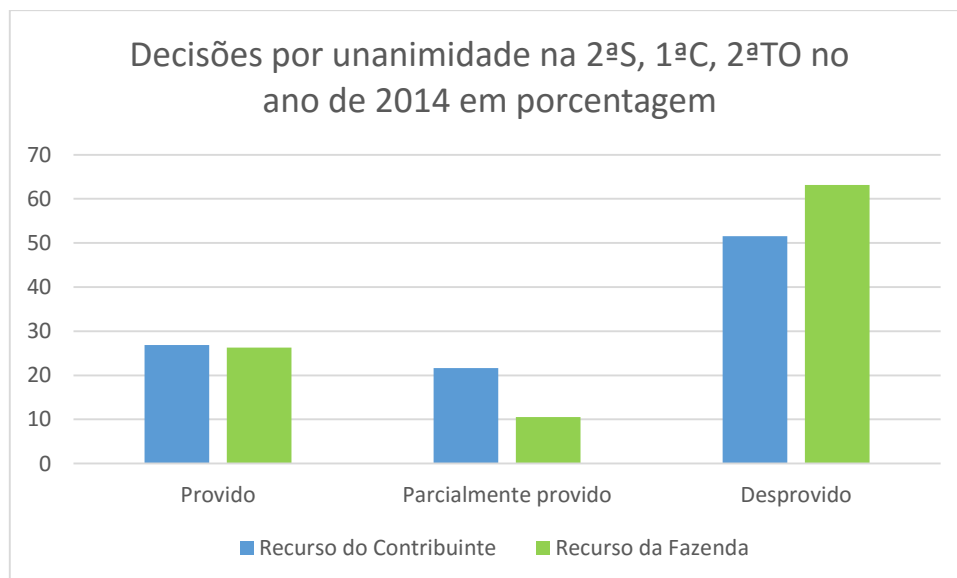


Figura 20: Decisões por unanimidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões por voto de qualidade, os dados são apresentados pela tabela 12 e pelo gráfico da figura 21:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	0	0
Parcialmente provido	0	0
Parcialmente desprovido	1	0
Desprovido	2	0
Total	3	0

Tabela 12: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

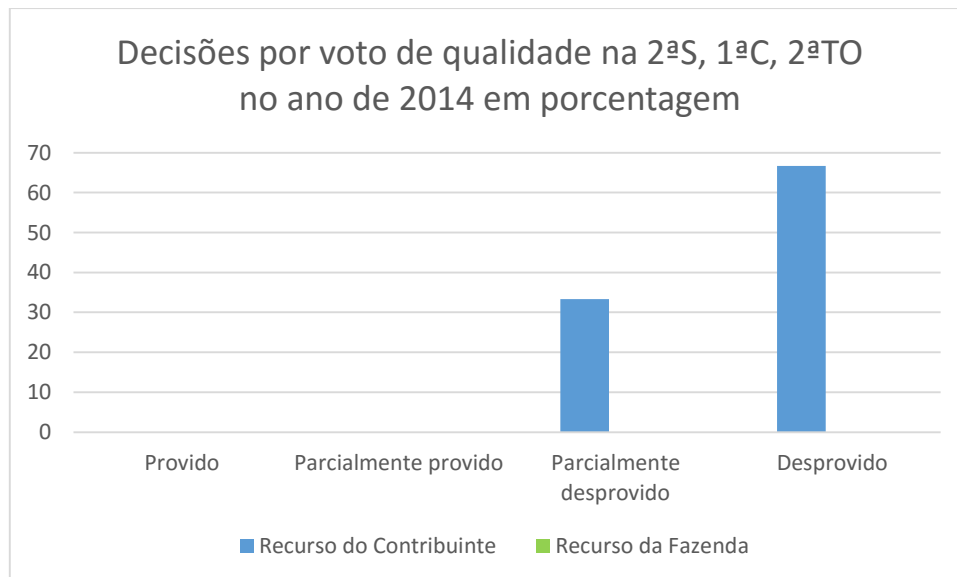


Figura 21: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os dados obtidos com a análise dos acórdãos proferidos pela 2ªS, 1ªC, 2ªTO no ano de 2014.



### 3.2.2. Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara (2ªS, 3ªC, 1ªTO)

Foram analisados, ao todo, 392 acórdãos nesta turma, na seguinte proporção dada pela tabela 13 e pela figura 22:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	339
Recurso da Fazenda	53
Total	392

Tabela 13: Recursos na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

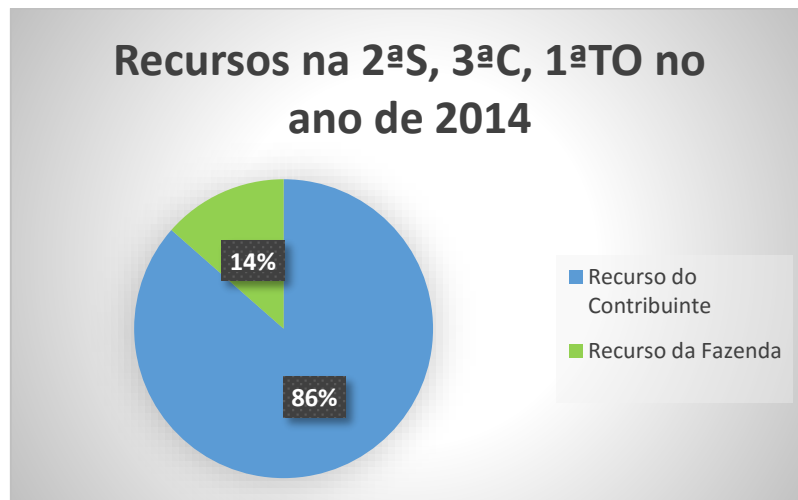


Figura 22: Recursos na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Mais uma vez, o número de Recursos Voluntários é muito maior que número de Recurso de Ofício.

Sobre os resultados dos julgamentos, os dados são apresentados nos gráficos das figuras 23 e 24:

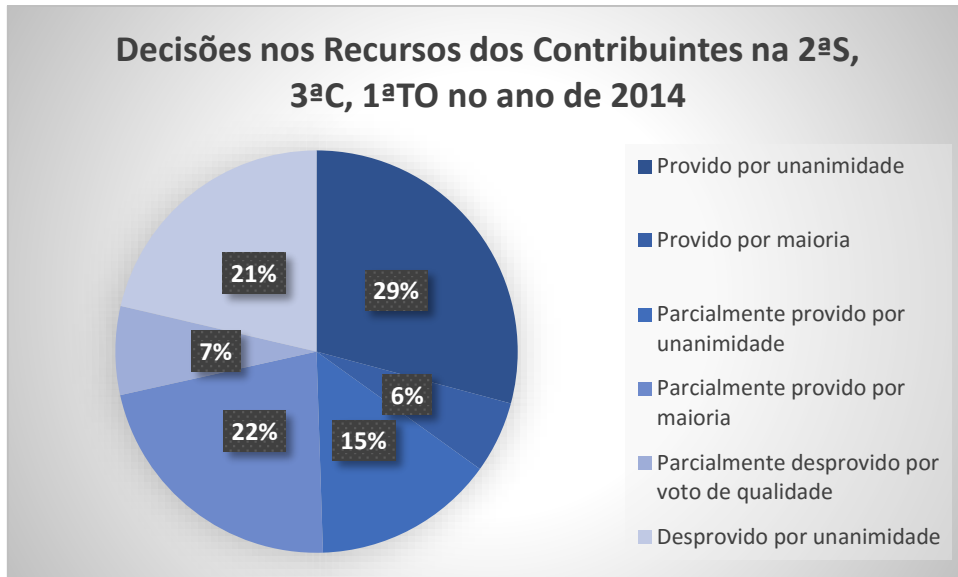


Figura 23: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

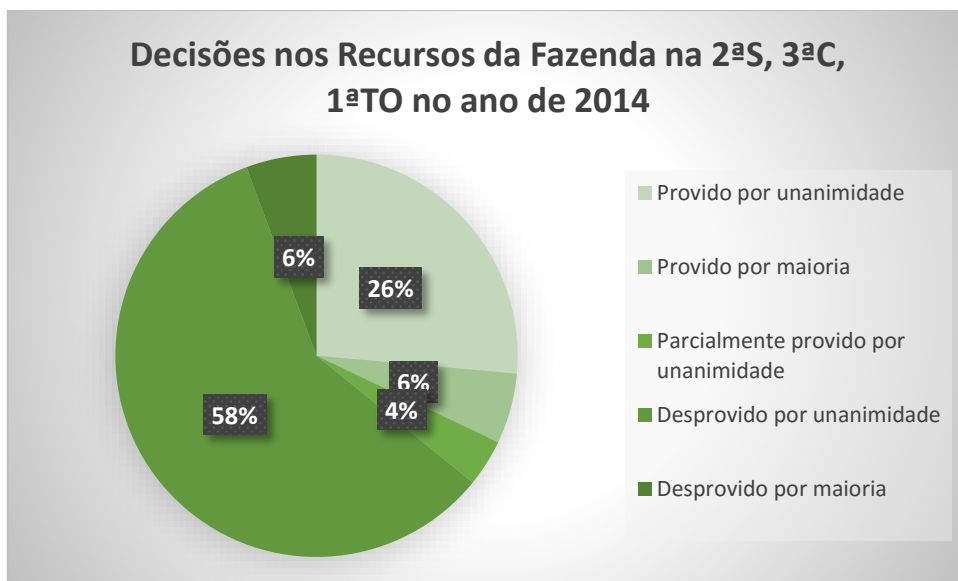


Figura 24: Decisões nos Recursos da Fazenda na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Para comparação, seguem a figura 25 e a tabela 14:

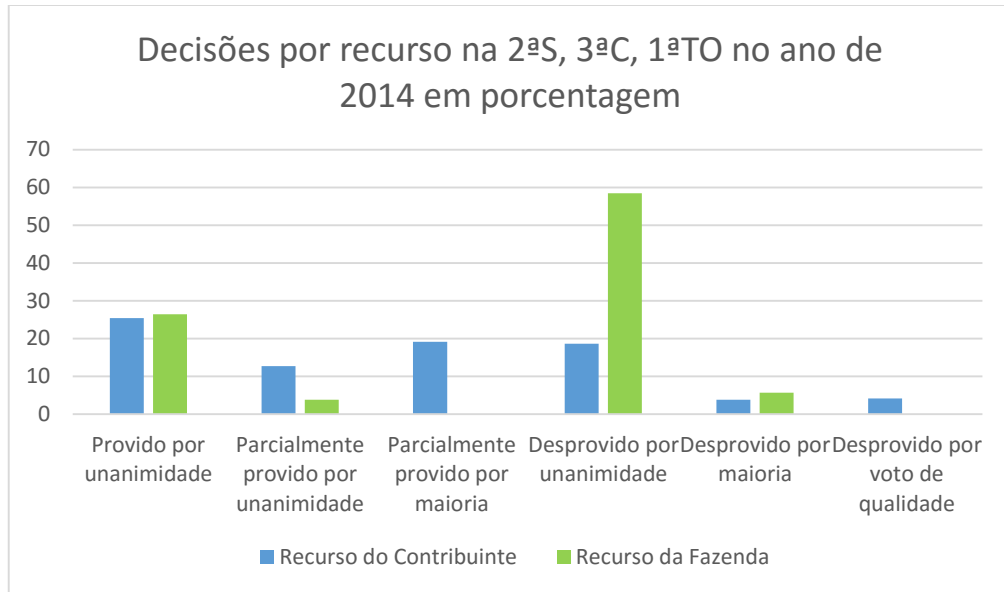


Figura 25: Decisões por recurso na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	86	14
Provido por maioria	17	3
Provido por voto de qualidade	5	0
Parcialmente provido por unanimidade	43	2
Parcialmente provido por maioria	65	0
Parcialmente provido por voto de qualidade	12	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	21	0
Desprovido por unanimidade	63	31
Desprovido por maioria	13	3
Desprovido por voto de qualidade	14	0
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>53</b>

Tabela 14: Decisões por recurso na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões unânimes, foram coletados os dados apresentados na tabela 15 e na figura 26:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	86	14
Parcialmente provido	43	2
Desprovido	63	31
Total	192	47

Tabela 15: Decisões por unanimidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

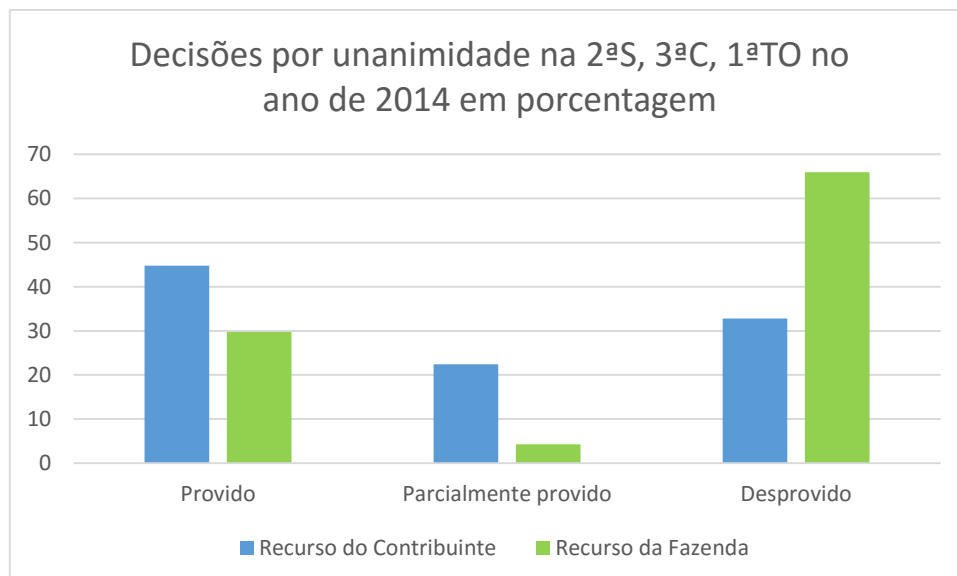


Figura 26: Decisões por unanimidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões por voto de qualidade, os números são apresentados na tabela 16 e figura 27:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	5	0
Parcialmente provido	12	0
Parcialmente desprovido	21	0
Desprovido	14	0
Total	52	0

Tabela 16: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

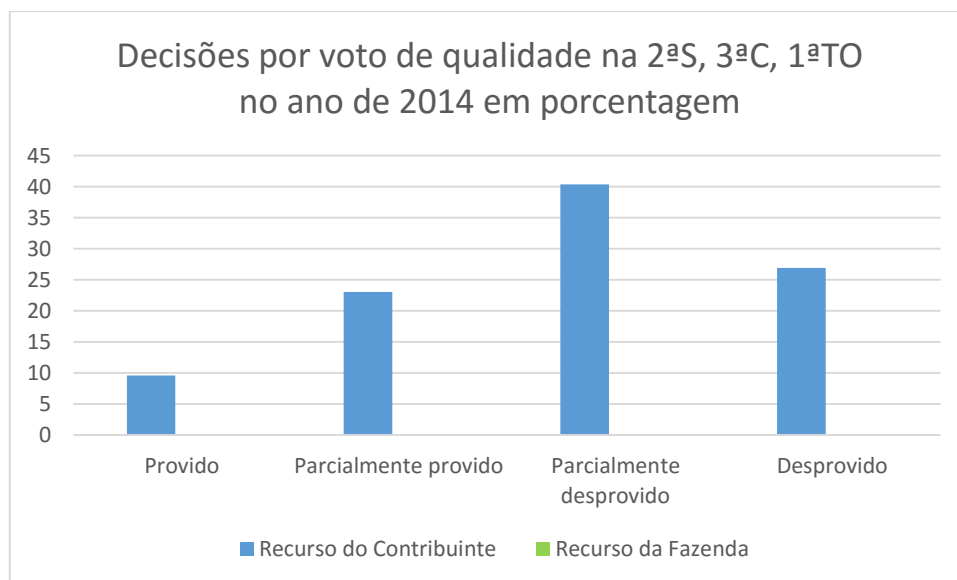


Figura 27: Decisões por voto de qualidade na 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os dados colhidos com a análise dos acórdãos proferidos pela 2ªS, 3ªC, 1ªTO no ano de 2014.

### 3.3. Terceira Seção

#### 3.3.1. Segunda Turma Ordinária da Segunda Câmara (3ªS, 2ªC, 2ªTO)

O total de acórdãos analisados nesta turma foi de 365, sendo a proporção dada pela tabela 17 e pela figura 28:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	324
Recurso da Fazenda	41
Total	365

Tabela 17: Recursos na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

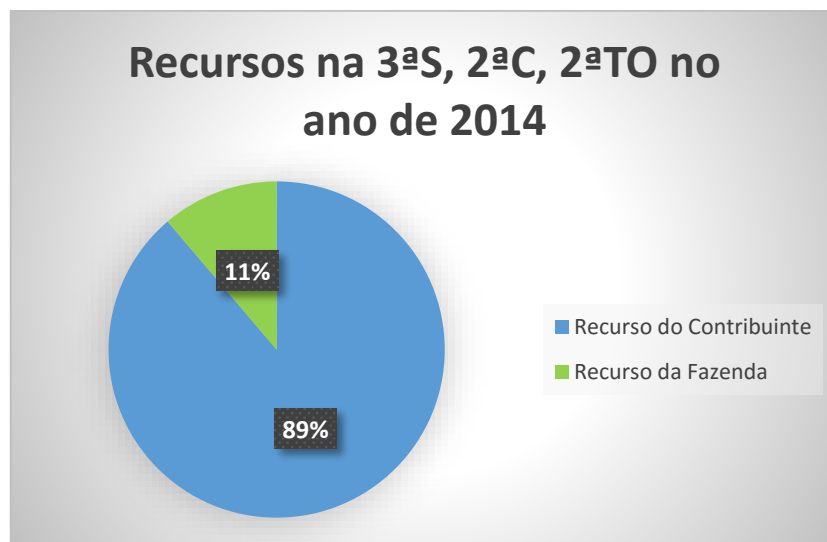


Figura 28: Recursos na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes recursos foram julgados e obtiveram decisões nas seguintes proporções, conforme figuras 29 e 30:

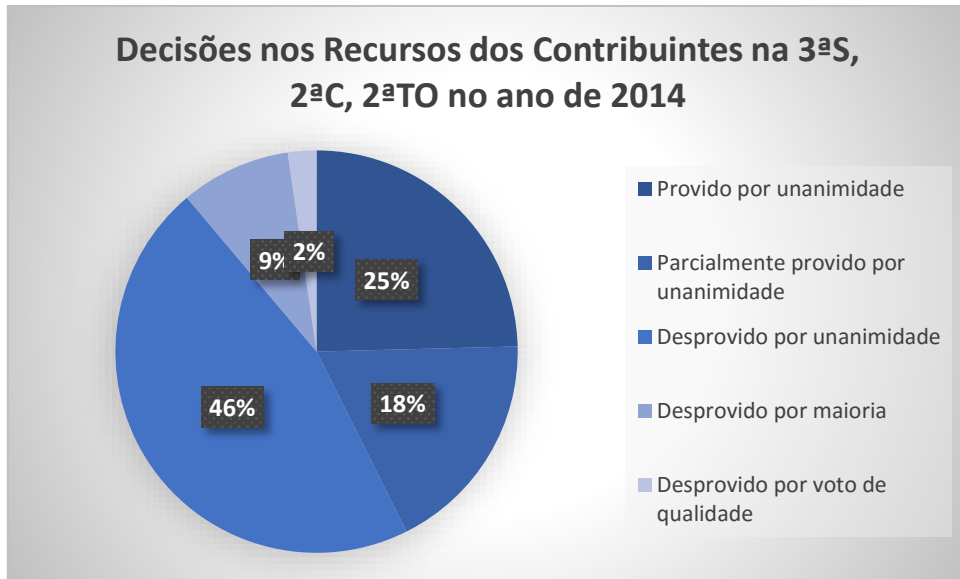


Figura 29: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

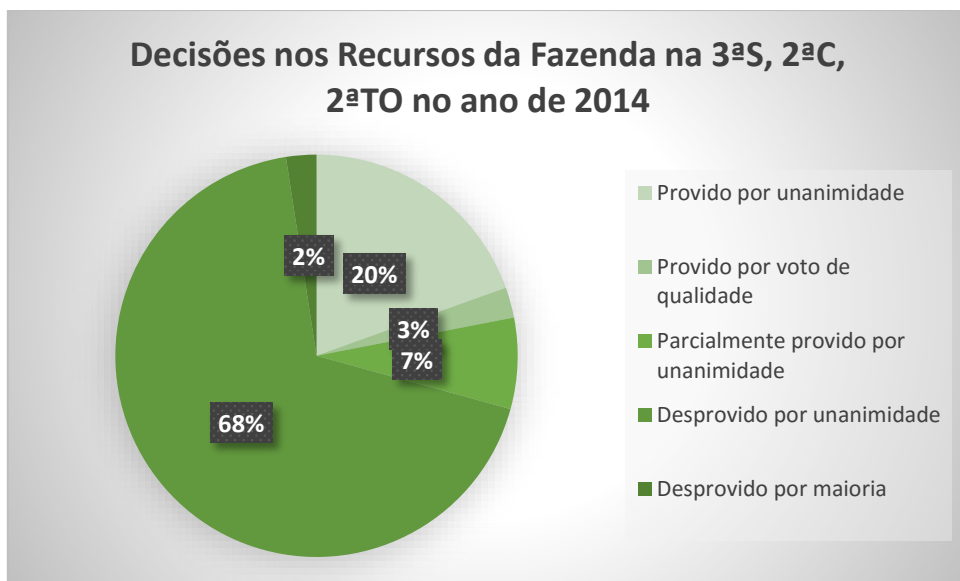


Figura 30: Decisões nos Recursos da Fazenda na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.



Para fins de comparação, seguem a figura 31 e a tabela 18:

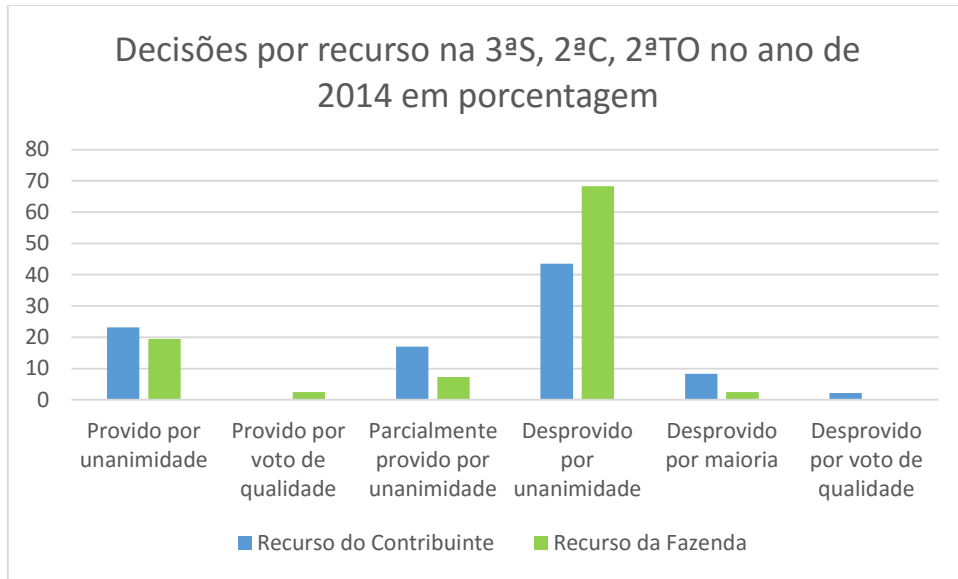


Figura 31: Decisões por recurso na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	75	8
Provido por maioria	3	0
Provido por voto de qualidade	0	1
Parcialmente provido por unanimidade	55	3
Parcialmente provido por maioria	9	0
Parcialmente provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	7	0
Desprovido por unanimidade	141	28
Desprovido por maioria	27	1
Desprovido por voto de qualidade	7	0
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>41</b>

Tabela 18: Decisões por recurso na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões unânimes, foram coletados os dados apresentados na tabela 19 e na figura 32:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	75	8
Parcialmente provido	55	3
Desprovido	141	28
Total	271	39

Tabela 19: Decisões por unanimidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

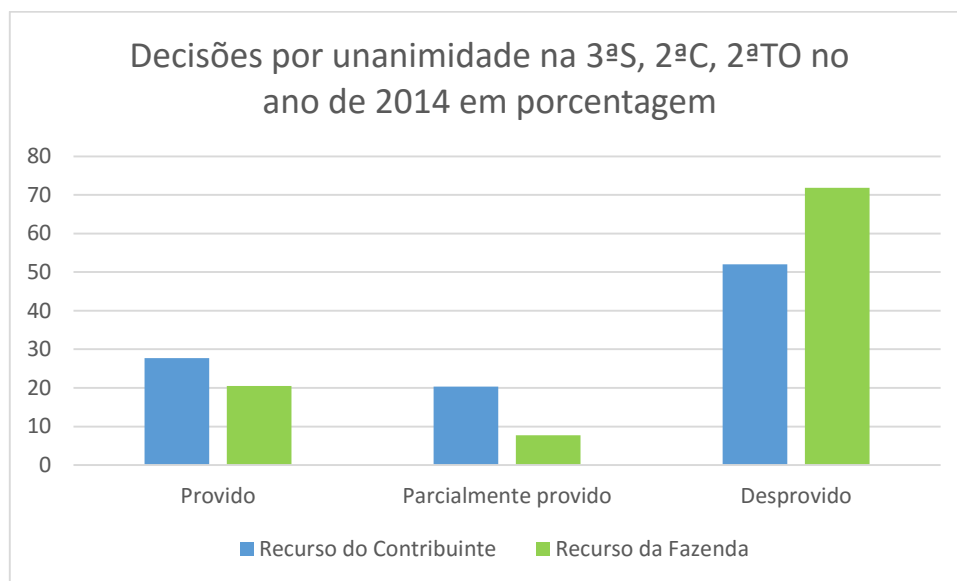


Figura 32: Decisões por unanimidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões por voto de qualidade, os dados coletados estão expressos na tabela 20 e figura 33:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	0	1
Parcialmente provido	0	0
Parcialmente desprovido	7	0
Desprovido	7	0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>1</b>

Tabela 20: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

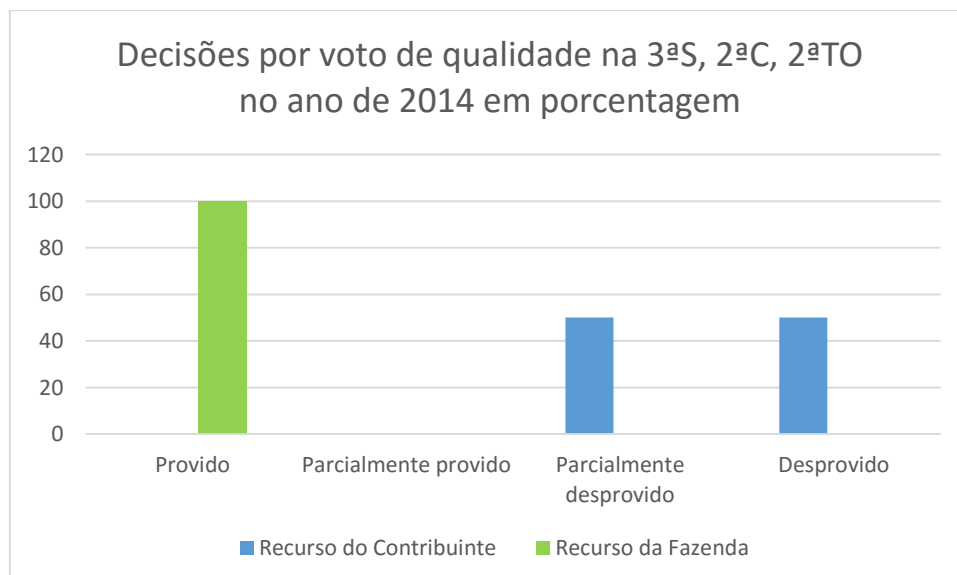


Figura 33: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os dados colhidos com a análise dos acórdãos proferidos pela 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

### 3.3.2. Segunda Turma da Quarta Câmara (3ªS, 4ªC, 2ªTO)

Foram analisados 268 acórdãos proferidos no ano de 2014 nesta turma. Os recursos dividiam-se conforme dados da tabela 21 e figura 34:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	249
Recurso da Fazenda	19
Total	268

Tabela 21: Recursos na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

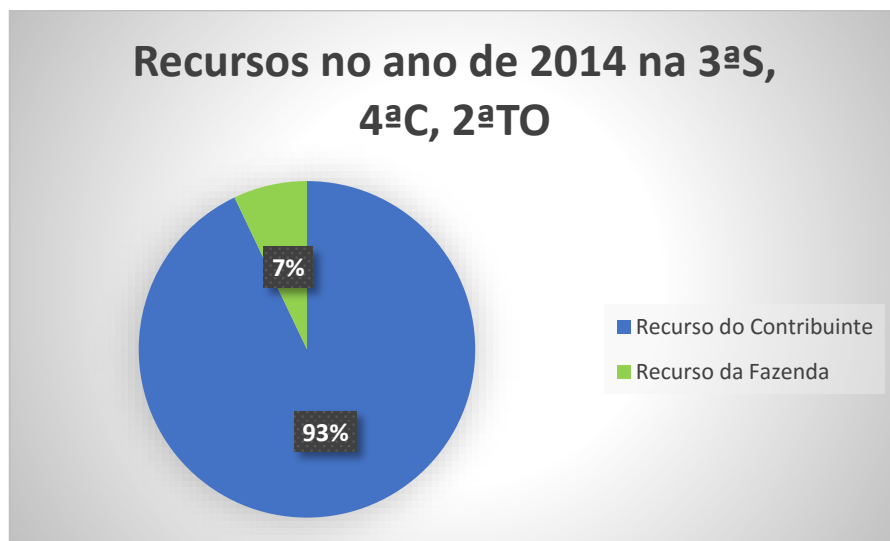


Figura 34: Recursos na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando-se o resultados dos julgamentos destes recursos, chegou-se aos dados apresentados pelas figuras 35 e 36:

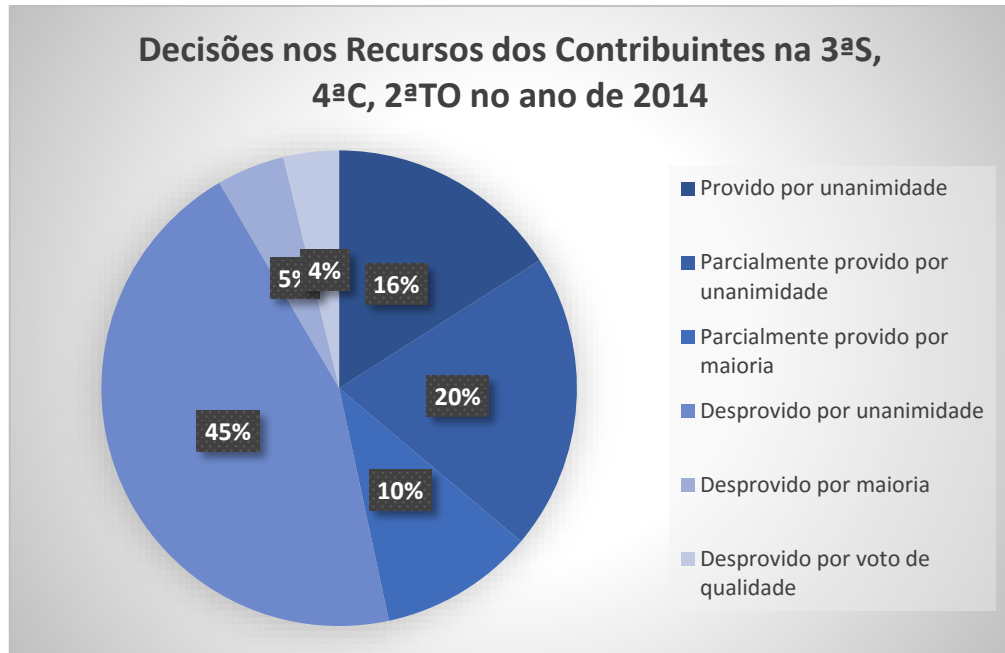


Figura 35: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

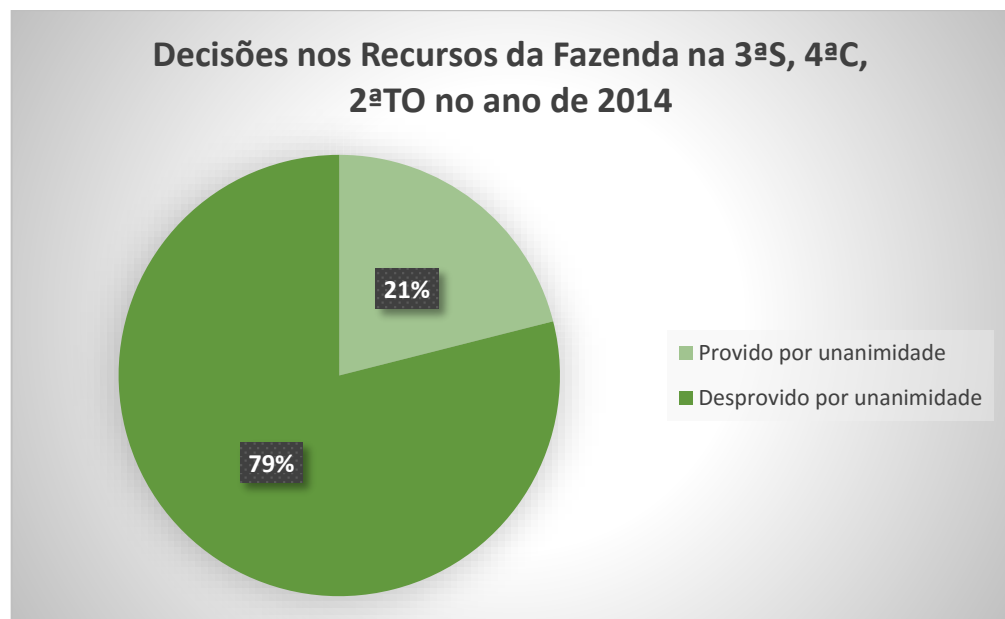


Figura 36: Decisões nos Recursos da Fazenda na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Para melhor comparação dos dados, seguem a figura 37 e a tabela 22:

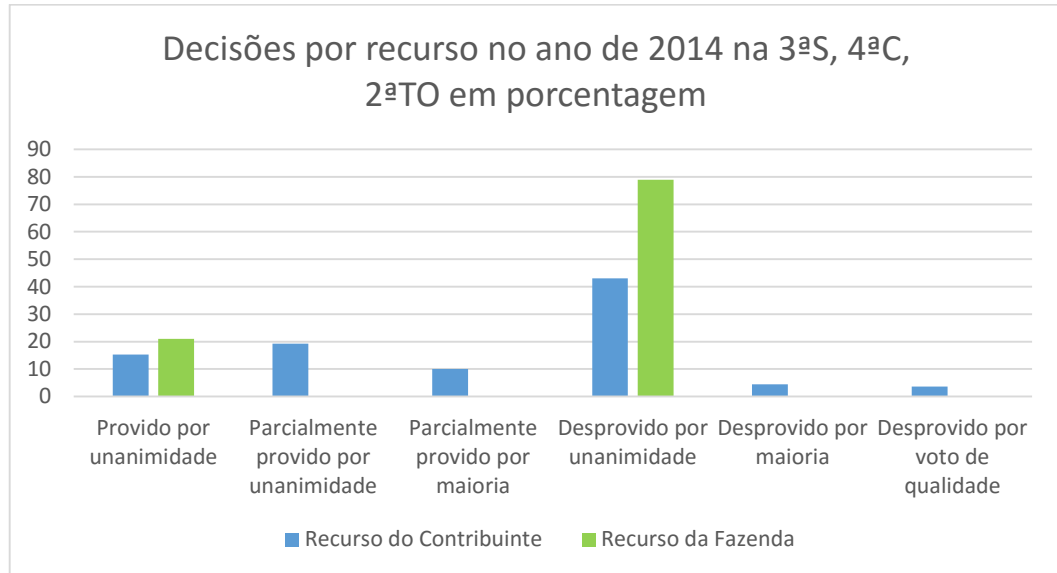


Figura 37: Decisões por recurso no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	38	4
Provido por maioria	8	0
Provido por voto de qualidade	1	0
Parcialmente provido por unanimidade	48	0
Parcialmente provido por maioria	25	0
Parcialmente provido por voto de qualidade	0	0
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	2	0
Desprovido por unanimidade	107	15
Desprovido por maioria	11	0
Desprovido por voto de qualidade	9	0
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>19</b>

Tabela 22: Decisões por recurso no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.



A respeito das decisões unânimes, seguem abaixo os dados na tabela 23 e na figura 38:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	38	4
Parcialmente provido	48	0
Desprovido	107	15
Total	193	19

Tabela 23: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem na 3ªS, 4ªC, 2ª TO em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

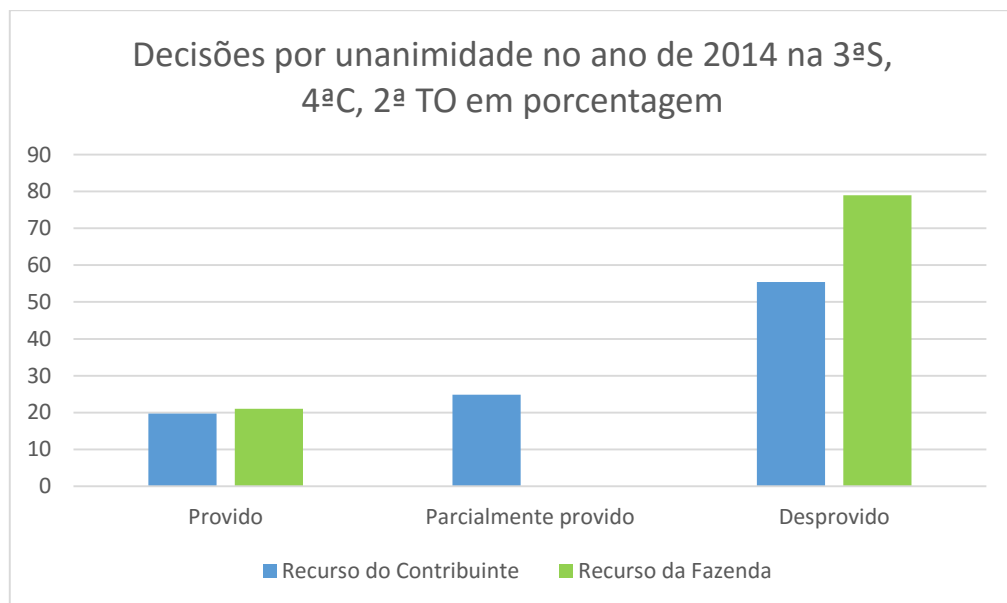


Figura 38: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem na 3ªS, 4ªC, 2ª TO em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões por voto de qualidade, os dados são apresentados na tabela 24 e na figura 39:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	1	0
Parcialmente provido	0	0
Parcialmente desprovido	2	0
Desprovido	9	0
Total	12	0

Tabela 24: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

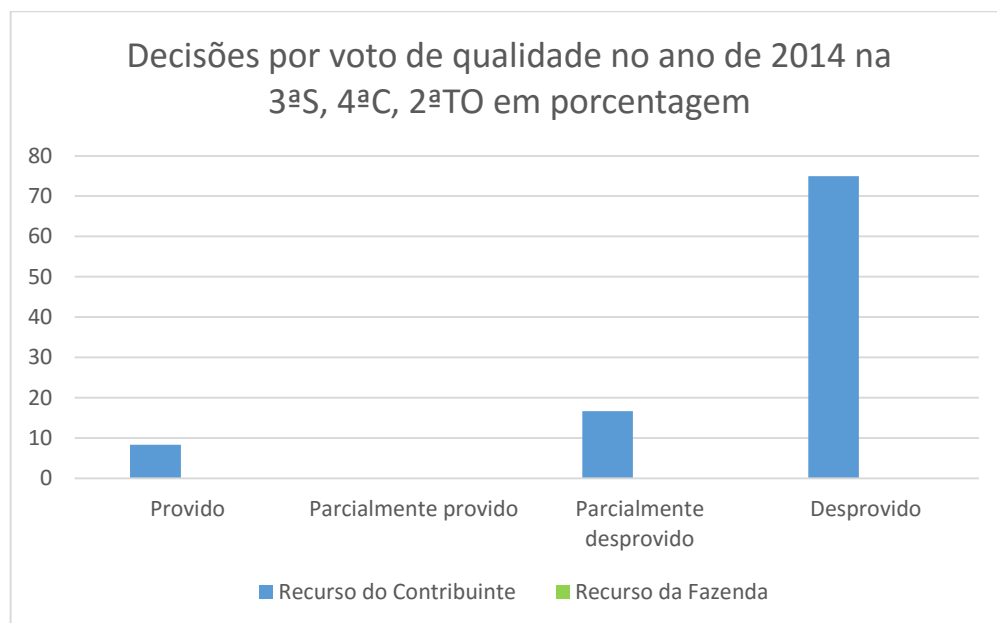


Figura 39: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 na 3ªS, 4ªC, 2ªTO em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os dados colhidos com a análise dos acórdãos proferidos pela 3ªS, 2ªC, 2ªTO no ano de 2014.

### 3.4. Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

Nesta turma, foram analisados, ao todo, 196 acórdãos, com a seguinte distribuição, conforme tabela 25 e figura 40:

Recurso	Quantidade
Recurso do Contribuinte	61
Recurso da Fazenda	135
Total	196

Tabela 25: Recursos na 1ª Turma CSRF no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

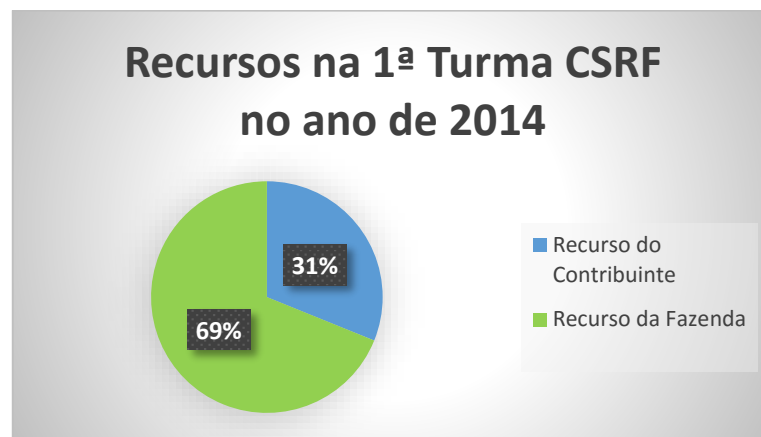


Figura 40: Decisões por voto de qualidade na 3ªS, 4ªC, 2ªTO no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Como se observa, na CSRF, o número de recursos da Fazenda é mais que o dobro do número de recursos do Contribuinte, diferentemente do que se observou nas câmaras baixas.

Com relação aos resultados dos julgamentos, são apresentados abaixo os dados nas figuras 41 e 42:

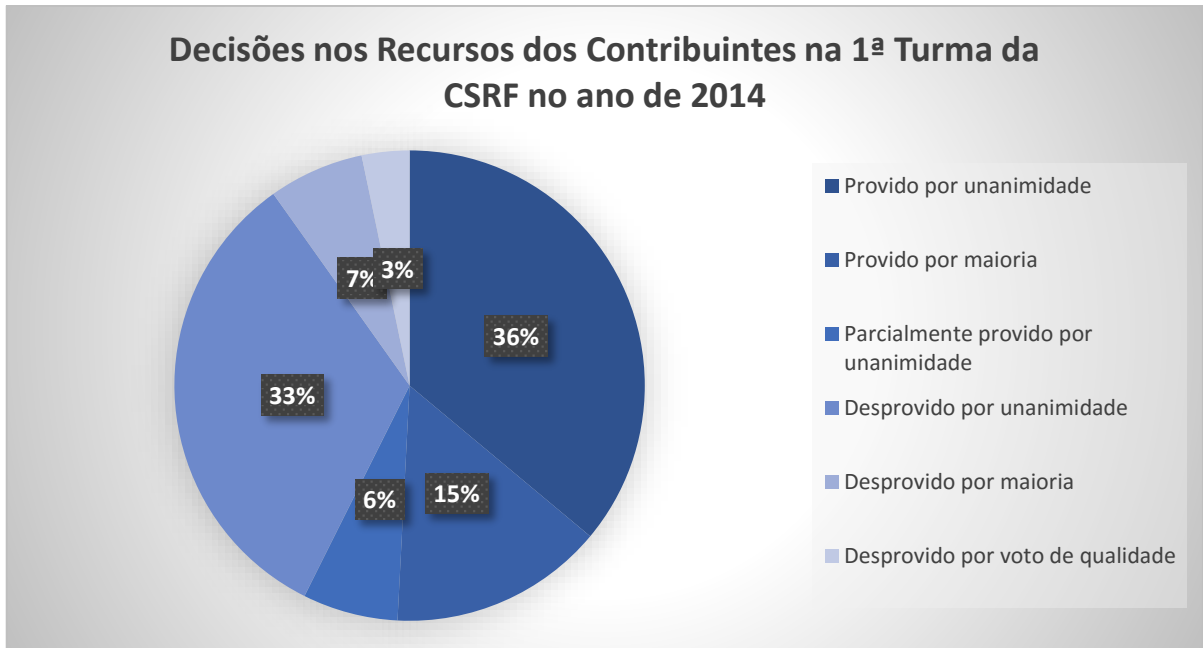


Figura 41: Decisões nos Recursos dos Contribuintes na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

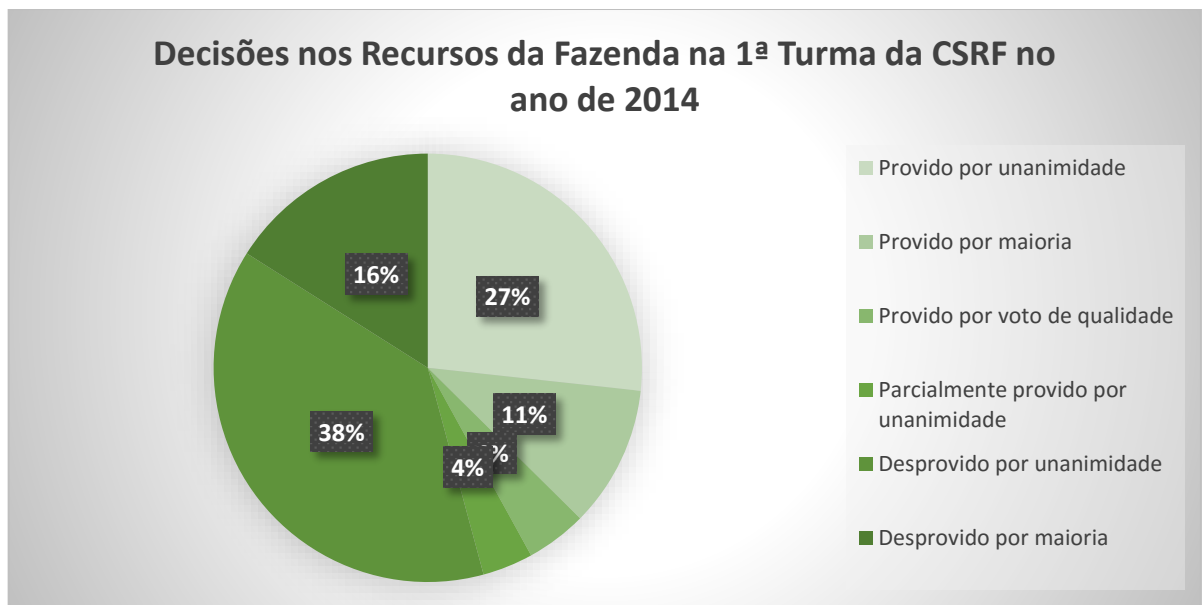


Figura 42: Decisões nos Recursos da Fazenda na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Para fins de comparação, seguem a figura 43 e a tabela 26:

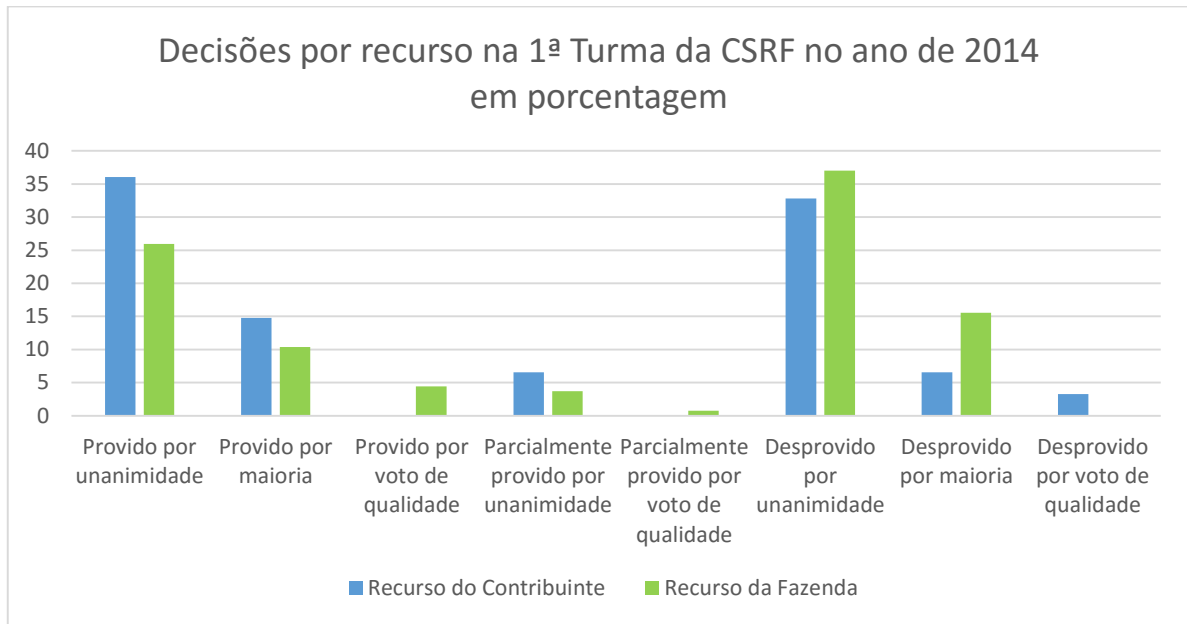


Figura 43: Decisões por recurso na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	22	35
Provido por maioria	9	14
Provido por voto de qualidade	0	6
Parcialmente provido por unanimidade	4	5
Parcialmente provido por maioria	0	3
Parcialmente provido por voto de qualidade	0	1
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	0	0
Desprovido por unanimidade	20	50
Desprovido por maioria	4	21
Desprovido por voto de qualidade	2	0
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>135</b>

Tabela 26: Decisões por recurso na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões unânimes, seguem abaixo os dados na tabela 27 e na figura 44:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	22	35
Parcialmente provido	4	5
Desprovido	20	50
Total	46	90

Tabela 27: Decisões por unanimidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

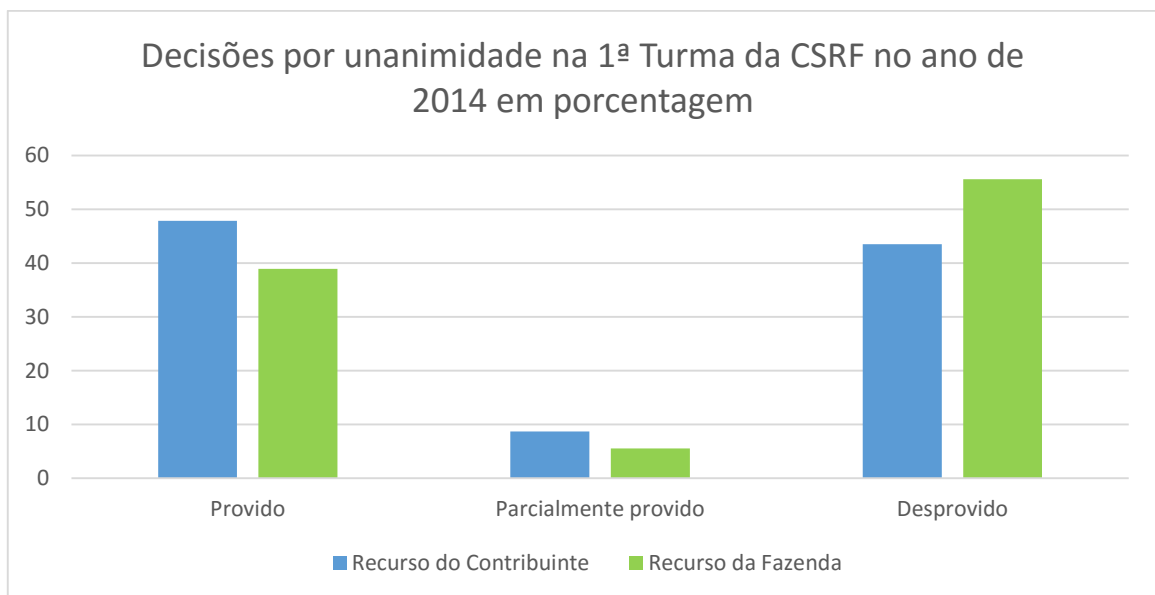


Figura 44: Decisões por unanimidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito das decisões por voto de qualidade, os dados são apresentados na tabela 28 e na figura 45:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	0	6
Parcialmente provido	0	1
Parcialmente desprovido	0	0
Desprovido	2	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Tabela 28: Decisões por voto de qualidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

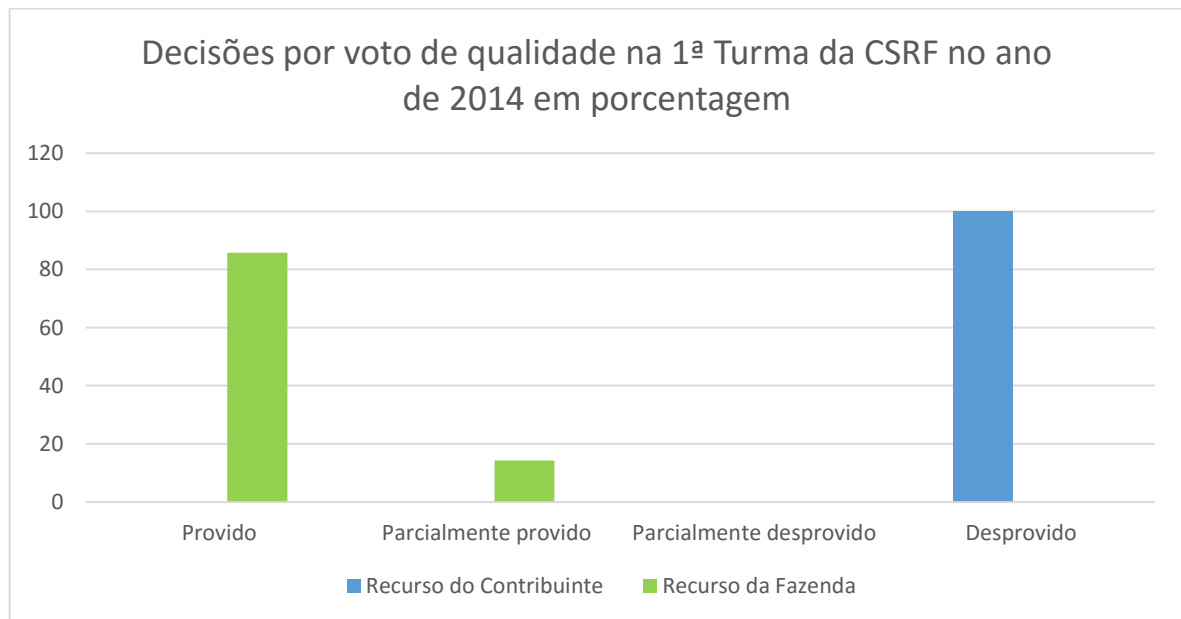


Figura 45: Decisões por voto de qualidade na 1ª Turma da CSRF no ano de 2014 porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os dados colhidos com a análise dos acórdãos proferidos pela 1ª Turma da CSRF no ano de 2014.



## Capítulo IV – Apresentação de dados gerais e análise estatística

### 4.1. Dados gerais

Após apresentação de todos os dados coletados em cada turma, passaremos a uma análise geral dos julgamentos do CARF, começando pela apresentação dos números.

Foram analisados, no total, 2137 acórdãos, abrangendo um total de 14 presidentes, que se referiam aos recursos tanto da Fazenda quanto do contribuinte na proporção abaixo demonstrada na tabela 29 e na figura 46:

Recurso	Quantidades
Recurso do Contribuinte	1791
Recurso da Fazenda	346
Total	2137

Tabela 29: Recursos no ano de 2014 por amostragem.

Fonte: dados da pesquisa.

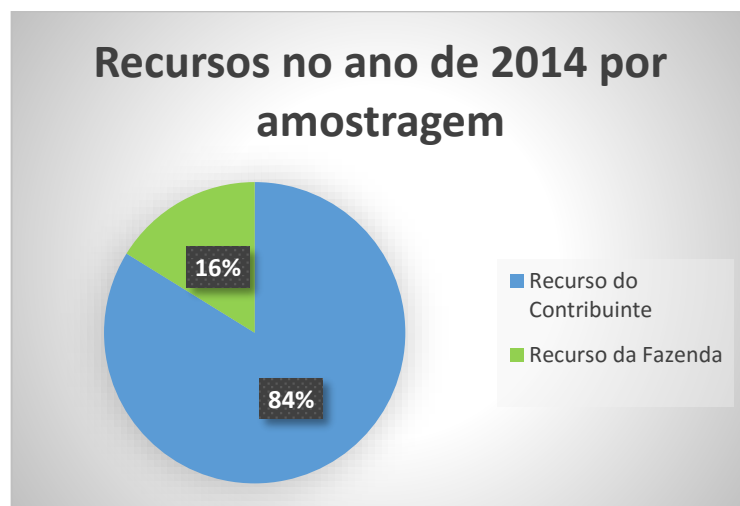


Figura 46: Recursos no ano de 2014 por amostragem.

Fonte: dados da pesquisa.

Como se percebe, no CARF, os recursos são majoritariamente dos contribuintes, muito provavelmente, em razão dos mecanismos que facilitam o acesso destes ao Conselho, como a

desnecessidade de garantia do juízo e de advogados para ajuizamento de causas. Isso demonstra a importância que este órgão representa para a sociedade como um todo, funcionando como importante ferramenta no acesso à justiça.

Além disso, é muito mais interessante para o contribuinte interpor recurso no CARF do que para a Fazenda, pois, pelo princípio da autotutela, caso a Fazenda tenha seu recurso desprovido nesta instância administrativa, ela não poderá recorrer na esfera judicial. O mesmo não acontece com o contribuinte que, após o fim do processo administrativo, caso não tenha obtido resultado satisfatório, pode ainda buscar seus direitos na esfera judicial, sendo a esfera administrativa apenas uma etapa – mais facilitada, como já dito – antes de se recorrer judicialmente.

Com relação aos resultados dos julgamentos destes recursos, temos os dados apresentados pelos gráficos das figuras 47 e 48 abaixo:

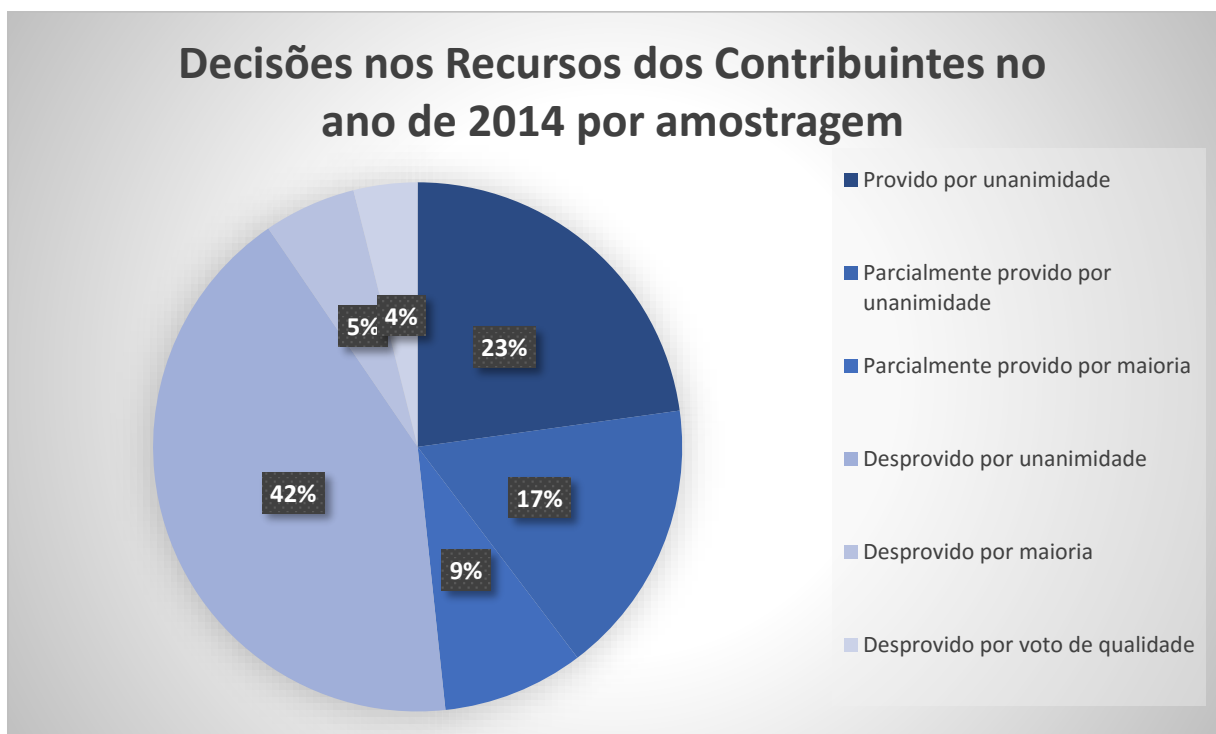


Figura 47: Decisões nos Recursos dos Contribuintes no ano de 2014 por amostragem.

Fonte: dados da pesquisa.

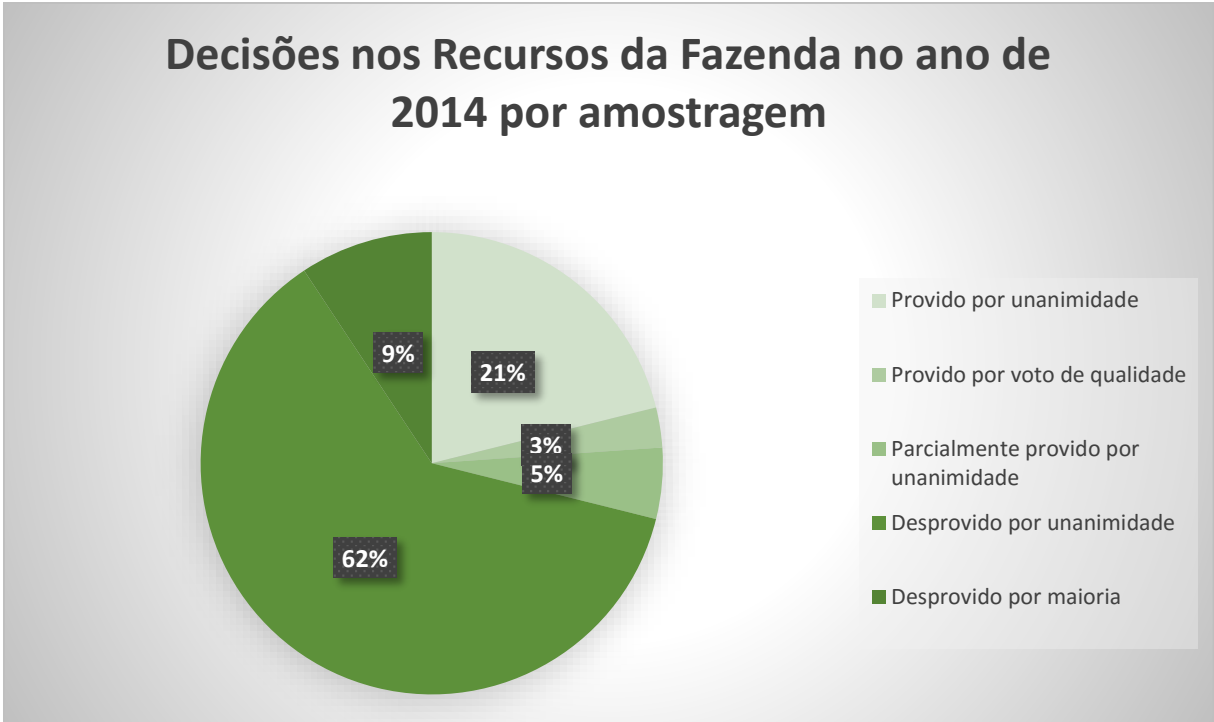


Figura 48: Decisões nos Recursos da Fazenda no ano de 2014 por amostragem.

Fonte: dados da pesquisa.

Para melhor comparação, apresentamos a figura 49 e a tabela 30:

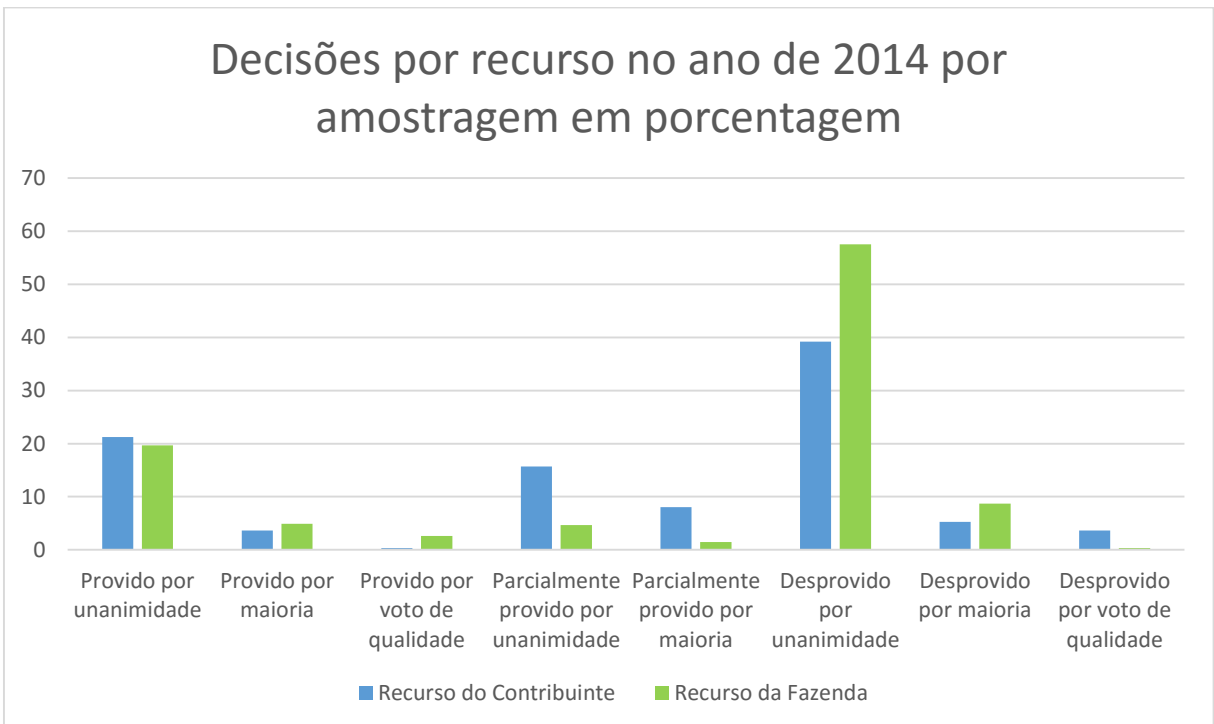


Figura 49: Decisões por recurso no ano de 2014 por amostragem em porcentagem.

Fonte: dados da pesquisa.

<b>Resultado</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido por unanimidade	380	68
Provido por maioria	65	17
Provido por voto de qualidade	6	9
Parcialmente provido por unanimidade	281	16
Parcialmente provido por maioria	144	5
Parcialmente provido por voto de qualidade	15	1
Parcialmente desprovido por voto de qualidade	39	0
Desprovido por unanimidade	702	199
Desprovido por maioria	94	30
Desprovido por voto de qualidade	65	1
<b>Total</b>	<b>1791</b>	<b>346</b>

Tabela 30: Decisões por recurso no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito dos casos decididos por unanimidade, chegou-se aos seguintes resultados abaixo demonstrados na figura 50 e na tabela 31:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	380	68
Parcialmente provido	281	16
Desprovido	702	199
Total	1363	283

Tabela 31: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

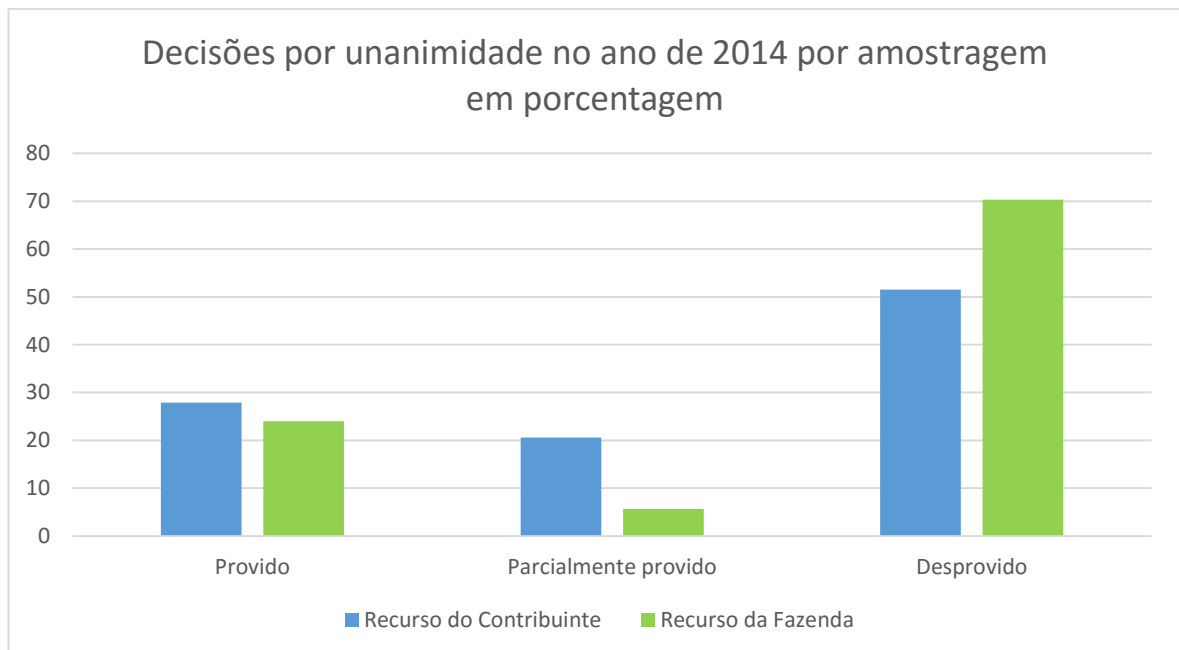


Figura 50: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em porcentagem.

Fonte: dados de pesquisa.

Sobre o número de processos decididos pelo voto de qualidade, seguem os números abaixo na tabela 32 e na figura 51:

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	6	9
Parcialmente provido	15	1
Parcialmente desprovido	39	0
Desprovido	65	1
Total	125	11

Tabela 32: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

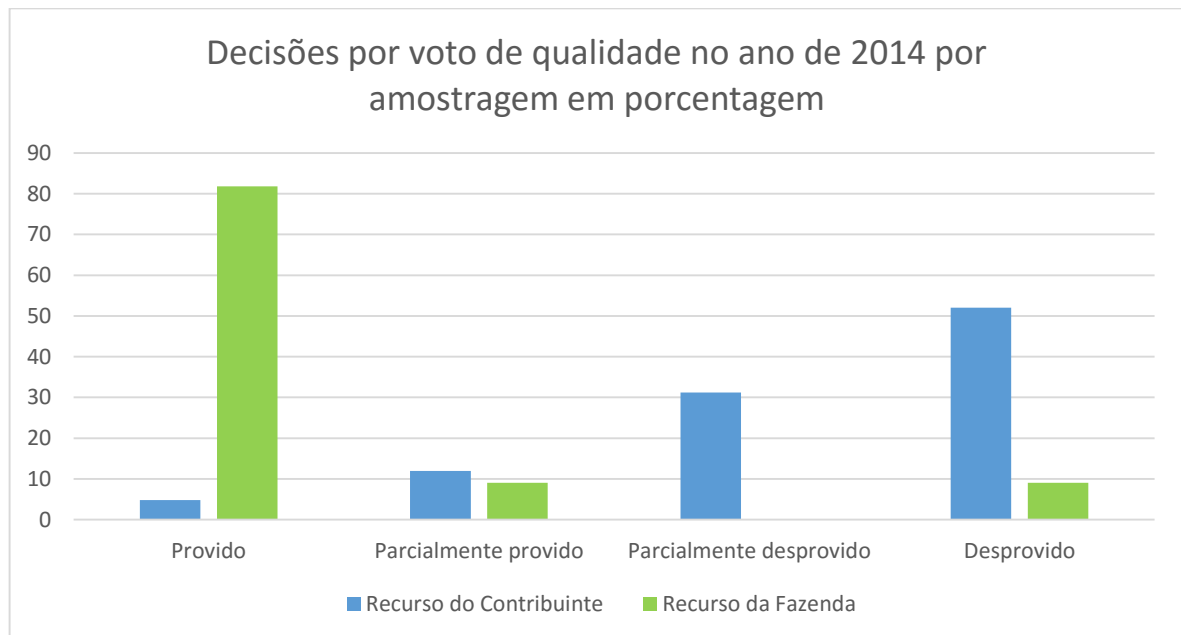


Figura 51: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em porcentagem.

Fonte: dados de pesquisa.

## 4.2. Análise estatística

De posse dos dados gerais referentes aos julgamentos do CARF no ano de 2014 por amostragem, as análises estatísticas a que se propõe este trabalho podem finalmente ser feitas.

### Teste de hipótese para proporções

Trata-se de um ferramenta estatística utilizada para verificar se uma afirmação feita com relação a algum parâmetro da amostra é verdadeira ou falsa (MORETTIN; BUSSAB, 2013, p. 336). No caso deste trabalho, busca-se verificar qual a relação entre as proporções de votos por unanimidade e votos por qualidade.

Inicialmente, buscamos verificar se as proporções são estatisticamente iguais ou diferentes. Para tanto, usaremos o teste de hipótese de proporções propondo as seguintes hipóteses a serem testadas:

- Hipótese nula  $\rightarrow H_0: P_1=P_2$
- Hipótese alternativa  $\rightarrow H_1: P_1 \neq P_2$

Onde,  $P_1$  será a proporção encontrada nos acórdãos proferidos por unanimidade e  $P_2$  a proporção encontrada nos acórdãos proferidos por voto de qualidade, o que será melhor explicado adiante.

Por padronização, o teste costuma ser feito somente para  $H_0$ , pois, como se trata de um teste binário, a confirmação de uma das hipóteses exclui a outra, não sendo necessário realizar dois testes.

Como o teste verificará a hipótese alternativa  $H_1: P_1 \neq P_2$ , utilizaremos um teste bilateral, que será melhor explicado adiante.

Neste teste, calcularemos, a partir dos dados obtidos, se o número de julgamentos com resultado dado por voto de qualidade é proporcional às demais modalidades de resultados. Para tanto, usaremos como parâmetro o número de decisões dadas por unanimidade de votos. Isso porque, estamos considerando que as decisões unânimes são as que melhor refletem a proporção de provimento, parcial provimento e desprovimento dos recursos por estarem, presumidamente, livres das opiniões pessoais dos julgadores, e, neste sentido, com mais chances de refletirem a proporção idealmente justa. Desse modo, as decisões unânimes representadas pela tabela 31 servirão como proporção  $P_1$ , parâmetro.

Tendo a proporção de decisões unânimes como parâmetro, avançaremos para a análise da proporção de voto de qualidade na população a fim de verificar se as decisões por voto de qualidade seguem a mesma proporção das decisões por unanimidade. A partir disso, poderemos afirmar algo acerca da existência de favorecimento desproporcional à Fazenda ou não. Para tanto, utilizaremos as proporções apresentadas pela tabela 32, mas com uma alteração que se explica.

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	380	68
Parcialmente provido	281	16
Desprovido	702	199
Total	1363	283

Tabela 33: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	6	9
Parcialmente provido	15	1
Parcialmente desprovido	39	0
Desprovido	65	1
Total	125	11

Tabela 34: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

Como se observa, a inserção da nova modalidade “parcialmente desprovido por voto de qualidade”, pelas razões já expostas no capítulo anterior, impossibilita uma efetiva comparação entre as modalidades de decisões porque as decisões “parcialmente desprovidas por voto de qualidade” ficariam sem parâmetro, já que não existe a modalidade “parcialmente desprovida por unanimidade”. A fim de solucionar este problema, seguiu-se a seguinte linha de raciocínio.

Os resultados das decisões são binários, isto é, o desprovimento de um recurso do contribuinte equivale a um provimento da Fazenda e vice-versa pois a vitória de um implica,



necessariamente, na derrota do outro. Nesse sentido, um recurso que foi parcialmente desprovido para uma das partes foi parcialmente provido para a outra. Pensando assim, a solução encontrada para retirar a categoria de “parcialmente desprovido”, sem deixar de utilizá-la, foi considerar o “parcial desprovidimento” dos recursos do contribuinte como “parcial provimento da Fazenda” e vice-versa. Feito isso, obtivemos uma nova tabela que pode ser comparada à tabela 28 sem problemas. Segue a tabela 33:

<b>Resultados por voto de qualidade</b>	<b>Recurso do Contribuinte</b>	<b>Recurso da Fazenda</b>
Provido	6	9
Parcialmente provido	15	40
Desprovido	65	1
Total	86	50

Tabela 35: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem (com supressão da linha referente a parcial desprovidimento).

Fonte: dados da pesquisa.

Desse modo, teríamos a seguinte comparação:

Resultados unânimes	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	380	68
Parcialmente provido	281	16
Desprovido	702	199
Total	1363	283

Tabela 36: Decisões por unanimidade no ano de 2014 por amostragem em números absolutos.

Fonte: dados da pesquisa.

Resultados por voto de qualidade	Recurso do Contribuinte	Recurso da Fazenda
Provido	6	9
Parcialmente provido	15	40
Desprovido	65	1
Total	86	50

Tabela 37: Decisões por voto de qualidade no ano de 2014 por amostragem

(com supressão da linha referente a parcial desprovemento).

Fonte: dados da pesquisa.

Como estão sendo analisadas 3 modalidades de proporção, serão realizados 3 testes, tendo como referência as proporções das decisões nos recursos dos contribuintes, sendo que o Teste 1 refere-se às decisões de provimento, o Teste 2, às decisões de parcial provimento e o Teste 3, às decisões de desprovimento, do seguinte modo:

$$\begin{aligned} \text{➤ Teste 1} &\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} = \frac{6}{6+9} \text{ e } H_1: P_1 \neq P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} \neq \frac{6}{6+9} \\ \text{➤ Teste 2} &\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} = \frac{15}{15+40} \text{ e } H_1: P_1 \neq P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} \neq \frac{15}{15+40} \\ \text{➤ Teste 3} &\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} = \frac{65}{65+1} \text{ e } H_1: P_1 \neq P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} \neq \frac{65}{65+1} \end{aligned}$$

É importante que se tenha em mente que as igualdades aqui propostas referem-se a uma igualdade estatística, não matemática, já que, logicamente, as proporções não podem ser matematicamente iguais. O que se busca é saber se, para fins estatísticos, as proporções podem ser consideradas iguais ou diferentes. Caso sejam diferentes, faremos ainda um outro teste, para verificar a qual delas é maior, teste que será melhor explicado adiante.

Para cada um dos testes, será utilizada a seguinte fórmula (MORETTIN; BUSSAB, 2013, p. 395):

$$Z_{cal} = \frac{P_1 - P_2}{\sqrt{\frac{P(1-P)}{N_1} + \frac{P(1-P)}{N_2}}} \quad (1)$$

Nesta equação, temos que  $P_1$  é a proporção das decisões unânimes (parâmetro),  $N_1$  é o total de decisões unânimes na modalidade analisada,  $P_2$  é a proporção das decisões por voto de qualidade,  $N_2$  é o total de decisões por voto de qualidade na modalidade analisada e  $P$  é a média ponderada entre  $P_1$  e  $P_2$  e pode ser calculada usando-se a seguinte equação (MORETTIN; BUSSAB, 2013, p. 395):

$$P = \frac{N_1 P_1 + N_2 P_2}{N_1 + N_2} \quad (2)$$

Por fim,  $Z_{cal}$  (“Z calculado”) é o valor que se busca encontrar a fim de compará-lo com  $Z_{tab}$  (“Z tabelado”) que é o valor previsto pela Tabela de Distribuição Normal de acordo com a confiabilidade do teste, para obtenção o resultado. Neste caso,  $Z_{tab} = 2,575$ , para um teste bilateral com confiabilidade de 99%.

Segundo a literatura, em especial (MORETTIN; BUSSAB, 2013, p. 345), devemos utilizar os seguintes passos para construção de um teste de hipótese:

1. Fixar a hipótese  $H_0$  a ser testada e a hipótese alternativa  $H_1$  admitida;
2. Decidir qual estimador será usado para testar a hipótese  $H_0$ ;
3. Fixar a probabilidade  $\alpha$  de cometer o erro de rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira;
4. Usar observações da amostra para calcular o valor da estatística do teste;
5. Aceitar  $H_0$  se o valor calculado estiver fora da região crítica ou rejeitar  $H_0$  se o valor calculado estiver na região crítica de rejeição de  $H_0$ ;

A fim de melhor compreender este método, analisemos a curva normal abaixo:

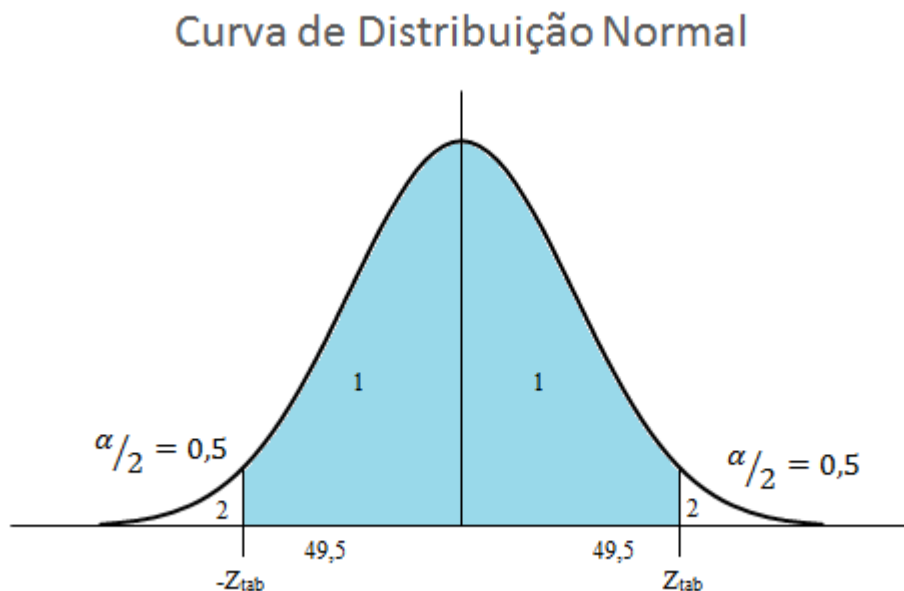


Figura 52: Curva de Distribuição Normal para um teste com 99% de confiabilidade.

Fonte: produzida pela autora.

A figura 52 refere-se à Curva de Distribuição Normal, sendo que a área total sob a curva normal soma 100% de probabilidade de ocorrência das amostras. No caso desta curva, optou-se por um índice de 99% de confiança, isto é, existe 1% de chance de cometermos o erro de rejeitarmos a hipótese  $H_0$  quando esta for verdadeira ( $\alpha = 1\%$ ).

Como estamos fazendo um teste bilateral, pois  $P_1 \neq P_2$ , observa-se que a curva apresenta duas regiões críticas ou regiões de rejeição de  $H_0$ , sendo essas regiões as áreas brancas (área 2). Isso significa que, valores de  $Z_{cal}$  que estejam nesta região demonstram que  $P_1 \neq P_2$ .

Em contrapartida, resultados de  $Z_{cal}$  compreendidos dentro da área azul 1 refletem a igualdade das proporções  $P_1$  e  $P_2$ . Em suma:

➤ Se  $-Z_{tab} < Z_{cal} < Z_{tab} \rightarrow H_0$  é verdadeira  $\rightarrow P_1 = P_2$

➤ Se  $Z_{cal} \leq -Z_{tab}$  ou  $Z_{cal} \geq Z_{tab} \rightarrow H_0$  é falsa  $\rightarrow P_1 \neq P_2$

Esclarecida a teoria por trás do mecanismo, partimos para a realização dos testes.

❖ Teste 1  $\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} = \frac{6}{6+9}$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(380 + 68) * \frac{380}{380 + 68} + (6 + 9) * \frac{6}{6 + 9}}{380 + 68 + 6 + 9}$$

$$P = 0,8257$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{cal} = \frac{\frac{380}{380 + 68} - \frac{6}{6 + 9}}{\sqrt{\frac{0,8257 * (1 - 0,8257)}{380 + 68} + \frac{0,8257(1 - 0,8257)}{6 + 9}}}$$

$$Z_{cal} = 4,4186$$

Como é sabido,  $Z_{tab} = \pm 2,575$ . Logo,  $Z_{cal} > Z_{tab}$  ( $4,4186 > 2,575$ )  $\rightarrow H_0$  foi rejeitada para este teste, sendo  $P_1 \neq P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “provimento por unanimidade” (parâmetro) é diferente da proporção de decisões “provimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 1: hipótese  $H_0$  rejeitada.

❖ Teste 2  $\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} = \frac{15}{15+40}$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(281 + 16) * \frac{281}{281 + 16} + (15 + 40) * \frac{15}{15 + 40}}{281 + 16 + 15 + 40}$$

$$P = 0,8353$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{cal} = \frac{\frac{281}{281+16} - \frac{15}{15+40}}{\sqrt{\frac{0,8353 * (1 - 0,8353)}{281+16} + \frac{0,8353(1 - 0,8353)}{15+40}}}$$

$$Z_{cal} = 12,3056$$

Como é sabido,  $Z_{tab} = \pm 2,575$ . Logo,  $Z_{cal} > Z_{tab}$  ( $12,3056 > 2,575$ )  $\rightarrow H_0$  foi rejeitada para este teste, sendo  $P_1 \neq P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “parcial provimento por unanimidade” (parâmetro) é diferente da proporção de decisões “parcial provimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 2: hipótese  $H_0$  rejeitada.

$$\diamond \text{ Teste 3 } \rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} = \frac{65}{65+1}$$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(702 + 199) * \frac{702}{702 + 199} + (65 + 1) * \frac{65}{65 + 1}}{702 + 199 + 65 + 1}$$

$$P = 0,7936$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{cal} = \frac{\frac{702}{702+199} - \frac{65}{65+1}}{\sqrt{\frac{0,7936 * (1 - 0,7936)}{702+199} + \frac{0,7936(1 - 0,7936)}{65+1}}}$$

$$Z_{cal} = -3,8752$$

Como é sabido,  $Z_{tab} = \pm 2,575$ . Logo,  $Z_{cal} < Z_{tab}$  ( $-3,8752 < -2,575$ )  $\rightarrow H_0$  foi rejeitada para este teste, sendo  $P_1 \neq P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “desprovimento por unanimidade” (parâmetro) é diferente da proporção de decisões “desprovimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 3: hipótese  $H_0$  rejeitada.

Como, em todos os testes, pudemos concluir que as proporções  $P_1$  e  $P_2$  são diferentes, precisamos de um método para mensurar a relação de grandeza entre elas, isto é, qual delas é menor ou maior, já que, simplesmente, saber que as proporções são diferentes é uma informação importante, mas pouco conclusiva. Para tanto, faremos um teste muito similar ao anterior, mas, agora, para verificar se  $P_1 > P_2$ .

Para tanto, usaremos o teste de hipótese de proporções propondo as seguintes hipóteses a serem testadas:

- Hipótese nula  $\rightarrow H_0: P_1=P_2$
- Hipótese alternativa  $\rightarrow H_1: P_1>P_2$

Como o teste verificará a hipótese alternativa  $H_1: P_1 > P_2$ , utilizaremos agora um teste unilateral à direita, pois é o teste apropriado para esta análise.

Novamente, serão realizados 3 testes, tendo como referência as proporções das decisões nos recursos dos contribuintes, sendo que o Teste 1 se refere às decisões de provimento, o Teste 2, às decisões de parcial provimento e o Teste 3, às decisões de desprovimento, do seguinte modo:

- Teste 1  $\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} = \frac{6}{6+9}$  e  $H_1: P_1 > P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} > \frac{6}{6+9}$
- Teste 2  $\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} = \frac{15}{15+40}$  e  $H_1: P_1 > P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} > \frac{15}{15+40}$
- Teste 3  $\rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} = \frac{65}{65+1}$  e  $H_1: P_1 > P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} > \frac{65}{65+1}$

Como já constatamos,  $P_1 \neq P_2$ , portanto, a priori, não haveria meios de  $H_0: P_1 = P_2$ , ser aceita. Porém, usamos essa hipótese, mesmo assim, por padronização e porque, estatisticamente, faz sentido, pois os testes são independentes. Assim, podemos ter dois resultados:  $P_1 = P_2$  ou  $P_1 > P_2$ , sendo que sabemos  $P_1 \neq P_2$ . Diante disso, interpretaremos do seguinte modo: se o teste resultar na aceitação de  $H_0: P_1 = P_2$ , entenderemos que  $P_1 < P_2$ , pois, por eliminação, se  $P_1$  não é maior  $P_2$  e as proporções são diferentes, a única relação possível entre elas é que  $P_1 < P_2$ .

As etapas do teste unilateral à direita são idênticas às do teste bilateral e as equações utilizadas também. O que muda é interpretação da curva normal e o  $Z_{\text{tab}}$  que será dado por uma

tabela diferente (Tabela de Distribuição Normal Padrão Acumulada). Neste caso,  $Z_{\text{tab}} = 2,325$ , para um teste bilateral à direita com confiabilidade de 99%

A curva de distribuição normal do teste unilateral à direita é demonstrada abaixo:

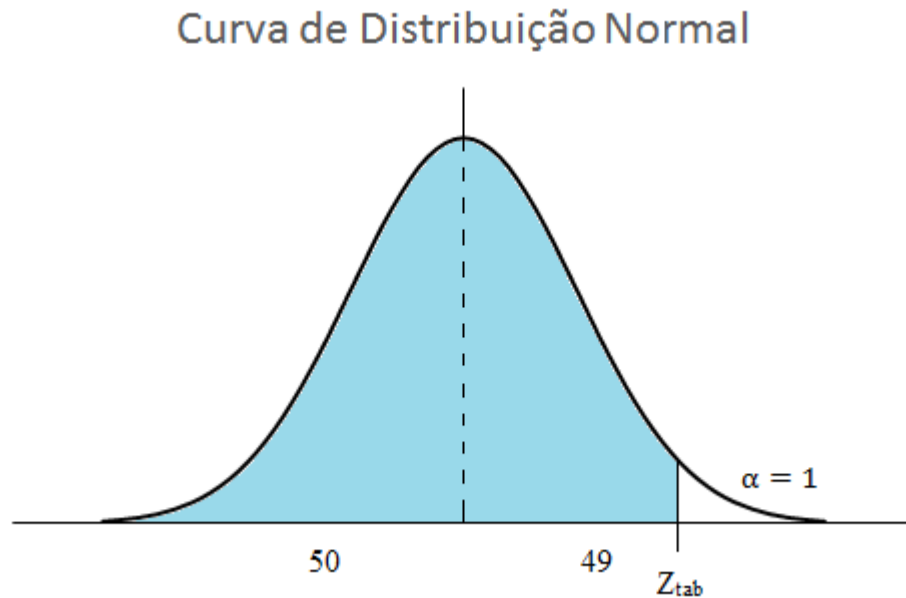


Figura 53: Curva de Distribuição Normal Acumulada à Direita para um teste com 99% de confiabilidade.

Fonte: produzida pela autora.

A figura 53 refere-se à Curva de Distribuição Normal Acumulada à Direita, sendo que, do mesmo que a Curva de Distribuição Normal, a área total sob a curva normal soma 100% de probabilidade de ocorrência das amostras. No caso desta curva, optou-se por um índice de 99% de confiança, isto é, existe 1% de chance de cometermos o erro de rejeitarmos a hipótese  $H_0$  quando esta for verdadeira ( $\alpha = 1\%$ ).

Como estamos fazendo um teste unilateral à direita, pois  $H_1: P_1 > P_2$ , observa-se que a curva apresenta apenas uma região crítica ou região de rejeição de  $H_0$ , que é a área branca à direita. Isso significa que, valores de  $Z_{\text{cal}}$  que estejam nesta região demonstram que  $P_1 > P_2$ .

Em contrapartida, resultados de  $Z_{\text{cal}}$  compreendidos dentro da área azul 1 refletem a igualdade das proporções  $P_1$  e  $P_2$  ou, como já explicitado,  $P_1 < P_2$ . Em suma:

- Se  $Z_{\text{cal}} < Z_{\text{tab}} \rightarrow H_0$  é verdadeira  $\rightarrow P_1 = P_2$  ( $P_1 < P_2$ )
- Se  $Z_{\text{cal}} \geq Z_{\text{tab}} \rightarrow H_0$  é falsa  $\rightarrow P_1 > P_2$



Passando aos testes:

$$\text{❖ Teste 1} \rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{380}{380+68} = \frac{6}{6+9}$$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(380 + 68) * \frac{380}{380 + 68} + (6 + 9) * \frac{6}{6 + 9}}{380 + 68 + 6 + 9}$$

$$P = 0,8257$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{cal} = \frac{\frac{380}{380 + 68} - \frac{6}{6 + 9}}{\sqrt{\frac{0,8257 * (1 - 0,8257)}{380 + 68} + \frac{0,8257(1 - 0,8257)}{6 + 9}}}$$

$$Z_{cal} = 4,4186$$

Como é sabido,  $Z_{tab} = 2,325$ . Logo,  $Z_{cal} > Z_{tab}$  ( $4,4186 > 2,325$ )  $\rightarrow H_0$  foi rejeitada para este teste, sendo  $P_1 > P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “provimento por unanimidade” (parâmetro) é maior que a proporção de decisões “provimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 1: hipótese  $H_0$  rejeitada.

$$\text{❖ Teste 2} \rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{281}{281+16} = \frac{15}{15+40}$$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(281 + 16) * \frac{281}{281 + 16} + (15 + 40) * \frac{15}{15 + 40}}{281 + 16 + 15 + 40}$$

$$P = 0,8353$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{cal} = \frac{\frac{281}{281 + 16} - \frac{15}{15 + 40}}{\sqrt{\frac{0,8353 * (1 - 0,8353)}{281 + 16} + \frac{0,8353(1 - 0,8353)}{15 + 40}}}$$

$$Z_{cal} = 12,3056$$

Como é sabido,  $Z_{\text{tab}} = 2,325$ . Logo,  $Z_{\text{cal}} > Z_{\text{tab}}$  ( $12,3056 > 2,325$ )  $\rightarrow H_0$  foi rejeitada para este teste, sendo  $P_1 \neq P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “parcial provimento por unanimidade” (parâmetro) é maior que a proporção de decisões “parcial provimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 2: hipótese  $H_0$  rejeitada.

$$\diamond \text{ Teste 3 } \rightarrow H_0: P_1 = P_2 \rightarrow \frac{702}{702+199} = \frac{65}{65+1}$$

Aplicando a equação (3), temos:

$$P = \frac{(702 + 199) * \frac{702}{702 + 199} + (65 + 1) * \frac{65}{65 + 1}}{702 + 199 + 65 + 1}$$

$$P = 0,7936$$

Aplicando este valor na equação (2), temos:

$$Z_{\text{cal}} = \frac{\frac{702}{702 + 199} - \frac{65}{65 + 1}}{\sqrt{\frac{0,7936 * (1 - 0,7936)}{702 + 199} + \frac{0,7936(1 - 0,7936)}{65 + 1}}}$$

$$Z_{\text{cal}} = -3,8752$$

Como é sabido,  $Z_{\text{tab}} = 2,325$ . Logo,  $Z_{\text{cal}} < Z_{\text{tab}}$  ( $-3,8752 < 2,325$ )  $\rightarrow H_0$  foi aceita para este teste, sendo  $P_1 = P_2$ , ou, como já demonstramos,  $P_1 < P_2$ . Na prática, isso significa que a proporção de decisões “desprovimento por unanimidade” (parâmetro) é menor que a proporção de decisões “desprovimento por voto de qualidade” na amostra.

Resultado teste 3: hipótese  $H_0$  aceita.

## CONCLUSÃO

Após as análises feitas, pode-se concluir com 99% por confiança que, nas amostras escolhidas, a proporção das decisões por voto de qualidade é diferente das proporções apresentadas pelas decisões unânimes na amostra, sendo que a proporção de decisões unânimes favoráveis e parcialmente favoráveis ao contribuinte é maior que a proporção de decisões por voto de qualidade favoráveis e parcialmente favoráveis ao contribuinte. Já com relação às decisões desfavoráveis ao contribuinte, observou-se que a proporção é maior dentre as decisões por voto de qualidade do que entre as decisões unânimes.

Tais resultados confirmam a hipótese inicialmente apontada de que o voto de qualidade favoreceria desproporcionalmente a Fazenda nas decisões dentro do CARF, já que se constatou que, proporcionalmente, ocorrem menos provimento e parcial provimento aos recursos dos contribuintes e mais desprovimento pelo voto de qualidade.

Esse diagnóstico, feito a partir da perspectiva positiva da Análise Econômica do Direito, gera a necessidade de que se reflita acerca desse mecanismo de desempate atualmente existente dentro do Conselho, nos permitindo fazer, a partir daqui, uma análise sob o viés chamada AED normativa. Como esse favorecimento poderia ser mitigado?

Uma possível saída seria deixar o voto de qualidade a cargo do relator do processo. Isso seria benéfico por uma série de fatores. Primeiramente, porque o relator costuma ser o conselheiro que mais conhece do processo por tê-lo estudado a fundo a fim de proferir seu voto, tendo, portanto, presumivelmente, maior domínio das minúcias do caso. Outra questão seria a alternância do voto de qualidade entre conselheiros representantes da Fazenda e representantes dos Contribuintes, já que a distribuição seria aleatória, o que poderia trazer de volta a paridade às decisões.

Ressalta-se, no entanto, que para se afirmar que realmente o conselheiro relator seria o mais indicado para obter o voto de qualidade seria necessária uma pesquisa nos moldes da que aqui foi apresentada acerca dos votos dos relatores. Com isso, seria possível verificar a proporção de relatores que dão provimento ou desprovimento aos recursos dos contribuintes e da Fazenda para saber se realmente haveria maior paridade nas decisões.

Outra questão relevante de se observar é que, não necessariamente, um Conselho paritário é aquele profere igual número de decisões favoráveis ao contribuinte e à Fazenda, até porque, nem todo recurso interposto realmente tem razão – vide recursos de ofício da Fazenda, que são desprovidos em sua quase totalidade por serem recursos automáticos. Quando se fala

em paridade, fala-se em decisões que sejam presumivelmente justas e não influenciadas pela posição do conselheiro que a profere.

Um curiosidade ainda sobre os fatos aqui apresentados é que, pelo menos no ano de 2014, não houve 95% de êxito da Fazenda no CARF, como muitos veículos da imprensa noticiaram. Em verdade, a Fazenda obteve 41% de êxito na CSRF e 45% de êxito nas turmas ordinárias nas amostras analisadas ao longo deste ano<sup>6</sup>.

Assim, conclui-se que a pesquisa foi desenvolvida sem maiores problemas e retornou resultados satisfatórios para análise do tema em questão, permitindo que, a partir dos resultados apresentados, possa-se pensar em normas regimentais mais apropriadas para os fins do conselho.

---

<sup>6</sup> Considerando o total de provimentos da Fazenda e o total de desprovimentos do contribuinte (como é binário, a derrota de um é êxito do outro) e desprezando-se os provimentos e desprovimentos parciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências. **Página do Planalto Central**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d70235cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70235cons.htm)>. Acesso em 16 de jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Página do Planalto Central**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)>. Acesso em 16 de jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.172 (Código Tributário Nacional), de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Página do Planalto Central**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm)>. Acesso em 16 de jun. 2016.

CASTRO, M. F. de, Direito, Tributação e Economia no Brasil: aportes da análise jurídica da política do processo. **Revista da PGFN**, ano I, n. 2, p. 23-51, ago./dez. 2011.

CENTRO DE INFORMÁTICA UFPE. **Tabela de Distribuição Normal**. Disponível em: <[http://www.cin.ufpe.br/~rmcrs/Tabelas/tab\\_normal.pdf](http://www.cin.ufpe.br/~rmcrs/Tabelas/tab_normal.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2016.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FICAIS. **Memória Institucional**. Disponível em: <<http://idg.carf.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/memoria-institucional>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

CAVALCANTE, H. H. A. **A Lógica do Processo: uma análise juseconômica do processo civil brasileiro**. 2012. 76 p. Dissertação de Mestrado (Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. De Graça, até Injeção na Testa: análise juseconômica da gratuidade de Justiça. **Economic Analysis of Law Review**, [S.L], v. 5, n. 1, p. 166-178, jan./jun. 2014.

KMENTA, J., Elementos de Econometria: teoria estatística básica. Trad. sob a direção de Carlos Roberto Vieira de Araújo. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

GARARIN, M. The Vote of Athenas. **The American Journal of Philology**, v. 96, n. 2, p. 121-127, Summer-1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/294376>>. Acesso em 07 de jun. 2016.

GICO JR., Ivo T., Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito. **Economic Analysis of Law Review**, [S.L], v. 1, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2010.

GODOY, A.S. de M. **Introdução ao movimento do critical legal studies**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2005.

HESTER, D. A., The Casting Vote. **The American Journal of Philology**, v. 102, n. 3, p. 265-274, Autumn-1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/294130>>. Acesso em 07 de jun. 2016.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA UFRJ. **Departamento de Métodos Estatísticos**. Disponível em: <[http://www.im.ufrj.br/probest/Tabelas\\_de\\_probabilidade.pdf](http://www.im.ufrj.br/probest/Tabelas_de_probabilidade.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2016.

MORETTIN, Wilton De O. Bussab E Pedro A. **Estatística Básica**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

THEODORO JR., H., **Curso de Direito Processual Civil**. 50 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Vol. 1.

TISDELL, C. A., **Microeconomia**: a teoria da alocação. Trad. sob a direção de Carmen Terezinha Santoro. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Publicações Institucionais - Regimento Interno**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional//index.php/Regimento/article/view/229/2942>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

## ANEXOS

## ANEXO A – Tabela de Distribuição Normal

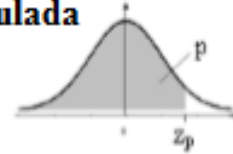
Tabela A6.2 Distribuição normal – valores de  $P(0 \leq Z \leq z_0)$ 

$z_0$	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0,0	0,0000	0,0040	0,0080	0,0120	0,0160	0,0199	0,0239	0,0279	0,0319	0,0359
0,1	0,0398	0,0438	0,0478	0,0517	0,0557	0,0596	0,0636	0,0675	0,0714	0,0753
0,2	0,0793	0,0832	0,0871	0,0910	0,0948	0,0987	0,1026	0,1064	0,1103	0,1141
0,3	0,1179	0,1217	0,1255	0,1293	0,1331	0,1368	0,1406	0,1443	0,1480	0,1517
0,4	0,1554	0,1591	0,1628	0,1664	0,1700	0,1736	0,1772	0,1808	0,1844	0,1879
0,5	0,1915	0,1950	0,1985	0,2019	0,2054	0,2088	0,2123	0,2157	0,2190	0,2224
0,6	0,2257	0,2291	0,2324	0,2357	0,2389	0,2422	0,2454	0,2486	0,2517	0,2549
0,7	0,2580	0,2611	0,2642	0,2673	0,2703	0,2734	0,2764	0,2794	0,2823	0,2852
0,8	0,2881	0,2910	0,2939	0,2967	0,2995	0,3023	0,3051	0,3078	0,3106	0,3133
0,9	0,3159	0,3186	0,3212	0,3238	0,3264	0,3289	0,3315	0,3340	0,3365	0,3389
1,0	0,3413	0,3438	0,3461	0,3485	0,3508	0,3531	0,3554	0,3577	0,3599	0,3621
1,1	0,3643	0,3665	0,3686	0,3708	0,3729	0,3749	0,3770	0,3790	0,3810	0,3830
1,2	0,3849	0,3869	0,3888	0,3907	0,3925	0,3944	0,3962	0,3980	0,3997	0,4015
1,3	0,4032	0,4049	0,4066	0,4082	0,4099	0,4115	0,4131	0,4147	0,4162	0,4177
1,4	0,4192	0,4207	0,4222	0,4236	0,4251	0,4265	0,4279	0,4292	0,4306	0,4319
1,5	0,4332	0,4345	0,4357	0,4370	0,4382	0,4394	0,4406	0,4418	0,4429	0,4441
1,6	0,4452	0,4463	0,4474	0,4484	0,4495	0,4505	0,4515	0,4525	0,4535	0,4545
1,7	0,4554	0,4564	0,4573	0,4582	0,4591	0,4599	0,4608	0,4616	0,4625	0,4633
1,8	0,4641	0,4649	0,4656	0,4664	0,4671	0,4678	0,4686	0,4693	0,4699	0,4706
1,9	0,4713	0,4719	0,4726	0,4732	0,4738	0,4744	0,4750	0,4756	0,4761	0,4767
2,0	0,4772	0,4778	0,4783	0,4788	0,4793	0,4798	0,4803	0,4808	0,4812	0,4817
2,1	0,4821	0,4826	0,4830	0,4834	0,4838	0,4842	0,4846	0,4850	0,4854	0,4857
2,2	0,4861	0,4864	0,4868	0,4871	0,4875	0,4878	0,4881	0,4884	0,4887	0,4890
2,3	0,4893	0,4896	0,4898	0,4901	0,4904	0,4906	0,4909	0,4911	0,4913	0,4916
2,4	0,4918	0,4920	0,4922	0,4925	0,4927	0,4929	0,4931	0,4932	0,4934	0,4936
2,5	0,4938	0,4940	0,4941	0,4943	0,4945	0,4946	0,4948	0,4949	0,4951	0,4952
2,6	0,4953	0,4955	0,4956	0,4957	0,4959	0,4960	0,4961	0,4962	0,4963	0,4964
2,7	0,4965	0,4966	0,4967	0,4968	0,4969	0,4970	0,4971	0,4972	0,4973	0,4974
2,8	0,4974	0,4975	0,4967	0,4977	0,4977	0,4978	0,4979	0,4979	0,4980	0,4981
2,9	0,4981	0,4982	0,4982	0,4983	0,4984	0,4984	0,4985	0,4985	0,4986	0,4986
3,0	0,4987	0,4987	0,4987	0,4988	0,4988	0,4989	0,4989	0,4989	0,4990	0,4990
3,1	0,4990	0,4991	0,4991	0,4991	0,4992	0,4992	0,4992	0,4992	0,4993	0,4993
3,2	0,4993	0,4993	0,4994	0,4994	0,4994	0,4994	0,4994	0,4995	0,4995	0,4995
3,3	0,4995	0,4995	0,4995	0,4996	0,4996	0,4996	0,4996	0,4996	0,4996	0,4997
3,4	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4997	0,4998
3,5	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998	0,4998
3,6	0,4998	0,4998	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999
3,7	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999
3,8	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999	0,4999
3,9	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000	0,5000

Figura 54: Tabela de Distribuição Normal

Fonte: Centro de Informática da UFPE

## ANEXO B – Tabela de Distribuição Normal Acumulada à Direita

**Tabela de Distribuição Normal Padrão Acumulada**

Fornece  $\Phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$ , para todo  $z$ , de 0,01 em 0,01, desde  $z = 0,00$  até  $z = 3,59$   
A distribuição de  $Z$  é Normal(0;1)

z	0,00	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998

Obs.: Se  $z < 0$ , então  $\Phi(z) = P(-\infty < Z \leq z) = 1 - \Phi(-z)$ .

Figura 55: Tabela de Distribuição Normal Acumulada

Fonte: Instituto de Matemática da UFRJ



## APÊNDICE

APÊNDICE A – Tabelas com os dados coletados

### 1ª Turma CSRF

Processo nº	Acórdão nº	Tipo de Recurso	Decisão	Presidente	Mês
11516.002118/2005-00	9101-001.851	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	3	Janeiro
10768.018661/99-69	9101-001.852	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Janeiro
10680.005571/2003-33	9101-001.853	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	3	Janeiro
10680.005571/2003-33	9101-001.853	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	3	Janeiro
10680.018092/2005-49	9101-001.854	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
10680.018092/2005-49	9101-001.854	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por maioria	3	Janeiro
13819.000558/00-41	9101-001.855	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Janeiro
10830.010853/2007-15	9101-001.856	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Janeiro
10882.003035/2003-27	9101-001.857	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Janeiro
10980.012011/2003-51	9101-001.858	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
10074.001049/2001-69	9101-001.859	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Janeiro
16408.000129/2007-50	9101-001.860	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	3	Janeiro
10735.001840/2005-71	9101-001.861	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
10480.003929/2002-69	9101-001.862	Embargos de Declaração do Contribuinte (DRF)	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
19515.003663/2005-27	9101-001.863	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Janeiro
10510.000508/2003-62	9101-001.865	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro

10120.004848/2006-07	9101-001.867	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por maioria	3	Janeiro
14041.001349/2007-71	9101-001.868	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
10480.012019/2002-77	9101-001.869	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
10855.000850/2004-42	9101-001.870	Recurso Especial do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	3	Janeiro
10665.002043/2003-11	9101-001.871	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Janeiro
19515.000207/2004-44	9101-001.872	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	3	Janeiro
16327.000837/2003-67	9101-001.873	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	3	Janeiro
13804.005008/2004-91	9101-001.874	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	3	Janeiro
10680.002872/2005-77	9101-001.876	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	2	Março
10680.002872/2005-77	9101-001.876	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por maioria	2	Março
10675.003553/2002-13	9101-001.877	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	2	Março
16327.000009/2006-71	9101-001.878	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por maioria	2	Março
19515.004044/2003-98	9101-001.879	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	2	Março
11060.000079/2007-65	9101-001.882	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	2	Março
13656.001073/2004-98	9101-001.883	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por maioria	2	Março
10950.002244/2006-45	9101-001.884	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por voto de qualidade	2	Março
14041.000895/2005-23	9101-001.885	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por voto de qualidade	2	Março
14120.000001/2010-82	9101-001.886	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	2	Março
19515.001054/2006-14	9101-001.887	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	2	Março
11060.000822/2007-87	9101-001.889	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março

11060.000838/2007-90	9101-001.890	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
11060.000067/2007-31	9101-001.891	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	2	Março
11060.000840/2007-69	9101-001.892	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
11060.000065/2007-41	9101-001.893	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
11060.002586/2005-71	9101-001.894	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
14751.000208/2007-25	9101-001.895	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
19515.003544/2004-93	9101-001.896	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	2	Março
10980.007792/2005-23	9101-001.897	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	2	Março
10680.013842/2005-96	9101-001.898	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	2	Março
10283.002953/2003-98	9101-001.900	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por unanimidade	2	Março
19515.001860/2006-92	9101-001.902	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	2	Março
10580.720216/2006-69	9101-001.903	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	2	Março
10580.720217/2006-11	9101-001.904	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	2	Março
10855.003041/2006-54	9101-001.907	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Maio
19515.000764/2006-27	9101-001.908	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por maioria	1	Maio
18471.000758/2003-18	9101-001.909	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	3	Maio
19647.005942/2003-68	9101-001.910	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Maio
10735.002609/2005-03	9101-001.911	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
10120.007317/2005-87	9101-001.912	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Maio
13707.002569/2001-93	9101-001.913	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por unanimidade	1	Maio
13804.000950/2001-10	9101-001.914	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Maio

10380.017252/2002-74	9101-001.915	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Maio
10980.005827/2005-90	9101-001.916	Recurso Especial do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	3	Maio
10305.000834/96-23	9101-001.918	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Maio
10980.009618/2005-15	9101-001.919	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Maio
13851.001020/2006-22	9101-001.920	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por unanimidade	1	Maio
13609.000044/2007-17	9101-001.921	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Maio
10950.002721/2005-91	9101-001.922	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Maio
11040.001407/2003-55	9101-001.923	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
13005.720004/2007-94	9101-001.924	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
10680.008276/2004-10	9101-001.925	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	1	Maio
10680.016555/2005-38	9101-001.926	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
10480.001684/99-32	9101-001.927	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por unanimidade	3	Maio
13819.002213/96-91	9101-001.928	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
10280.720073/2007-51	9101-001.929	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	3	Maio
10680.012194/2005-51	9101-001.930	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Maio
10950.002739/2005-93	9101-001.931	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	3	Maio
10735.000921/2004-73	9101-001.932	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	3	Maio
11080.000986/2005-12	9101-001.933	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
11030.001447/2005-88	9101-001.934	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	3	Maio
13603.002968/2003-84	9101-001.935	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	1	Maio
13603.002966/2003-95	9101-001.936	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	1	Maio

13603.002967/2003-30	9101-001.937	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	1	Maio
13808.000802/2002-46	9101-001.938	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
13808.000803/2002-91	9101-001.939	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	3	Maio
10935.004205/2006-71	9101-001.940	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Maio
10680.015247/2004-12	9101-001.942	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Julho
13819.003345/2003-01	9101-001.943	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por unanimidade	1	Julho
13805.009542/98-10	9101-001.944	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Julho
11080.009669/2004-72	9101-001.945	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Julho
10865.001456/2003-21	9101-001.947	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Julho
16327.000574/00-72	9101-001.948	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Julho
10980.726939/2012-15	9101-001.949	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Julho
10980.013727/2005-37	9101-001.950	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Julho
13888.000374/2003-90	9101-001.951	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Julho
11080.012733/2001-50	9101-001.953	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Julho
11020.004103/2006-21	9101-001.954	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por maioria	1	Julho
10630.000817/2003-76	9101-001.955	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Julho
13603.720076/2006-10	9101-001.956	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Julho
19740.720171/2009-60	9101-001.978	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Agosto
10630.720244/2007-24	9101-001.962	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11516.003286/2004-23	9101-001.964	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Agosto
13808.005872/2001-18	9101-001.963	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11831.000881/2003-53	9101-001.958	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Agosto

10980.011105/2003-11	9101-001.965	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
10384.003777/2004-54	9101-001;966	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
10665.001092/2010-65	9101-001.957	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Agosto
11516.000327/2006-91	9101-001.960	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Agosto
13819.003076/99-09	9101-001.959	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10680.720013/2008-14	9101-001.967	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Agosto
16327.001759/2004-07	9101-001.977	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por maioria	1	Agosto
10580.006689/2001-45	9101-001.972	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10680.001930/2005-45	9101-001.969	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
10480.004535/2003-17	9101-001.980	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Agosto
10384.002557/2007-56	9101-001.998	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
18471.001546/2005-10	9101-001.974	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
13899.000547/2003-41	9101-001.981	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11516.001231/2005-60	9101-001.982	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Agosto
19515.001736/2003-84	9101-001.975	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
10508.000249/2007-42	9101-001.999	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Agosto
10839.001829/2007-95	9101-001.971	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Agosto
10930.002190/2002-22	9101-002.000	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10930.004297/2005-58	9101-001.983	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11080.006979/96-91	9101-001.984	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
13971.001592/2005-64	9101-001.985	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto

10735.001839/2005-47	9101-001.986	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
13839.001229/2002-21	9101-001.987	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Agosto
10680.915523/2009-41	9101-001.988	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Agosto
10840.900397/2008-69	9101-001.989	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10840900752/2008-08	9101-001.990	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
19515.000642/2003-98	9101-001.991	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11516.002907/2002-90	9101-002.001	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Agosto
10070.001193/2002-16	9101-001.992	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10680.000589/2004-20	9101-001.993	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10680.000592/2004-43	9101-001.994	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10680.000611/2004-31	9101-001.995	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10935.003811/2004-15	9101-001.996	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
10480.004332/00-17	9101-001.997	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Agosto
19740.000402/2003-20	9101-001.961	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
19515.000625/2003-51	9101-002.003	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Agosto
19515.001301/2003-30	9101-001.976	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
13657.000352/2003-43	9101-002.004	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Agosto
11020.001081/2004-85	9101-002.005	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
11020.001082/2004-20	9101-002.006	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
10680.002103/2004-98	9101-002.007	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
10680.002105/2004-87	9101-002.008	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
13899.002346/2003-88	9101-002.009	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Outubro

13133.000534/2002-42	9101-002.010	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
10510.005613/2007-11	9101-002.011	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
13808.006347/2001-10	9101-002.012	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
19515.001331/2010-75	9101-002.013	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Outubro
13840.000818/2003-33	9101-002.014	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por maioria	1	Outubro
19515.002217/2004-14	9101-002.015	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
10640.000628/2006-27	9101-002.016	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
13971.001667/2002-64	9101-002.018	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
10882.001031/2004-95	9101-002.019	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
16327.003943/2003-01	9101-002.020	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
13888.000497/2003-21	9101-002.021	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
10980.011354/2003-06	9101-002.022	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
13839.000452/2001-70	9101-002.023	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
10380.013107/2006-48	9101-002.024	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
10283.009765/2001-29	9101-002.025	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por unanimidade	1	Outubro
16327.003437/2003-11	9101-002.026	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
10120.006933/2006-00	9101-002.027	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Outubro
10380.017252/2002-74	9101-002.028	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por unanimidade	1	Outubro
10735.002491/2005-13	9101-002.029	Recurso Especial do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	1	Outubro
13839.002602/2005-11	9101-002.030	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro



16327.001679/2004-43	9101-002.031	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
19515.001347/2003-59	9101-002.032	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
10980.007000/98-67	9101-002.035	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
13976.000457/2001-28	9101-002.036	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
13971.001558/2004-17	9101-002.037	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Outubro
10882.000601/2001-87	9101-002.039	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
13888.000971/2001-52	9101-002.040	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
13984.000555/2003-28	9101-002.041	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Outubro
10218.000465/2006-72	9101-002.042	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por maioria	1	Outubro
19515.001090/2005-05	9101-002.043	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Outubro
10120.003312/2007-44	9101-002.044	Recurso Especial do Procurador	Provido por voto de qualidade	1	Novembro
13807.002696/00-30	9101-002.045	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por voto de qualidade	1	Novembro
10480.013807/2001-08	9101-002.046	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
10730.005928/2055-11	9101-002.048	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
10940.000510/2004-52	9101-002.049	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Novembro
11516.001989/2004-17	9101-002.051	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por maioria	1	Novembro
10245.003789/2008-05	9101-002.052	Recurso Especial do Contribuinte	Provido por unanimidade	1	Novembro
19515.001475/2002-11	9101-002.053	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
13807.012178/00-51	9101-002.054	Recurso Especial do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	1	Novembro
10283.006776/2005-81	9101-002.056	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Novembro
13976.000248/2003-46	9101-002.058	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro

10845.004376/2003-66	9101-002.059	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
15374.003150/2001-93	9101-002.060	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por unanimidade	1	Novembro
13603.720080/2006-70	9101-002.062	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
10865.720301/2008-01	9101-002.063	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
15374.000841/00-47	9101-002.064	Recurso Especial do Contribuinte	Desprovido por maioria	1	Novembro
10925.002675/2005-38	9101-002.065	Recurso Especial do Procurador	Parcialmente provido por unanimidade	1	Novembro
13819.003859/2003-59	9101-002.066	Recurso Especial do Procurador	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
10768.023491/99-80	9101-002.070	Embargos de Declaração da Fazenda	Desprovido por unanimidade	1	Novembro
15586.000707/2005-72	9101-002.071	Embargos de Declaração da Fazenda	Provido por unanimidade	1	Novembro
10980.003005/2004-93	9101-002.072	Recurso Especial do Procurador	Provido por maioria	1	Novembro
10730.002517/2005-65	9101-002.073	Recurso Especial do Procurador	Provido por unanimidade	1	Novembro
10140.000522/2003-11	9101-002.074	Embargos de Declaração do Contribuinte (DRF)	Provido por unanimidade	1	Novembro

**1ªS 2ªC 2ªTO**

<b>Processo nº</b>	<b>Acórdão nº</b>	<b>Tipo de Recurso</b>	<b>Decisão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Mês</b>
13896.722924/201136	1202001.088	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	4	Fevereiro
19515.001445/200710	1202-001.090	Recurso Voluntário	Provido por maioria	4	Fevereiro
10880.018496/9543	1202001.091	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
13609.001967/200877	1202-001.092	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10880.733524/20113	1202001.093	Recurso Voluntário	Provido por maioria	4	Fevereiro
19515.005901/200881	1202-001.094	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
19515.005901/200881	1202-001.094	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Fevereiro
11080.725320/201020	1202001.095	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Fevereiro
19515.004859/200962	1202001.096	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Fevereiro
10980.014130/200691	1202001.097	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
13971.003788/200917	1202001.098	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10315.721096/201114	1202001.099	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10980.724588/201038	1202001.100	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	4	Fevereiro
10768.009556/9811	1202001.101	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10768.009556/9811	1202001.101	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10435.000515/201033	1202001.102	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10384.004864/200933	1202001.103	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Fevereiro
10680.005850/200721	1202001.104	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
19515.722642/201233	1202001.105	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Fevereiro

10935.720342/201113	1202001.106	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
15563.000905/200847	1202001.107	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Fevereiro
10680.905925/201232	1202001.108	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
12448.724720/201155	1202001.109	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Março
12448.724720/201155	1202001.109	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Março
11080.007540/200853	1202001.110	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Março
10950.724620/201202	1202001.111	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
10183.002562/20048	1201-001.112	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Março
10980.016106/200858	1202001.113	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Março
10380.724779/201069	1202001.114	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
10880.004637/9929	1202001.115	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	4	Março
10467.720711/201131	1202001.116	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
11634.720286/201174	1202001.117	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Março
11634.720109/201198	1202001.118	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Março
15578.000077/200705	1202001.119	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	4	Março
10805.722059/201110	1202001.120	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
15521.000236/201014	1202001.121	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Março
16327.000790/200765	1202001.122	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	4	Março
10380.014873/200891	1202001.123	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Março

10166.720264/200991	1202001.124	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
13984.002462/200761	1202001.125	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
10950.006703/200821	1202001.126	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Março
13971.002135/200759	1202001.127	Recurso Voluntário	Provido por maioria	4	Março
13603.723111/201021	1202001.128	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Abril
13603.723217/201024	1202001.129	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Abril
10183.001215/200785	1202-001.130	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Abril
10183.001215/200785	1202001.130	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Abril
10630.904226/200965	1202001.131	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
16561.000152/200771	1202001.132	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	4	Abril
10580.723012/200922	1202001.133	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Abril
10680.938621/200956	1202001.134	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
10680.941098/200945	1202001.135	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
10120.005957/201010	1202001.136	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
15540.720389/201215	1202001.138	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
11030.001718/201062	1202001.139	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Abril
13056.000066/200438	1202001.140	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
16327.001441/200922	1202001.141	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Abril
10580.728934/200926	1202001.142	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Abril
10665.001518/2009-47	1202-001.143	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maió
10875.004251/2004-60	1202-001.144	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Maió

10166.722175/2012-84	1202-001.145	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
15586.000666/2007-86	1202-001.146	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
10380.016560/2008-78	1202-001.147	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Maio
13888.723331/2012-77	1202-001.148	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
10120.001224/2010-14	1202-001.151	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
16707.000754/2009-99	1202-001.152	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
10945.002580/2006-67	1202-001.153	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
18471.001459/2006-43	1202-001.154	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
10882.002755/2010-02	1202-001.155	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Maio
10580.727921/2011-54	1202-001.156	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Maio
10880.915010/2008-01	1202-001.157	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Maio
10880.997998/2009-91	1202-001.158	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
13401.000767/2005-81	1202-001.159	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
10980.001228/2006-88	1202-001.160	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Maio
13971.001873/2008-60	1202-001.161	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Maio
15563.000714/2009-66	1202-001.162	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Junho
10932.000261/2010-42	1202-001.163	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Junho
10980.010382/2006-41	1202-001.164	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Junho
16327.720120/2013-15	1202-001.165	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Junho
10980.004130/2007-63	1202-001.166	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Junho

10935.003982/2010-84	1202-001.167	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Junho
11080.903201/2008-08	1202-001.168	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Junho
19515.721435/2012-61	1202-001.169	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Junho
19515.722642/2012-33	1202-001.171	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	4	Julho
10882.002874/2010-57	1202-001.172	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Julho
10680.720602/2011-90	1202-001.173	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Julho
11080.723941/2010-79	1202-001.174	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Julho
10980.729381/2012-11	1202-001.175	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10980.729381/2012-11	1202-001.175	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	4	Julho
10140.720867/2011-03	1202-001.176	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	4	Julho
10280.720103/2007-29	1202-001.177	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	4	Julho
13603.900756/2011-74	1202-001.178	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Julho
13603.904667/2010-16	1202-001.179	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10240.002712/2008-50	1202-001.180	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10580.010060/2006-12	1202-001.181	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10580.010060/2006-12	1202-001.181	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10909.000618/2007-84	1202-001.182	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Julho
10768.032507/97-47	1202-001.184	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Julho
11080.723273/2009-46	1202-001.185	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Julho

10580.000387/2004-14	1202-001.186	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
19515.000216/2011-64	1202-001.187	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
16327.001125/2006-16	1202-001.188	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
16327.001125/2006-16	1202-001.187	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Agosto
15578.000812/2009-34	1202-001.189	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
10980.012491/2007-83	1202-001.187	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
10580.722488/2008-65	1202-001.191	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Agosto
10980.007420/2009-21	1202-001.192	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
19740.720250/2009-71	1202-001.193	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
11020.003910/2009-79	1202-001.194	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	4	Agosto
10830.726078/2012-81	1201-001.195	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Agosto
10283.721283/2008-17	1202-001.196	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	4	Agosto
16306.000305/2009-63	1202-001.197	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	4	Agosto
15374.000226/2001-29	1202-001.198	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	4	Agosto
10680.014569/2007-89	1202-001.199	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	5	Setembro
15940.000494/2008-45	1202-001.202	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Setembro
11060.722784/2012-84	1202-001.201	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	5	Setembro
11060.722784/2012-84	1202-001.201	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	5	Setembro
10983.721668/2012-73	1202-001.200	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	5	Setembro



14098.000007/2010-84	1201-001.203	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Setembro
18088.000063/2009-55	1202-001.204	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Setembro
10240.001850/2009-01	1202-001.205	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	5	Outubro
10183.002539/2002-26	1202-001.206	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	5	Outubro
11634.720182/2013-21	1202-001.207	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	5	Outubro
11634.720182/2013-21	1202-001.207	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Outubro
10670.721932/2011-11	1202-001.208	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Outubro
16641.000031/2008-11	1202-001.209	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	5	Outubro
16641.000031/2008-11	1202-001.209	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	5	Outubro
19515.001486/2005-44	1202-001.210	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	5	Outubro
10640.001744/2006-63	1202-001.211	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
11634.001693/2010-06	1202-001.213	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
11634.001692/2010-53	1202-001.214	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
15956.000581/2010-48	1202-001.215	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
16004.720578/2011-47	1202-001.212	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	5	Novembro
10218.720132/2011-21	1202-001.216	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	5	Novembro
10218.720132/2011-21	1202-001.216	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
10935.721202/2011-62	1202-001.217	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	5	Novembro
10945.000840/2010-46	1202-001.218	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	5	Novembro

16095.000006/2006-17	1202-001.219	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	5	Novembro
----------------------	--------------	--------------------	----------------------------	---	----------

**1ªS 3ªC 1ªTO**

<b>Processo nº</b>	<b>Acórdão nº</b>	<b>Tipo de Recurso</b>	<b>Decisão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Mês</b>
10218.000401/2008-33	1301-001.377	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Fevereiro
10380.013419/2007-32	1301-001.378	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Fevereiro
10945.721263/2011-19	1301-001.379	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Fevereiro
18471.000563/2008-82	1301-001.381	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	6	Fevereiro
18471.000563/2008-82	1301-001.381	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
15521.000189/2010-17	1301-001.382	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
15521.000189/2010-17	1301-001.382	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
19647.003119/2006-61	1301-001.383	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
19647.003120/2006-95	1301-001.384	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
10380.732903/2011-41	1301-001.385	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Fevereiro
10374.000017/2010-52	1301-001.386	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
10380.732631/2011-89	1301-001.387	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
15374.966343/2009-12	1301-001.388	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
15374.966347/2009-92	1301-001.389	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
16682.900849/2010-73	1301-001.390	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
11020.000690/2009-21	1301-001.391	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Fevereiro
11020.000691/2009-76	1301-001.392	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Fevereiro

10469.729848/2011-31	1301-001.393	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
16327.000462/2010-64	1301-001.394	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
15504.007086/2010-88	1301-001.395	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Fevereiro
10932.000418/2007-34	1301-001.396	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
19515.000081/2006-70	1301-001.397	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
16024.000039/2009-35	1301-001.398	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
16643.000368/2010-22	1301-001.399	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
10660.720149/2013-11	1301-001.400	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Fevereiro
10909.003028/2005-41	1301-001.401	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
13161.720008/2010-75	1301-001.402	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
10735.721867/2012-11	1301-001.403	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
13708.000627/2003-04	1301-001.404	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
10680.904864/2006-48	1301-001.405	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Fevereiro
10540.720319/2010-81	1301-001.406	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	7	Fevereiro
19515.006116/2008-46	1301-001.407	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	7	Fevereiro
11030.721101/2012-29	1301-001.408	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Fevereiro
16561.000211/2008-92	1301-001.410	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Fevereiro
10280.722993/2009-75	1301-001.411	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Fevereiro
13701.001288/2004-16	1301-001.412	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
10580.000345/2004-75	1301-001.413	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro

19515.003562/2009-80	1301-001.414	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	7	Fevereiro
16024.000147/2009-16	1301-001.415	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	6	Fevereiro
10768.101509/2005-73	1301-001.416	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	7	Fevereiro
13888.005688/2008-93	1301-001.417	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
16682.903276/2011-11	1301-001.418	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Fevereiro
10380.021155/2008-71	1301-001.419	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10830.012882/2008-01	1301-001.420	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Março
11030.721918/2012-05	1301-001.421	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10845.725582/2012-02	1301-001.422	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
12571.720391/2012-39	1301-001.423	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
19515.721719/2011-77	1301-001.424	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Março
10580.724309/2011-20	1301-001.426	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
19515.003629/2010-10	1301-001.427	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Março
13603.901332/2010-46	1301-001.428	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
13603.720573/2013-39	1301-001.429	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10410.004995/2004-41	1301-001.430	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Março
10469.721638/2011-03	1301-001.431	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10640.000632/2010-71	1301-001.432	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10882.001126/2005-90	1301-001.433	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	7	Março
16682.720271/2011-54	1301-001.434	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	7	Março

19515.001712/2010-54	1301-001.435	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
19515.002126/2009-93	1301-001.436	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Março
19515.002126/2009-93	1301-001.436	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	7	Março
10950.720133/2011-81	1301-001.437	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Março
11030.721893/2012-31	1301-001.438	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
12571.000373/2010-75	1301-001.439	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Março
12571.000377/2010-53	1301-001.440	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
10640.001267/2010-12	1301-001.441	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
19515.000046/2011-18	1301-001.442	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Março
10735.000906/2005-14	1301-001.443	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
11020.002568/2010-23	1301-001.444	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
10972.000025/2010-50	1301-001.445	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Março
10380.010407/2004-11	1301-001.446	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
16561.000183/2007-22	1301-001.447	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Março
13603.724006/2012-71	1301-001.448	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Março
15504.721637/2013-62	1301-001.449	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	7	Março
13888.909068/2009-14	1301-001.450	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Março
10140.900107/2008-74	1301-001.451	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	7	Março
10140.901265/2008-41	1301-001.452	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	7	Março
19515.722974/2012-18	1301-001.453	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	6	Março

13864.000076/2007-00	1301-001.454	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
19515.002590/2006-37	1301-001.455	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Abril
10882.721782/2011-51	1301-001.456	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	7	Abril
19515.004436/2010-86	1301-001.457	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
19515.002902/2007-93	1301-001.458	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	7	Abril
15956.000397/2009-64	1301-001.459	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
13227.720579/2012-60	1301-001.460	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Abril
10882.720723/2013-27	1301-001.461	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
11080.722151/2013-19	1301-001.462	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10283.721300/2008-16	1301-001.463	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10283.721300/2008-16	1301-001.463	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	7	Abril
19515.003873/2007-87	1301-001.464	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
19515.003639/2010-55	1301-001.465	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10805.720110/2007-64	1301-001.466	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Abril
10805.720111/2007-17	1301-001.467	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10980.727336/2012-22	1301-001.469	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Abril
11444.000510/2007-69	1301-001.470	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
19515.720520/2012-11	1301-001.471	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Abril
19515.720520/2012-11	1301-001.471	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril

10530.723762/2012-95	1301-001.472	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Abril
16561.000092/2006-14	1301-001.473	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	6	Abril
16327.001697/2010-73	1301-001.474	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	7	Abril
16327.720109/2011-85	1301-001.475	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	7	Abril
10940.001535/2010-11	1301-001.476	Recurso de Ofício	Desprovido por voto de qualidade	6	Abril
10240.001647/2009-26	1301-001.477	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Abril
13227.721075/2012-67	1301-001.479	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10980.003516/2005-96	1301-001.480	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Abril
10735.721867/2012-11	1301-001.481	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Abril
10768.720182/2007-03	1301-001.482	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Abril
10768.720237/2007-77	1301-001.483	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Abril
13807.004926/2001-20	1301-001.484	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
16643.000330/2010-50	1301-001.485	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	6	Abril
11020.002568/2010-23	1301-001.487	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
18471.000515/2004-61	1301-001.488	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
11845.000491/2008-39	1301-001.489	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	6	Abril
13888.720751/2012-00	1301-001.490	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Abril
11610.000867/2007-88	1301-001.491	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
19515.003927/2009-76	1301-001.492	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Abril
19515.003927/2009-76	1301-001.492	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Abril

19515.002421/2010-83	1301-001.493	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Abril
13502.000187/2010-12	1301-001.494	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	6	Abril
13502.000187/2010-12	1301-001.494	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Abril
19515.000917/2005-55	1301-001.495	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
19515.002315/2004-51	1301-001.496	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Maio
19515.002315/2004-51	1301-001.496	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
13855.003418/2009-14	1301-001.497	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
19515.003537/2005-72	1301-001.498	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
19515.000584/2010-21	1301-001.499	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Maio
13888.723649/2011-77	1301-001.500	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Maio
13888.723649/2011-77	1301-001.500	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Maio
10768.001313/2004-07	1301-001.501	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
10920.721496/2011-91	1301-001.502	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	6	Maio
16327.720784/2012-95	1301-001.503	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Maio
19515.002314/2004-15	1301-001.504	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Maio
19515.002314/2004-15	1301-001.504	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
16327.001743/2010-34	1301-001.505	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	7	Maio
10283.720688/2007-57	1301-001.506	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Maio
15374.720808/2008-00	1301-001.508	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio



13896.001165/00-31	1301-001.509	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
13851.001981/2003-94	1301-001.510	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
19647.004651/2005-14	1301-001.511	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
15374.920096/2008-19	1301-001.512	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
15374.920095/2008-74	1301-001.513	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
10865.720825/2012-70	1301-001.514	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
13888.005529/2010-11	1301-001.515	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Maio
19311.720445/2012-76	1301-001.516	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
13982.000135/2010-91	1301-001.517	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
11080.008331/2007-46	1301-001.518	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
10410.001802/2001-58	1301-001.519	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
15374.966351/2009-51	1301-001.520	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Maio
16306.720522/2011-98	1301-001.521	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
10865.721480/2011-91	1301-001.522	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Maio
10950.724230/2011-43	1301-001.523	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
18490.000078/2010-03	1301-001.524	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
15586.000019/2010-70	1301-001.525	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
15586.000019/2010-70	1301-001.525	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Maio
13971.720923/2011-15	1301-001.526	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Maio

11080.003705/2009-07	1301-001.527	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Maio
10410.005711/2006-04	1301-001.528	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Maio
19515.722146/2012-80	1301-001.529	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Maio
10980.005430/2005-06	1301-001.529	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Maio
13802.000788/96-86	1301-001.531	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
11831.007484/2002-21	1301-001.532	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Maio
10680.911035/2011-89	1301-001.533	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
11610.019467/2002-31	1301-001.534	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Junho
10880.001261/2004-74	1301-001.535	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Junho
19515.720558/2011-02	1301-001.536	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10980.723658/2009-05	1301-001.538	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	6	Junho
10569.000585/2010-76	1301-001.539	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Junho
10120.001460/2010-22	1301-001.540	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Junho
19515.003176/2006-45	1301-001.541	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
13888.723362/2012-28	1301-001.542	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Junho
10680.726495/2011-11	1301-001.543	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Junho
10803.720063/2012-36	1301-001.544	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10803.720063/2012-36	1301-001.544	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Junho
10803.720142/2012-47	1301-001.545	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho

10803.720142/2012-47	1301-001.545	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Junho
19515.002465/2009-70	1301-001.546	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10580.730521/2010-45	1301-001.547	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	6	Junho
10580.722434/2010-14	1301-001.548	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
16004.720167/2011-51	1301-001.549	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Junho
11020.721413/2012-51	1301-001.550	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
11080.002678/2010-81	1301-001.551	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Junho
10640.900074/2008-21	1301-001.552	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Junho
10640.900069/2008-19	1301-001.553	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Junho
10640.900070/2008-43	1301-001.554	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Junho
10735.002820/2004-37	1301- 001.555	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10735.002820/2004-37	1301- 001.555	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
16004.001701/2008-21	1301-001.556	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	6	Junho
11060.721597/2011-01	1301-001.557	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
16327.001750/2008-11	1301-001.558	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Junho
15889.000448/2008-18	1301-001.559	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
19515.721777/2011-09	1301-001.560	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
13888.724255/2012-17	1301-001.561	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	6	Junho
13888.724255/2012-17	1301-001.561	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Junho
13603.720817/2013-83	1301-001.562	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho

17883.000071/2007-00	1301-001.563	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Junho
16327.001915/2008-55	1301-001.564	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Junho
10830.002733/2005-82	1301-001.565	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Junho
10325.001825/2009-89	1301-001.566	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10325.001825/2009-89	1301-001.566	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
18471.001860/2006-83	1301-001.567	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10283.721461/2011-13	1301-001.569	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	6	Junho
10283.721461/2011-13	1301-001.569	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
19515.003053/2010-91	1301-001.571	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Junho
19647.000952/2003-15	1301-001.572	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Junho
10580.720176/2006-55	1301-001.574	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Julho
10650.902305/2009-01	1301-001.575	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Julho
16004.000595/2010-83	1301-001.576	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Julho
10384.720039/2011-02	1301-001.577	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Julho
19515.000534/2010-44	1301-001.579	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	6	Julho
16682.901300/2010-04	1301-001.580	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Julho
10768.029953/98-55	1301-001.581	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Julho
10803.720082/2012-62	1301-001.582	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Julho
10980.726539/2011-11	1301-001.583	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Julho
18471.002360/2008-21	1301-001.584	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Julho

19515.000142/2008-61	1301-001.585	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Julho
19515.003664/2007-33	1301-001.586	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Julho
16327.001271/2006-33	1301-001.587	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Julho
13855.002762/2008-05	1301-001.588	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	8	Julho
15956.000083/2010-03	1301-001.590	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	8	Julho
19515.003136/2010-80	1301-001.591	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Julho
11070.720153/2013-92	1301-001.592	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Julho
16561.000083/2007-04	1301-001.593	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Julho
16561.000083/2007-04	1301-001.593	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Julho
10580.730521/2010-45	1301-001.595	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Julho
10980.723658/2009-05	1301-001.596	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Julho
10283.000705/2007-36	1301-001.597	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	7	Julho
19515.002273/2007-00	1301-001.598	Recurso Voluntário	Provido por maioria	7	Julho
19515.007362/2008-15	1301-001.599	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Julho
19515.001186/2010-22	1301-001.600	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Julho
10920.000957/2001-17	1301-001.601	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
10972.000086/2010-17	1301-001.602	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
13629.004388/2008-48	1301-001.603	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
13629.004388/2008-48	1301-001.603	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
12448.726087/2011-30	1301-001.604	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto

12448.726087/2011-30	1301-001.604	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Agosto
10945.721261/2011-11	1301-001.605	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Agosto
15504.018302/2010-11	1301-001.606	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
15504.018302/2010-11	1301-001.606	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	6	Agosto
13864.720215/2011-93	1301-001.607	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Agosto
11516.720787/2011-05	1301-001.608	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
11516.720787/2011-05	1301-001.608	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Agosto
19515.002335/2008-56	1301-001.609	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Agosto
10425.720712/2013-34	1301-001.610	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Agosto
11516.007242/2008-04	1301-001.611	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Agosto
10283.721236/2008-73	1301-001.612	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
10283.721236/2008-73	1301-001.612	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
16004.720166/2011-15	1301-001.613	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
10950.724081/2013-84	1301-001.614	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
13609.720010/2008-23	1301-001.615	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
10830.016489/2010-01	1301-001.616	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
10830.016489/2010-01	1301-001.616	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Agosto
11610.003491/2003-30	1301-001.617	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
10932.720153/2012-51	1301-001.618	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
19311.000486/2010-81	1301-001.619	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto

19311.000486/2010-81	1301-001.619	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Agosto
10980.001684/2006-28	1301-001.621	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Agosto
13609.720839/2012-11	1301-001.622	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
13609.720839/2012-11	1301-001.622	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
19515.004890/2010-37	1301-001.624	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
10840.720535/2011-23	1301-001.625	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
12571.000351/2010-13	1301-001.626	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
15956.000415/2010-41	1301-001.627	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
19515.005418/2009-88	1301-001.628	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
10480.722843/2012-19	1301-001.629	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
13819.001440/2003-62	1301-001.630	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Agosto
17883.000537/2008-40	1301-001.631	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
18471.002152/2007-41	1301-001.633	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
18471.002152/2007-41	1301-001.633	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	7	Agosto
18471.002946/2003-81	1301-001.634	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
18471.004403/2008-11	1301-001.635	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
18471.001635/2008-17	1301-001.636	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
19515.003129/2006-00	1301-001.637	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Agosto
19515.002803/2006-21	1301-001.638	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
11516.720416/2012-04	1301-001.639	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
11516.720416/2012-04	1301-001.639	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro

11516.006565/2009-53	1301-00 1.640	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Setembro
10650.720873/2012-83	1301-001.641	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10650.720873/2012-83	1301-001.641	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Setembro
13609.720527/2011-18	1301-001.642	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Setembro
19515.722581/2012-12	1301-001.644	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10980.016660/2008-35	1301-001.645	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
18471.000727/2007-91	1301-001.646	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Setembro
16004.720190/2013-16	1301-001.647	Recurso de Ofício	Provido por voto de qualidade	6	Setembro
16004.720190/2013-16	1301-001.647	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10830.012284/2008-23	1301-001.648	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10480.723469/2013-41	1301-001.649	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
19515.001598/2004-14	1301-001.650	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Setembro
12897.000196/2010-54	1301-001.651	Recurso de Ofício	Provido por voto de qualidade	6	Setembro
10680.933400/2009-91	1301-001.652	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Setembro
10735.720048/2006-09	1301-001.653	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
10880.683969/2009-44	1301-01.654	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10880.683971/2009-13	1301-001.655	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10880.904536/2009-38	1301-001.656	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
10830.720004/2009-35	1301-001.657	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
16682.901842/2010-79	1301-001.658	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro



13830.900010/2008-81	1301-001.659	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900012/2008-71	1301-001.660	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900014/2008-60	1301-001.661	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900018/2008-48	1301-001.662	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900032/2008-41	1301-001.663	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900036/2008-20	1301-001.664	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
13830.900181/2006-49	1301-001.665	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
16327.001009/2009-31	1301-001.666	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
16327.001009/2009-31	1301-001.666	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
11831.000330/2001-28	1301-001.668	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
19515.000678/2009-67	1301-001.669	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Setembro
10325.000978/2009-17	1301-001.670	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
16832.000146/2010-82	1301-001.671	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
10320.001356/2009-48	1301-001.672	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
10320.003447/2009-18	1301-001.673	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
10320.003448/2009-62	1301-001.674	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
10320.003449/2009-15	1301-001.675	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
36266.007146/2006-14	1301-001.676	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro
13984.001206/2004-12	1301-001.677	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
19515.003073/2004-13	1301-001.678	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Setembro
19515.003737/2003-63	1301-001.679	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Setembro

19515.001534/2010-61	1301-001.680	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Setembro
10410.724556/2012-69	1301-001.681	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
10280.720141/2007-81	1301-001.682	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Outubro
19515.004429/2010-84	1301-001.683	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
10768.72014012007-64	1301-001.684	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
13807.010848/2002-83	1301-001.685	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
11543.002497/2002-50	1301-001.687	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
13710.001053/2003-34	1301-001.688	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
10380.012954/2006-95	1301-001.689	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
15889.000219/2008-01	1301-001.690	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Outubro
18088.000869/2010-87	1301-001.691	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Outubro
10240.720368/2013-41	1301-001.692	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
10865.001717/2007-37	1301-001.693	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Outubro
10909.001101/2010-16	1301-001.694	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
10183.720122/2007-53	1301-001.695	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
16306.000314/2008-73	1301-001.696	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Outubro
10215.720104/2010-52	1301-001.697	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Outubro
10283.720153/2006-03	1301-001.698	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Outubro
16327.001716/2007-66	1301-001.699	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Outubro

16327.001495/2004-83	1301-001.700	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Outubro
19515.722229/2012-79	1301-001.702	Recurso Voluntário	Provido por maioria	6	Novembro
13727.000081/2003-55	1301-001.703	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
16682.902795/2012-42	1301-001.704	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
13896.912590/2011-91	1301-001.706	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Novembro
19515.722319/2012-60	1301-001.707	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	6	Novembro
11060.000866/2009-79	1301-001.708	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
13708.000627/2003-04	1301-001.709	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Novembro
13609.905856/2009-12	1301-001.710	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
13896.912591/2011-35	1301-001.711	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
15374.907215/2008-48	1301-001.712	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Novembro
15956.720233/2012-52	1301-001.713	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
12448.727859/2011-51	1301-001.714	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Novembro
13888.720465/2012-90	1301-001.715	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	6	Novembro
15586.720413/2012-90	1301-001.716	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
10283.720077/2009-71	1301-001.717	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Novembro
13974.000190/2005-12	1301-001.718	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Novembro
16327.721215/2012-67	1301-001.719	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
12448.724668/2011-37	1301-001.720	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
13808.000802/2002-46	1301-001.721	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
13808.000803/2002-91	1301-001.722	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro

16327.001491/2005-86	1301-001.723	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Novembro
19515.000056/2004-24	1301-001.724	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	6	Novembro
10120.724276/2013-05	1301-001.725	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	6	Novembro
19515.003819/2009-01	1301-001.726	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
19515.003534/2005-39	1301-001.727	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	6	Novembro
12448.731110/2012-99	1301-001.728	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
10865.720288/2008-81	1301-001.729	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
10865.720289/2008-16	1301-001.730	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
10865.720290/2008-51	1301-001.731	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
16561.000091/2006-61	1301-001.732	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
16561.000091/2006-61	1301-001.732	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	6	Novembro
11065.003661/2008-14	1301-001.733	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
10240.002243/2007-98	1301-001.734	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	6	Novembro
15758.000506/2009-80	1301-001.735	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Novembro
18088.000318/2008-07	1301-001.736	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Novembro
19515.722974/2012-18	1301-001.737	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	7	Novembro
16004.000034/2007-89	1301-001.738	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	7	Novembro
18471.000530/2005-90	1301-001.739	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Novembro
18471.000926/2007-07	1301-001.740	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	7	Novembro
18471.000926/2007-07	1301-001.740	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	7	Novembro

**2ªS 1ªC 2ªTO**

<b>Processo nº</b>	<b>Acórdão nº</b>	<b>Tipo de Recurso</b>	<b>Decisão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Mês</b>
19515.001134/2007-51	2102-002.798	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
11618.006042/2008-88	2102-002.799	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
13116.001380/2003-03	2102-002.800	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10280.721837/2009-97	2102-002.802	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Janeiro
11831.000014/2009-11	2102-002.803	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
10855.001229/2006-68	2102-002.804	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Janeiro
10855.001230/2006-92	2102-002.805	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Janeiro
11020.004703/2008-51	2102-002.806	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Janeiro
10880.721648/2011-70	2102-002.807	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Janeiro
10148.001083/2009-80	2102-002.808	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10820.720007/2006-45	2102-002.809	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
10783.720164/2008-14	2102-002.810	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
10783.720165/2008-51	2102-002.811	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
10783.720166/2008-03	2102-002.812	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
11065.005468/2008-18	2102-002.813	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Janeiro
11831.000631/2009-17	2102-002.814	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
11831.001107/2009-55	2102-002.815	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
15540.000077/2009-96	2102-002.816	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro

15540.000077/2009-96	2102-002.816	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10166.720064/2010-71	2102-002.817	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10530.722168/2010-15	2102-002.818	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
11080.721992/2009-22	2102-002.819	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Janeiro
15471.000568/2006-55	2102-002.820	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Janeiro
10680.720507/2010-13	2102-002.821	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10680.720734/2010-31	2102-002.822	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10680.720735/2010-85	2102-002.823	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10680.722407/2010-13	2102-002.824	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10680.722412/2010-26	2102-002.825	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
11065.720387/2007-61	2102-002.826	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	9	Janeiro
11516.001675/2008-48	2102-002.827	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10680.013349/2005-76	2102-002.829	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Janeiro
10950.005932/2010-43	2102-002.831	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10950.005937/2010-76	2102-002.832	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Fevereiro
18471.000065/2007-59	2102-002.833	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
10218.720714/2007-21	2102-002.834	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Fevereiro
11030.001817/2003-15	2102-002.857	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
10325.000593/2009-41	2102-002.835	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
13839.002561/2004-74	2102-002.836	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro

18471.000061/2007-71	2102-002.837	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
18471.000062/2007-15	2102-002.838	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
18471.000063/2007-60	2102-002.839	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
18471.000064/2007-12	2102-002.840	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
10580.728052/2009-61	2102-002.841	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Fevereiro
10930.003372/2008-14	2102-002.842	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Fevereiro
10680.000220/2008-41	2102-002.843	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
13839.002551/2004-39	2102-002.845	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10932.000041/2005-51	2102-002.846	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10865.000393/2004-77	2102-002.847	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
13707.004709/2007-53	2102-002.848	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
18329.000070/2008-96	2102-002.850	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10166.004494/2009-17	2102-002.852	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Fevereiro
10183.720130/2007-08	2102-002.853	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10183.720130/2007-08	2102-002.853	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
19515.000439/2008-26	2102-002.849	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Fevereiro
10825.003092/2005-52	2102-002.855	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
10865.001937/2005-07	2102-002.856	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro

10580.724667/2010-51	2102-002.858	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10980.004453/2009-19	2102-002.859	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Fevereiro
10865.720022/2009-10	2102-002.861	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10909.000787/2004-71	2102-002.862	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Fevereiro
10218.720113/2008-07	2102-002.863	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	9	Março
11080.722683/2009-70	2102-002.864	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
13749.001316/2008-82	2102-002.865	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
10768.008740/99-15	2102-002.866	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por voto de qualidade	9	Março
10530.003989/2008-34	2102-002.867	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
11080.729647/2011-51	2102-002.868	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Março
10935.007656/2010-46	2102-002.869	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
10183.002377/2006-50	2102-002.870	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
19515.000200/2009-37	2102-002.871	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	9	Março
10580.721461/2009-36	2102-002.872	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
11065.000660/2006-56	2102-002.873	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
11080.722381/2011-16	2102-002.874	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Março
10882.002779/2009-10	2102-002.876	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
13653.000027/2009-14	2102-002.877	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março



16024.000268/2009-50	2102-002.878	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	9	Março
10218.000412/2005-71	2102-002.879	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	9	Março
18471.002134/2005-05	2102-002.880	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	9	Março
10410.720808/2009-85	2102-002.881	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
13701.000753/2006-63	2102-002.882	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10680.011033/2008-92	2102-002.883	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10830.002091/2004-31	2102-002.884	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10530.724321/2009-13	2102-002.885	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
10580.722332/2008-84	2102-002.886	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10980.005988/2003-11	2102-002.887	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
11070.002350/2010-83	2102-002.888	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
11065.720565/2010-59	2102-002.889	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10530.723157/2010-52	2102-002.890	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
10980.018177/2008-95	2102-002.891	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
11543.002913/2008-13	2102-002.892	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
10183.005795/2005-18	2102-002.893	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Março
10166.004433/2008-61	2102-002.894	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
11634.000439/2008-68	2102-002.895	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10803.000128/2008-47	2102-002.896	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março

10510.002150/2008-17	2102-002.897	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
10925.000828/2008-55	2102-002.898	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Março
10218.720114/2008-43	2102-002.899	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	9	Março
14041.000156/2005-31	2102-002.900	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	9	Março
10950.002545/2009-11	2102-002.901	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Março
19515.001759/2003-99	2102-002.902	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	9	Março
10980.723902/2009-21	2102-002.903	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Abril
10980.724495/2010-11	2102-002.904	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10166.012190/2005-91	2102-002.905	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10120.005297/2005-18	2102-002.906	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Abril
13748.001852/2008-98	2102-002.907	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10510.003375/99-75	2102-002.908	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10510.721220/2010-54	2102-002.909	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10680.003876/2007-34	2102-002.910	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10640.003589/2010-04	2102-002.942	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10240.001355/2004-89	2102-002.911	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
19740.000161/2007-42	2102-002.912	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
19740.000445/2006-58	2102-002.913	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril

10840.001868/2006-92	2102-002.914	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10680.001699/2004-17	2102-002.915	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10580.009747/2005-16	2102-002.916	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10970.000561/2008-51	2102-002.920	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10783.720273/2008-23	2102-002.921	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Abril
13886.001218/2009-51	2102-002.922	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10070.001793/99-17	2102-002.923	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10680.007309/2007-57	2102-002.924	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10980.002007/2009-70	2102-002.925	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
13054.001776/2008-29	2102-002.927	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	9	Abril
10410.004564/2006-47	2102-002.928	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
13855.003007/2006-78	2102-002.929	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
10183.003979/2006-24	2102-002.930	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
16707.003153/2002-61	2102-002.931	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
10580.725978/2009-02	2102-002.932	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
10580.721318/2007-82	2102-002.933	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10725.003162/2008-43	2102-002.934	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
11516.005878/2007-22	2102-002.935	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
11516.003547/2007-58	2102-002.936	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril

13706.004709/2002-59	2102-002.937	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10580.008024/2006-81	2102-002.938	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10980.720685/2008-37	2102-002.939	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10510.007521/2008-57	2102-002.940	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
11516.006749/2008-32	2102-002.941	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
19515.000834/2007-28	2102-002.943	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
19515.001983/2005-42	2102-002.944	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
10120.010361/2007-36	2102-002.945	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10380.013581/2007-51	2102-002.946	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10580.722756/2009-20	2102-002.947	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
13884.720598/2011-61	2102-002.948	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
11080.723476/2009-32	2102-002.949	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10540.000751/2006-76	2102-002.950	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
11610.010877/2009-93	2102-002.951	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Abril
10283.721265/2008-35	2102-002.952	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10680.723623/2008-61	2102-002.953	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
11080.721023/2010-13	2102-002.954	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
11516.000561/2009-61	2102-002.955	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
13558.000322/2005-17	2102-002.956	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10680.011765/2008-82	2102-002.957	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Abril
13003.000696/2009-32	2102-002.958	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril

13984.001936/2008-39	2102-002.959	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Abril
10580.726134/2009-71	2102-002.960	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Abril
10730.003482/2007-43	2102-002.961	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Maio
13629.000746/2007-62	2102-002.990	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio
13888.001082/2004-55	2102-002.962	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
10935.010226/2008-97	2102-002.963	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10803.000058/2009-16	2102-002.964	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
11618.000213/2005-12	2102-002.965	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
16048.000048/2008-77	2102-002.966	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Maio
16048.000047/2008-22	2102-002.967	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Maio
13706.003467/2006-18	2102-002.969	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio
13974.000180/2005-87	2102-002.970	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
14041.001118/2007-68	2102-002.971	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
15463.000687/2010-93	2102-002.972	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
18471.000662/2005-11	2102-002.973	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio
10166.011633/2001-01	2102-002.974	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10950.001716/2009-95	2102-002.975	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10680.020367/2007-76	2102-002.976	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
13748.000509/2009-15	2102-002.977	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
15463.001863/2009-71	2102-002.978	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio

13708.001905/2005-02	2102-002.979	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
13706.006419/2008-35	2102-002.980	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
13603.721017/2010-37	2102-002.981	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10707.000858/2008-36	2102-002.982	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10675.001639/2008-99	2102-002.983	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Maio
10725.000578/2005-67	2102-002.984	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10675.004315/2004-89	2102-002.985	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Maio
13807.003945/2002-10	2102-002.986	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio
13706.003053/2007-61	2102-002.987	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10283.720593/2007-33	2102-002.988	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
11080.010249/2007-81	2102-002.989	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10630.720347/2007-94	2102-002.991	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Maio
10183.002837/2005-69	2102-002.992	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
10825.000668/2005-20	2102-002.993	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
15463.002725/2009-17	2102-002.994	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio
10830.000096/2009-33	2102-002.995	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
10932.000641/2008-62	2102-002.996	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Maio
15249.000854/2008-16	2102-002.997	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Maio
13738.000639/2008-88	2102-002.998	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Maio

19515.000577/2007-24	2102-002.999	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
19515.000578/2007-79	2102-003.000	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
10680.002539/2006-49	2102-003.013	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10380.725390/2011-11	2102-003.001	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10803.000077/2010-78	2102-003.002	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10283.721238/2008-62	2102-003.003	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Julho
10435.000028/2005-11	2102-003.004	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
10930.001292/2006-54	2102-003.005	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
10680.015129/2008-20	2102-003.014	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
13116.001199/2004-70	2102-003.015	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
13864.000322/2009-87	2102-003.006	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Julho
10830.014991/2010-79	2102-003.017	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10215.720255/2008-96	2102-003.007	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Julho
11080.010712/2008-76	2102-003.008	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
11543.002445/2008-79	2102-003.009	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
13501.000239/2004-12	2102-003.010	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
11516.001679/2008-26	2102-003.011	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
15471.001742/2007-68	2102-003.018	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
11080.004585/2007-95	2102-003.019	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
10580.727314/2009-70	2102-003.020	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Julho

10580.728364/2009-74	2102-003.021	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
13116.001778/2003-31	2102-003.022	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
10820.001758/00-48	2102-003.023	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
13736.001830/2008-67	2102-003.024	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10930.001080/2008-39	102-003.026	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
13736.001135/2008-03	2102-003.027	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
19708.000020/2009-98	2102-003.028	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
11610.005231/2008-11	2102-003.030	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10215.000543/2003-16	2102-003.031	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Julho
11516.001377/2008-58	2102-003.032	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Julho
15586.000867/2010-89	2102-003.033	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10680.723384/2008-40	2102-003.034	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10680.723385/2008-94	2102-003.035	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10580.725978/2009-02	2102-003.036	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10580.721318/2007-82	2102-003.037	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
10540.000330/2009-98	2102-003.038	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10725.000943/2010-09	2102-003.039	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10530.723444/2010-62	2102-003.040	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
10825.000022/2009-76	2102-003.041	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10845.001883/2009-33	2102-003.042	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho



10580.009036/2006-22	2102-003.043	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10830.000097/2009-88	2102-003.044	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
10880.721648/2011-70	2102-003.045	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por maioria	9	Julho
19647.011538/2006-76	2102-003.046	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Julho
13161.720019/2007-50	2102-003.047	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Julho
11080.723368/2009-60	2102-003.048	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Julho
13961.000190/2008-12	2102-003.049	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
10120.005364/2007-58	2102-003.050	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Agosto
10410.006661/2009-17	2102-003.051	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
13805.013264/96-52	2102-003.052	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
10510.002599/2008-85	2102-003.053	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
13749.000871/2008-97	2102-003.054	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
10325.000765/2009-87	2102-003.055	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
10410.721721/2010-69	2102-003.056	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
10920.004129/2010-49	2102-003.057	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
13063.000037/2005-68	2102-003.058	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
13830.001433/2004-93	2102-003.059	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
18471.001038/2007-01	2102-003.060	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
13706.001765/2006-65	2102-003.061	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto

12326.001407/2009-15	2102-003.063	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
10410.721801/2010-14	2102-003.064	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
19515.002767/2006-03	2102-003.065	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Agosto
10768.008739/99-28	2102-003.066	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
10380.030968/99-73	2102-003.067	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Agosto
10972.000171/2008-61	2102-003.068	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
10120.000092/2007-08	2102-003.069	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
10830.000065/2009-82	2102-003.070	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
13116.001955/2008-94	2102-003.071	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
10580.728155/2009-21	2102-003.072	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	9	Agosto
10730.011364/2008-90	2102-003.073	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
10325.000681/98-84	2102-003.074	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
11040.000230/2009-65	2102-003.075	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
10882.002331/2009-04	2102-003.076	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
13133.000047/2008-75	2102-003.077	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
14041.000318/2008-84	2102-003.078	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Agosto
14486.000931/2008-72	2102-003.079	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
13054.001460/2007-56	2102-003.080	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
15521.000201/2006-07	2102-003.081	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
13819.002724/2010-03	2102-003.082	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Agosto
11060.002452/2009-84	2102-003.083	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto

13854.000363/2004-88	2102-003.084	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
13854.000370/2004-80	2102-003.085	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Agosto
11543.003720/2008-71	2102-003.087	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
13894.000251/2009-65	2102-003.088	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
13894.000252/2009-18	2102-003.089	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
11065.001048/2010-87	2102-003.090	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
11065.001049/2010-21	2102-003.091	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
10280.722231/2011-93	2102-003.092	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Setembro
10380.012367/2007-87	2102-003.093	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10120.009415/2007-11	2102-003.094	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10735.002986/2008-87	2102-003.095	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Setembro
19515.000515/2007-12	2102-003.096	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10660.725061/2010-43	2102-003.098	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
15940.000365/2010-71	2102-003.099	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Setembro
11070.000963/2008-61	2102-003.100	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Setembro
10950.721260/2011-06	2102-003.117	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Setembro
10768.048325/93-55	2102-003.101	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10940.720266/2011-77	2102-003.102	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10380.005423/00-16	2102-003.103	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
13984.000750/2007-81	2102-003.104	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro

11080.002621/2005-14	2102-003.106	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
10882.002798/2009-46	2102-003.107	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
11522.001242/2008-11	2102-003.108	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
15169.002680/2014-64	2102-003.109	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10909.002823/2009-46	2102-003.110	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10283.721021/2009-33	2102-003.111	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
13558.000543/2005-95	2102-003.112	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Setembro
10183.720429/2007-54	2102-003.115	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Setembro
10183.720472/2007-10	2102-003.116	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Setembro
13855.001386/2007-42	2102-003.118	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Setembro
10120.010064/2009-52	2102-003.119	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Setembro
10803.000077/2010-78	2102-003.120	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Setembro
19707.000483/2008-89	2102-003.121	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Setembro
10730.003460/2008-64	2102-003.122	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Setembro
10530.722879/2009-56	2102-003.123	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
10680.721359/2010-46	2102-003.124	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Outubro
19515.003298/2004-70	2102-003.125	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Outubro
10840.003487/00-81	2102-003.126	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
10980.008325/2009-44	2102-003.127	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro

19515.004105/2003-17	2102-003.128	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Outubro
13964.001216/2008-10	2102-003.129	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Outubro
10540.001171/2010-82	2102-003.131	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
11845.720003/2011-17	2102-003.132	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
13820.001190/2009-17	2102-003.133	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Outubro
10283.721257/2009-70	2102-003.134	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Outubro
10983.720459/2010-41	2102-003.135	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Outubro
10218.000313/2006-70	2102-003.136	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
10183.720385/2007-62	2102-003.137	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Outubro
10120.724663/2013-33	2102-003.139	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Outubro
11040.000667/2009-07	2102-003.140	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Outubro
11040.000669/2009-98	2102-003.141	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Outubro
10882.001514/2005-71	2102-003.142	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
10882.001514/2005-71	2102-003.142	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
10882.002326/2006-41	2102-003.143	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Novembro
10865.000711/2005-81	2102-003.144	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10920.002873/2004-61	2102-003.145	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
10830.007163/2004-36	2102-003.146	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Novembro

10830.007163/2004-36	2102-003.146	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
19515.003018/2010-71	2102-003.147	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
10280.721405/2011-09	2102-003.148	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
10980.007482/2004-28	2102-003.149	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Novembro
10980.009865/2006-01	2102-003.150	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
11516.002669/2005-65	2102-003.151	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
19515.003353/2009-36	2102-003.152	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
19515.003353/2009-36	2102-003.152	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
13808.000881/2002-95	2102-003.153	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Novembro
10218.720201/2007-10	2102-003.154	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10218.720217/2007-22	2102-003.155	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10218.720232/2007-71	2102-003.156	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10950.720436/2008-07	2102-003.157	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10950.720673/2009-41	2102-003.158	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10950.720674/2009-95	2102-003.159	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10980.729154/2012-96	2102-003.160	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Novembro
10930.001500/2006-15	2102-003.161	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Novembro
13851.001458/2005-20	2102-003.162	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro

10830.003446/2009-13	2102-003.163	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
16306.000206/2008-09	2102-003.164	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
13161.720237/2008-75	2102-003.165	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
11052.000744/2010-15	2102-003.166	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
12963.000428/2010-33	2102-003.167	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
10980.012622/2005-61	2102-003.168	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Novembro
13982.001025/2007-41	2102-003.169	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10845.000421/2001-41	2102-003.170	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Novembro
10830.000204/2007-14	2102-003.171	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10166.010204/2008-85	2102-003.172	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Novembro
10218.720990/2007-99	2102-003.173	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10218.721019/2007-86	2102-003.174	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
13027.000148/2007-72	2102-003.175	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10840.720375/2008-17	2102-003.176	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Novembro
10840.720376/2008-61	2102-003.177	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Novembro
13701.000806/2007-27	2102-003.178	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10540.720112/2007-10	2102-003.179	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Novembro
10540.720113/2007-56	2102-003.180	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Novembro
10540.720114/2007-09	2102-003.181	Recurso Voluntário	Provido por maioria	9	Novembro

10218.720810/2007-79	2102-003.182	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
10120.724569/2013-84	2102-003.183	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Novembro
13149.000022/2007-11	2102-003.184	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Novembro
10980.009250/2004-12	2102-003.185	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	9	Dezembro
10930.001170/2007-49	2102-003.186	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
19515.006352/2009-43	2102-003.187	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
19515.006352/2009-43	2102-003.187	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Dezembro
107680.004738/99-13	2102-003.188	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Dezembro
10882.004788/2008-64	2102-003.189	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
11080.012947/2008-01	2102-003.190	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10665.722324/2012-84	2102-003.191	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10166.018117/2002-81	2102-003.192	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10120.721564/2011-38	2102-003.193	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	9	Dezembro
10830.726853/2012-06	2102-003.194	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10830.726854/2012-42	2102-003.195	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10980.015392/2007-53	2102-003.196	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
11080.009650/2008-50	2102-003.197	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10580.727510/2012-40	2102-003.198	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por maioria	9	Dezembro
10580.727510/2012-40	2102-003.198	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Dezembro



19515.000189/2011-20	2102-003.199	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
19515.000189/2011-20	2102-003.199	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro
10920.721890/2012-19	2102-003.200	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro
11516.000167/2004-19	2102-003.201	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
10940.002394/2008-30	2102-003.203	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro
10980.015673/2008-97	2102-003.204	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
19515.003919/2009-20	2102-003.205	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro
13847.000120/2009-43	2102-003.206	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720190/2008-13	2102-003.207	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Dezembro
13971.720193/2008-49	2102-003.208	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720196/2008-82	2102-003.209	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720197/2008-27	2102-003.210	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720198/2008-71	2102-003.211	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720199/2008-16	2102-003.212	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720207/2008-24	2102-003.213	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13971.720208/2008-79	2102-003.214	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13748.000027/2009-57	2102-003.215	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	9	Dezembro
13749.000203/2009-41	2102-003.216	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro
10218.720091/2008-77	2102-003.217	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	9	Dezembro
10218.721089/2007-34	2102-003.218	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	9	Dezembro
13817.000122/2009-90	2102-003.219	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	9	Dezembro

**2ªS 3ªC 1ªTO**

<b>Processo nº</b>	<b>Acórdão nº</b>	<b>Tipo de Recurso</b>	<b>Decisão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Mês</b>
10830.723332/201116	2301003.859	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	10	Janeiro
10830.723332/201116	2301003.859	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Janeiro
16045.000519/200796	2301003.860	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Janeiro
35170.000174/200275	2301003.861	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Janeiro
35011.002573/200546	2301003.862	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Janeiro
11971.720010/200789	2301003.863	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Janeiro
10865.002400/200807	2301003.864	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Janeiro
13971.001980/200715	2301003.865	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Parcialmente provido por unanimidade	10	Janeiro
10120.005187/200971	2301003.866	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Janeiro
11330.000414/200706	2301003.867	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Janeiro
12045.000485/200789	2301003.868	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
16045.000067/200912	2301003.869	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
16045.000069/200901	2301003.870	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
16045.000391/200841	2301003.871	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Janeiro
16045.000499/200915	2301003.872	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
16045.000502/200909	2301003.873	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro

15504.001033/200758	2301003.874	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Janeiro
16095.000539/200771	2301003.875	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001451/200944	2301003.876	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001452/200999	2301003.877	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001453/200933	2301003.878	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001454/200988	2301003.879	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001455/200922	2301003.880	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001456/200977	2301003.881	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Janeiro
15586.001457/200911	2301003.882	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
10120.003589/200770	2301003.883	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
10510.002780/200972	2301003.884	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	10	Janeiro
10510.002782/200961	2301003.885	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	10	Janeiro
10680.013966/200733	2301003.886	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
17546.000881/200789	2301003.887	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Janeiro
15504.018416/200846	2301003.888	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
15586.001026/200793	2301003.889	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Janeiro
13794.001155/200962	2301003.892	Recurso Voluntário	Parcialmente provedo por unanimidade	10	Janeiro
35488.000315/200529	2301003.894	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro
35488.000316/200573	2301003.895	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Janeiro
15586.001459/200919	2301003.896	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Janeiro

35564.000761/200664	2301003.897	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Janeiro
11444.000760/200707	2301003.898	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Janeiro
16682.720013/201178	2301003.899	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Fevereiro
11516.001816/201047	2301003.900	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro
10830.721815/201178	2301003.901	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro
14098.720044/201355	2301003.902	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
11516.000912/201078	2301003.903	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
11516.000913/201012	2301003.904	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
10970.000583/201035	2301003.905	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro
17460.000545/200786	2301003.906	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Fevereiro
17460.000546/200721	2301003.907	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Fevereiro
18050.003282/200832	2301003.908	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Fevereiro
35377.000645/200733	2301003.909	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
19515.722003/201197	2301003.910	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro
10410.000102/201037	2301003.911	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
10510.003145/200821	2301003.912	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
10510.003146/200876	2301003.913	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
10970.000584/201080	2301003.914	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro

10970.000585/201024	2301003.915	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Fevereiro
11516.003871/201071	2301003.916	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Fevereiro
11516.003872/201016	2301003.917	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Fevereiro
11516.003873/201061	2301003.918	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Fevereiro
10665.001690/201034	2301003.919	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
10680.009798/200781	2301003.920	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
12259.000191/200911	2301003.921	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
12259.000191/200911	2301003.921	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
36266.007318/200641	2301003.922	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Fevereiro
11516.006541/200813	2301003.923	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Fevereiro
14485.000539/200752	2301003.924	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Fevereiro
19647.016105/200879	2301003.925	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
19706.000045/200740	2301003.926	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Fevereiro
36624.000558/200607	2301003.927	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Fevereiro
17546.000486/200704	2301003.928	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
23034.000084/200511	2301003.929	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Fevereiro
10384.005284/200700	2301003.930	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	10	Fevereiro
10166.721372/200981	2301003.931	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Fevereiro
15504.021487/200826	2301003.932	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	10	Fevereiro

15504.021488/200871	2301003.933	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	10	Fevereiro
15504.021489/200815	2301003.934	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Fevereiro
11598.000114/200940	2301003.935	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Fevereiro
15889.000342/200733	2301003.936	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Fevereiro
10580.722912/201096	2301003.939	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
10580.722913/201031	2301003.938	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
16682.720835/201159	2301003.937	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	10	Março
16682.720835/201159	2301003.937	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Março
16327.001349/200881	2301003.941	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Março
17546.000503/200703	2301003.940	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Março
10932.000245/201050	2301003.942	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Março
10580.005484/200738	2301003.943	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
13404.000179/200860	2301003.949	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Março
10380.729157/201116	2301003.944	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
10167.001278/200730	2301003.945	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Março
14041.000451/200831	2301003.946	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Março
14041.000452/200885	2301003.947	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
14041.000453/200820	2301003.948	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Março
18050.003949/200805	2301003.951	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Março

18050.003982/200827	2301003.950	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Março
19647.000125/200828	2301003.953	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
35464.001857/200678	2301003.952	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
10680.723456/201073	2301003.954	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Março
11080.728105/201161	2301003.955	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
11522.001466/200734	2301003.956	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Março
16327.001389/200912	2301003.957	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
16327.001390/200939	2301003.958	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
16327.001391/200983	2301003.959	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
35366.002032/200417	2301003.960	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
35366.002907/200481	2301003.961	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	10	Março
35564.000020/200683	2301003.962	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
36222.000874/200512	2301003.963	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Março
19515.003732/200845	2301003.964	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Março
35464.001501/200120	2301003.965	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Março
35464.001501/200120	2301003.965	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Março
35570.000146/2007-50	2301-003.967	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	10	Abril

10166.721539/2009-11	2301-003.968	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Abril
10166.721542/2009-27	2301-003.969	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Abril
10920.002868/2008-81	2301-003.970	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Abril
11176.000216/2007-64	2301-003.971	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
12259.000152/2008-25	2301-003.972	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
12259.000152/2008-25	2301-003.972	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Abril
10932.000788/2007-71	2301-003.973	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
14474.000270/2007-33	2301-003.974	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Abril
11020.000830/2010-03	2301-003.976	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
16045.000355/2007-05	2301-003.978	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Abril
35564.003855/2006-95	2301-003.977	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
17546.000529/2007-43	2301-003.979	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
11516.006655/2008-63	2301-003.985	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
35464.001395/2003-46	2301-003.980	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
35464.001395/2003-46	2301-003.980	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
17758.000344/2008-24	2301-003.981	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
18471.003932/2008-99	2301-003.982	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril



19515.002805/2008-81	2301-003.983	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19515.002807/2008-71	2301-003.984	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
19311.720399/2011-24	2301-003.986	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720398/2011-80	2301-003.987	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720397/2011-35	2301-003.988	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720396/2011-91	2301-003.989	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720395/2011-46	2301-003.990	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720393/2011-57	2301-003.991	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720394/2011-00	2301-003.992	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720392/2011-11	2301-003.993	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19311.720391/2011-68	2301-003.994	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Abril
19515.720070/2013-39	2301-003.995	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Abril
10166.720033/2010-11	2301-003.996	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Abril
10384.721754/2011-54	2301-003.997	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Abril
19515.721154/2011-28	2301-003.998	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Abril
11065.723442/2011-51	2301-003.999	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
10384.006505/2007-59	2301-004.001	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
10384.006506/2007-01	2301-004.002	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
16020.000089/2007-91	2301-004.003	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19740.000678/2008-12	2301-004.004	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril

19740.000679/2008-67	2301-004.005	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19740.000680/2008-91	2301-004.006	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
10120.000446/2010-10	2301-004.007	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
16095.000647/2009-14	2301-004.008	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
16095.000648/2009-51	2301-004.009	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
16095.000649/2009-03	2301-004.010	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	10	Abril
15889.000323/2010-11	2301-004.011	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
36266.007318/2006-41	2301-004.012	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Abril
19515.005844/2009-11	2301-004.013	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19515.005852/2009-68	2301-004.014	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19515.005855/2009-00	2301-004.015	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19515.005858/2009-35	2301-004.016	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
19515.005861/2009-59	2301-004.017	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Abril
19647.011220/2007-76	2301-004.018	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
35366.003330/2005-13	2301-004.019	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Abril
10640.722231/2013-19	2301-004.022	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Abril
11065.720955/2012-91	2301-004.020	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Maio
11065.720956/2012-35	2301-004.021	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Maio
11065.724154/2011-13	2301-004.023	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	10	Maio

11516.722417/2012-85	2301-004.024	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Maio
10680.723652/2010-48	2301-004.025	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por maioria	10	Maio
11020.002619/2009-83	2301-004.026	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por maioria	10	Maio
19726.001811/2008-36	2301-004.034	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
10140.720626/2013-18	2301-004.035	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Maio
11065.721037/2012-89	2301-004.027	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Maio
10680.723049/2011-47	2301-004.036	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Maio
11557.001710/2008-42	2301-004.037	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
16095.720017/2013-38	2301-004.038	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Maio
16095.720017/2013-38	2301-004.038	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Maio
10803.000158/2008-53	2301-004.029	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
10803.000159/2008-06	2301-004.030	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
10803.000160/2008-22	2301-004.033	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
10803.000163/2008-66	2301-004.031	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Maio
12897.000111/2008-13	2301-004.039	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	10	Maio
19515.720071/2013-83	2301-004.040	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Maio
19515.720110/2013-42	2301-004.032	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Maio

19515.720110/2013-42	2301-004.032	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Maio
14120.000025/2010-31	2301-004.041	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
14120.000030/2010-44	2301-004.042	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Maio
10073.721067/2011-42	2301-004.044	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Maio
35413.001202/2007-86	2301-004.045	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
44000.000913/2006-03	2301-004.046	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Maio
35011.003644/2006-17	2301-004.047	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Maio
35013.000138/2003-03	2301-004.049	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por maioria	10	Maio
16682.720128/2012-43	2301-004.063	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
16682.720449/2012-48	2301-004.051	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Maio
18108.002418/2007-01	2301-004.054	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
18108.002421/2007-17	2301-004.052	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
16682.720691/2011-31	2301-004.053	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
11330.000549/2007-63	2301-004.055	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Maio
16327.720450/2012-11	2301-004.056	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
19515.722023/2011-68	2301-004.057	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Maio

18184.000759/2007-21	2301-004.058	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
36624.002699/2007-37	2301-004.059	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Maio
19647.002770/2010-08	2301-004.060	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Maio
16327.001843/2008-46	2301-004.061	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
16327.001844/2008-91	2301-004.062	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Maio
17460.000393/2007-11	2301-004.064	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Julho
17460.000393/2007-11	2301-004.064	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
17546.001025/2007-41	2301-004.065	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
19311.720142/2012-53	2301-004.067	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
10410.007263/2008-37	2301-004.066	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
10865.002035/2009-11	2301-004.068	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
12045.000415/2007-21	2301-004.069	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Julho
12045.000495/2007-14	2301-004.070	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Julho
12267.000386/2008-73	2301-004.071	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
10167.001378/2007-66	2301-004.072	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Julho
16682.721100/2012-23	2301-004.083	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho

16682.721101/2012-78	2301-004.082	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
10166.720744/2011-76	2301-004.073	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
15504.019878/2009-61	2301-004.074	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Julho
15504.019875/2009-28	2301-004.075	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Julho
15504.019879/2009-14	2301-004.080	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Julho
37172.000644/2006-30	2301-004.076	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Julho
35464.001567/2003-81	2301-004.081	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Julho
35301.003907/2007-03	2301-004.078	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
14474.000057/2007-21	2301-004.079	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
13656.720148/2011-62	2301-004.087	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
15521.000098/2010-73	2301-004.089	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
23034.024055/2003-74	2301-004.085	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
35601.004434/2006-98	2301-004.086	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
15983.000142/2011-99	2301-004.099	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
10865.003670/2009-16	2301-004.090	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
11020.005236/2007-03	2301-004.091	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
15586.000798/2010-11	2301-004.092	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho

15586.000800/2010-44	2301-004.093	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Julho
15586.000801/2010-99	2301-004.094	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
15586.000802/2010-33	2301-004.095	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Julho
15586.000804/2010-22	2301-004.096	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
15586.000805/2010-77	2301-004.097	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
15586.000807/2010-66	2301-004.098	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Julho
13896.721490/2012-38	2301-004.102	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
37091.000335/2005-89	2301-004.103	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	10	Agosto
16682.720109/2012-17	2301-004.104	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Agosto
10830.008270/2009-96	2301-004.105	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
10830.008271/2009-31	2301-004.106	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
10830.008272/2009-85	2301-004.107	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
10830.008273/2009-20	2301-004.108	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
12045.000443/2007-48	2301-004.109	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	10	Agosto
15586.002510/2008-11	2301-004.110	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
16327.720382/2011-18	2301-004.111	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Agosto

10700.000050/2007-38	2301-004.112	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Agosto
19740.720236/2009-77	2301-004.113	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
10073.721763/2012-30	2301-004.114	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Agosto
11176.000216/2007-64	2301-004.115	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Agosto
13118.000222/2006-51	2301-004.116	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Agosto
10950.001770/2007-79	2301-004.117	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
16682.720889/2012-03	2301-004.118	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Agosto
10680.011823/2007-97	2301-004.119	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
14485.001443/2007-10	2301-004.120	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Agosto
13588.000203/2007-79	2301-004.121	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Agosto
15504.016047/2008-57	2301-004.122	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Agosto
10552.000649/2007-12	2301-004.123	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Agosto
11065.002858/2009-17	2301-004.124	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Agosto
11065.002856/2009-28	2301-004.125	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Agosto
11065.002857/2009-72	2301-004.126	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Agosto
35172.001261/2005-72	2301-004.127	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Agosto
37299.007475/2006-32	2301-004.128	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Agosto



10830.010969/2008-35	2301-004.129	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
35601.001930/2007-71	2301-004.130	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Setembro
35601.001930/2007-71	2301-004.130	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
10120.000447/2010-56	2301-004.131	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
16327.721628/2011-61	2301-004.133	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
15504.726332/2011-85	2301-004.135	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
16327.720300/2013-99	2301-004.134	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
10830.720565/2012-30	2301-004.137	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Setembro
10830.720566/2012-84	2301-004.138	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Setembro
12898.000425/2009-97	2301-004.141	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
12898.000474/2009-20	2301-004.140	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
12898.000476/2009-19	2301-004.139	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
10380.003860/2008-97	2301-004.148	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
15586.000853/2008-41	2301-004.149	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Setembro
15504.002109/2010-68	2301-004.150	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
15504.002103/2010-91	2301-004.151	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Setembro
15504.002104/2010-35	2301-004.152	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
15504.002105/2010-80	2301-004.153	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Setembro
15504.002106/2010-24	2301-004.154	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Setembro

15504.002107/2010-79	2301-004.155	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
15504.002108/2010-13	2301-004.156	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Setembro
15504.002308/2010-76	2301-004.157	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Setembro
10510.003144/2008-87	2301-004.158	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
10510.003148/2008-65	2301-004.159	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Setembro
13864.000486/2010-48	2301-004.160	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Outubro
10166.730122/2012-37	2301-004.161	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
11516.720695/2011-17	2301-004.167	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Outubro
15504.727813/2012-99	2301-004.163	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Outubro
15983.000392/2007-42	2301-004.164	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Outubro
15983.000886/2009-99	2301-004.165	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Outubro
15983.000888/2009-88	2301-004.166	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Outubro
15983.000888/2009-88	2301-004.166	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Outubro
18471.001468/2008-04	2301-004.168	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Outubro
18471.001499/2008-57	2301-004.169	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Outubro
19515.000585/2008-51	2301-004.172	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Outubro
10167.001673/2007-12	2301-004.174	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Outubro

18471.000638/2008-25	2301-004.176	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
19515.001429/2010-22	2301-004.178	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Outubro
15983.000377/2010-08	2301-004.179	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
10803.000153/2008-21	2301-004.180	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Outubro
13971.003938/2008-10	2301-004.181	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
13982.000868/2009-91	2301-004.182	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
15885.000235/2007-45	2301-004.183	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Outubro
15892.000462/2007-81	2301-004.184	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Outubro
14367.000436/2009-09	2301-004.185	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Outubro
15983.000711/2007-10	2301-004.187	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Outubro
10166.728777/2011-64	2301-004.188	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Novembro
10166.728779/2011-53	2301-004.189	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Novembro
10830.014952/2010-71	2301-004.190	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
11516.721624/2012-12	2301-004.191	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Novembro
10469.720495/2012-95	2301-004.192	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
10480.722084/2010-14	2301-004.193	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Novembro
10480.722085/2010-69	2301-004.194	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	10	Novembro
10865.720566/2012-87	2301-004.195	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
10872.000131/2010-61	2301-004.196	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Novembro
10920.721362/2012-51	2301-004.197	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Novembro

10920.721364/2012-41	2301-004.198	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Novembro
10120.006445/2010-71	2301-004.199	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
10120.006446/2010-15	2301-004.200	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
10120.006447/2010-60	2301-004.201	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Novembro
10830.014946/2010-14	2301-004.202	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
10830.014949/2010-58	2301-004.203	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Novembro
18108.000333/2007-81	2301-004.204	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
35339.001240/2005-15	2301-004.205	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Novembro
37324.008592/2005-88	2301-004.206	Recurso Voluntário	Provido por maioria	10	Novembro
18213.003778/2009-87	2301-004.207	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
18050.008149/2008-72	2301-004.208	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
15922.000068/2007-49	2301-004.209	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
10882.001560/2010-37	2301-004.210	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
10882.001561/2010-81	2301-004.211	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
10882.001562/2010-26	2301-004.212	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
11330.001062/2007-06	2301-004.213	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
14041.000210/2008-91	2301-004.214	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Novembro
12269.000042/2008-44	2301-004.215	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
10283.000286/2008-13	2301-004.216	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Novembro

10480.722089/2010-47	2301-004.217	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
12448.725700/2011-00	2301-004.218	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Novembro
10166.721569/2011-34	2301-004.222	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Novembro
10480.722090/2010-71	2301-004.223	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Novembro
14333.000064/2010-33	2301-004.224	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
15979.000308/2007-50	2301-004.225	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Novembro
35600.000245/2007-37	2301-004.226	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Novembro
14333.000063/2010-99	2301-004.227	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
16327.001650/2010-18	2301-004.228	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Novembro
16327.001651/2010-54	2301-004.229	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Novembro
10166.721899/2010-49	2301-004.230	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Novembro
10860.720090/2013-13	2301-004.231	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
10435.722148/2012-94	2301-004.232	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Dezembro
11070.721647/2013-94	2301-004.233	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
10410.721627/2013-52	2301-004.234	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Dezembro
36624.014051/2006-22	2301-004.235	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	10	Dezembro
37280.002020/2005-49	2301-004.236	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
37280.002317/2005-12	2301-004.237	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro

10580.725848/2012-67	2301-004.238	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
10932.720148/2012-49	2301-004.239	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
10932.720151/2012-62	2301-004.240	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
10932.000881/2007-86	2301-004.241	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
10932.000900/2007-74	2301-004.242	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Dezembro
23034.000400/95-86	2301-004.244	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
16327.720670/2012-45	2301-004.245	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
13887.000229/2007-42	2301-004.246	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	10	Dezembro
35331.000035/2005-02	2301-004.247	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
35331.001058/2005-26	2301-004.249	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
37280.002219/2006-58	2301-004.248	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
12045.000322/2007-04	2301-004.250	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Dezembro
12045.000479/2007-21	2301-004.251	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Dezembro
14485.000330/2007-99	2301-004.252	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	10	Dezembro
14485.000330/2007-99	2301-004.252	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
14485.000433/2007-59	2301-004.253	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Dezembro
10410.007997/2007-35	2301-004.254	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por voto de qualidade	10	Dezembro

36547.000363/2005-38	2301-004.255	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	10	Dezembro
37183.001254/2005-77	2301-004.256	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
14751.720015/2012-51	2301-004.257	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
16561.720049/2011-28	2301-004.258	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
16561.720050/2011-52	2301-004.259	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
19515.722061/2012-00	2301-004.260	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
19515.722062/2012-46	2301-004.261	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
10467.720375/2010-46	2301-004.262	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
16024.000085/2010-78	2301-004.263	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
16024.000086/2010-12	2301-004.264	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
16024.000087/2010-67	2301-004.265	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	10	Dezembro
37280.001821/2005-97	2301-004.266	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
15586.720532/2013-23	2301-004.267	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
16045.000521/2007-65	2301-004.268	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	10	Dezembro
10140.720433/2013-67	2301-004.269	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	10	Dezembro
23034.008000/2003-17	2301-004.271	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
23034.024663/2001-17	2301-004.272	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro
36624.000531/2005-25	2301-004.273	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	10	Dezembro

**3ªS 2ªC 2ªTO**

<b>Processo nº</b>	<b>Acórdão nº</b>	<b>Tipo de Recurso</b>	<b>Decisão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Mês</b>
15165.002003/2007-57	3202001.042	Recurso de Ofício	Provido por unanimidade	11	Janeiro
13851.001051/2004-11	3202001.043	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
13851.001052/2004-66	3202001.044	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
12749.000233/2009-94	3202001.045	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
12749.000167/2009-52	3202001.046	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
13832.000290/2002-11	3202001.047	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
13832.000291/2002-65	3202001.048	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
13832.000292/2002-18	3202001.049	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
13832.000293/2002-54	3202001.050	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Janeiro
10166.000876/2005-30	3202001.051	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
11128.006281/2003-45	3202001.052	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
10783.920853/2011-14	3202001.053	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
13936.000002/200260	3202001.054	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
10711.003379/201027	3202001.055	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
10711.003512/201045	3202001.056	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
10711.003545/201095	3202001.057	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
10711.003785/201090	3202001.058	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
10711.006988/201038	3202001.059	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro



10711.720027/201111	3202001.060	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Janeiro
15504.721900/201151	3202001.061	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
16327.000537/201015	3202001.062	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
13884.901096/200915	3202001.063	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
10907.000087/200740	3202001.064	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
10735.900744/200851	3202001.065	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
10735.900745/200803	3202001.066	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Janeiro
15374.906514/200946	3202001.067	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
15374.906516/200935	3202001.068	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
15374.906517/200980	3202001.069	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
15374.906518/200924	3202001.070	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
15374.906519/200979	3202001.071	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Janeiro
11128.007172/200698	3202001.073	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	11	Fevereiro
15586.720538/201210	3202001.075	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
15586.720538/201210	3202001.075	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Fevereiro
10980.725831/201035	3202001.076	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	11	Fevereiro
13708.000680/00-47	3202001.077	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
10711.007307/200753	3202001.078	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
13971.002136/200701	3202001.079	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Fevereiro
10907.002558/200835	3202001.085	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	11	Fevereiro
15165.001378/200376	3202001.086	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro

13766.000635/99-65	3202001.087	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
13804.000148/00-69	3202001.089	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
13804.001047/99-81	3202001.081	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Fevereiro
13062.000219/200620	3202001.090	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
10907.000705/200417	3202001.091	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
13804.001212/00-00	3202001.095	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
10805.000034/200424	3202001.093	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Fevereiro
13976.000960/200264	3202001.094	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
11020.000151/200640	3202001.102	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
11020.001578/200916	3202001.103	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
13804.003132/200331	3202001.105	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
10909.003961/200608	3202001.098	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Fevereiro
10980.723377/201169	3202001.099	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	11	Fevereiro
13804.002668/00-70	3202001.100	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
13805.007051/96-37	3202001.097	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
10715.721211/201229	3202001.104	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
10711.721549/201130	3202001.106	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
10711.721826/201112	3202001.107	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
11020.000230/200146	3202001.109	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Fevereiro
13805.010650/96-10	3202001.108	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro
13826.000124/00-15	3202001.110	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Fevereiro

11080.013719/200840	3202001.111	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10831.011104/200452	3202001.112	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10640.900677/200661	3202001.113	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10640.900678/200614	3202001.114	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
13982.720025/201391	3202001.119	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março
14751.720082/201276	3202001.120	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Março
10680.015478/200507	3202001.121	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março
11070.001720/200841	3202001.115	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
11070.001721/200895	3202001.117	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Março
13062.001430/200821	3202001.116	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
13062.001431/200876	3202001.118	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Março
10970.000936/201005	3202001.129	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Março
13811.001959/200159	3202001.122	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
12466.003443/200820	3202001.123	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10120.015089/200861	3202001.124	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10711.005303/200650	3202001.125	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10845.001239/200531	3202001.126	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10845.001253/200535	3202001.127	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
11065.001875/200937	3202001.128	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
10882.000594/200971	3202001.132	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Março
19647.009829/200513	3202001.133	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março

10814.002071/200972	3202001.136	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
11128.000993/201080	3202001.135	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
10880.005605/99-78	3202001.137	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
13603.003856/200855	3202001.138	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março
19515.000127/200499	3202001.139	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
13839.000770/200483	3202001.142	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10140.000423/200330	3202001.145	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
13054.000847/200523	3202001.147	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março
10580.004603/200654	3202001.148	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10580.004700/200647	3202001.149	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
10283.004094/200291	3202001.144	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Março
10283.004094/200291	3202001.144	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Março
10074.001540/200866	3202001.143	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Março
11128.005828/200476	3202001.150	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Março
11128.006060/200458	3202001.151	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Março
10735.002444/97-18	3202001.152	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
13808.004551/98-40	3202001.153	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
10314.011251/200552	3202001.155	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Abril
10660.003371/200627	3202001.165	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril

10660.003370/200682	3202001.166	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
15165.003328/201052	3202001.167	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
19647.003834/200351	3202001.168	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
19647.003835/200303	3202001.169	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
10831.012479/200197	3202001.156	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	11	Abril
11077.000519/200533	3202001.171	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
11968.001031/200831	3202001.157	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
11968.001032/200886	3202001.158	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
11968.001034/200875	3202001.159	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10920.002689/200500	3202001.172	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10494.000667/200906	3202001.173	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
11128.006319/200380	3202001.161	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
15224.000184/200573	3202001.174	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10730.005061/200412	3202001.180	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
10865.001082/200697	3202001.175	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
13054.000846/200589	3202001.176	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
13839.003856/200620	3202001.182	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10508.000406/200477	3202001.183	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10768.009064/200317	3202001.160	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril

13982.000703/200596	3202001.184	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10735.901062/201161	3202001.185	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10735.900749/200883	3202001.186	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10830.001871/200714	3202001.187	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
16327.721516/201291	3202001.178	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Abril
10768.720199/200752	3202001.154	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Abril
13859.000235/200311	3202001.164	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
11128.007290/200604	3202001.188	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	11	Abril
10907.002055/200941	3202001.189	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
10830.006618/200315	3202001.190	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
11128.000283/200240	3202001.191	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Abril
11050.002296/200113	3202001.192	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Abril
13003.000314/200113	3202001.179	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Abril
10831.000853/200969	3202001.194	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	11	Abril
10831.004055/200311	3202001.193	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	11	Abril
16682.720342/2011-19	3202-001.195	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Maio
16682.720342/2011-19	3202-001.195	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10831.004824/2001-19	3202-001.196	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
10074.000195/2007-62	3202-001.197	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Maio

10108.000432/2007-51	3202-001.198	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
11080.012052/2001-91	3202-001.199	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
10783.725349/2011-11	3202-001.200	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
10783.725353/2011-71	3202-001.201	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10783.725356/2011-12	3202-001.202	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10783.725360/2011-72	3202-001.203	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10783.725365/2011-03	3202-001.204	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
15582.720088/2012-03	3202-001.205	Recurso de Ofício	Desprovido por maioria	11	Maio
16327.000553/2008-85	3202-001.206	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10768.101555/2003-19	3202-001.207	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
13897.001272/2003-82	3202-001.208	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
16327.000887/2008-59	3202-001.215	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Maio
16327.000887/2008-59	3202-001.215	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Maio
18471.000474/2006-74	3202-001.210	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	11	Maio
11065.903075/2008-71	3202-001.211	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10940.900864/2006-61	3202-001.212	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10940.900865/2006-13	3202-001.213	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10940.902974/2008-29	3202-001.214	Embargos de Declaração da	Desprovido por unanimidade	11	Maio

		Fazenda Nacional			
16327.720122/2013-04	3202-001.216	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Maio
16327.720122/2013-04	3202-001.216	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
11128.003128/2007-90	3202-001.219	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10920.000409/2005-11	3202-001.220	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
13893.000864/2004-06	3202-001.221	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
13770.000430/2003-11	3202-001.223	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Maio
13227.000945/2008-84	3202-001.224	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Maio
10925.000094/2010-29	3202-001.225	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Maio
15504.010415/2009-34	3202-001.229	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
13808.003488/00-66	3202-001.230	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
10882.001110/2006-68	3202-001.226	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho
10580.004926/2005-67	3202-001.233	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho
10711.000551/2006-12	3202-001.231	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho
13807.011807/2002-12	3202-001.246	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Julho
13820.000563/2001-85	3202-001.247	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Julho
13820.000281/2002-69	3202-001.248	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Julho
10980.011479/2005-90	3202-001.234	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Julho
13851.000705/2005-71	3202-001.235	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
13656.000681/2005-66	3202-001.236	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
10314.004608/2006-27	3202-001.237	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho



12448.723763/2013-85	3202-001.239	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho
10680.010048/2005-91	3202-001.240	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Julho
13811.005905/2002-43	3202-001.232	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
11128.006380/2005-99	3202-001.242	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
10746.720398/2013-67	3202-001.243	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
13819.001780/2003-93	3202-001.245	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
10494.000578/2007-90	3202-001.241	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	11	Julho
11030.001795/2003-93	3202-001.249	Recurso Voluntário	Provido por maioria	11	Julho
13639.000053/2002-46	3202-001.252	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
13832.000281/2002-20	3202-001.253	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
13832.000282/2002-74	3202-001.254	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Julho
10880.025818/84-85	3202-001.255	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Julho
11020.720060/2007-13	3202-001.261	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
11020.720390/2007-09	3202-001.262	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
10940.000078/00-96	3202-001.258	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Agosto
10940.000079/00-59	3202-001.259	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Agosto
10940.000080/00-38	3202-001.260	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Agosto
15254.000095/2009-01	3202-001.263	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
13839.001093/2007-63	3202-001.266	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
10880.020406/99-17	3202-001.267	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto

10880.044861/93-12	3202-001.268	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Agosto
11817.000269/2003-69	3202-001.257	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
19515.008011/2008-21	3202-001.269	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
19515.002194/2009-52	3202-001.270	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
11128.006715/2004-98	3202-001.271	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
10935.720131/2012-61	3202-001.284	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
11128.002365/2007-33	3202-001.272	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
19515.001325/2006-31	3202-001.273	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
19515.001327/2006-21	3202-001.274	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
13808.000614/2001-37	3202-001.275	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
10314.723418/2013-31	3202-001.276	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
11762.720044/2011-15	3202-001.277	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
11060.901721/2011-10	3202-001.278	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Agosto
11060.901722/2011-56	3202-001.279	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
11060.905502/2009-87	3202-001.280	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
11060.905503/2009-21	3202-001.281	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
11060.905505/2009-11	3202-001.282	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Agosto
16327.721437/2012-80	3202-001.265	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
19814.000316/2006-59	3202-001.283	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
11128.007556/2005-20	3202-001.291	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
10882.000579/97-37	3202-001.287	Recurso de Ofício	Provido por unanimidade	11	Agosto

15889.000439/2007-46	3202-001.293	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Agosto
10983.720583/2013-59	3202-001.285	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Agosto
10218.000463/2005-01	3202-001.292	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
10768.003808/2006-24	3202-001.290	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
13603.720062/2007-79	3202-001.286	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Agosto
10980.013035/99-15	3202-001.295	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13802.000776/97-88	3202-001.296	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Setembro
10611.720363/2011-91	3202-001.297	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Setembro
10611.720432/2011-67	3202-001.298	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
16327.721421/2012-77	3202-001.294	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Setembro
12466.004067/2006-29	3202-001.305	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
10825.000362/2007-35	3202-001.301	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
13811.003847/2001-32	3202-001.308	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13748.000436/2003-68	3202-001.309	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Setembro
13804.006318/2003-41	3202-001.310	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13657.000519/2005-38	3202-001.311	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13839.004257/2006-23	3202-001.312	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13819.002568/2003-43	3202-001.314	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13827.000222/2002-21	3202-001.315	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
13827.000223/2002-75	3202-001.316	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro

13888.724481/2012-06	3202-001.317	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Setembro
10980.724768/2012-81	3202-001.303	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
10980.724768/2012-81	3202-001.303	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Setembro
10665.721803/2011-01	3202-001.319	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
10510.722385/2012-13	3202-001.320	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
16327.002245/2003-80	3202-001.302	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
12466.003898/2009-26	3202-001.322	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
10380.006259/2002-61	3202-001.323	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Setembro
11128.003299/2002-12	3202-001.324	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	11	Setembro
18471.002201/2004-01	3202-001.318	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
13312.720011/2006-31	3202-001.326	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Setembro
18471.004030/2008-70	3202-001.328	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	11	Setembro
11516.003294/2004-70	3202-001.300	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Setembro
10283.008845/00-88	3202-001.329	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Outubro
10935.720131/2012-61	3202-001.330	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	12	Outubro
11060.003471/2008-47	3202-001.331	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Outubro
10830.006540/2002-58	3202-001.332	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10830.004684/98-22	3202-001.333	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10715.000014/2010-19	3202-001.334	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro

13888.002604/2003-55	3202-001.335	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
10209.000370/2006-68	3202-001.337	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10283.002468/2005-86	3202-001.338	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
10611.002022/2010-50	3202-001.339	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
10283.001726/2004-26	3202-001.340	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
12689.001984/2006-37	3202-001.341	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	12	Outubro
10907.001799/2005-14	3202-001.342	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11128.003026/2007-74	3202-001.343	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11128.003029/2007-16	3202-001.344	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11128.007287/2006-82	3202-001.345	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11128.007288/2006-27	3202-001.346	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
19740.000659/2008-96	3202-001.353	Recurso de Ofício	Provido por voto de qualidade	12	Outubro
19679.010699/2003-22	3202-001.347	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
15165.003328/2010-52	3202-001.348	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	12	Outubro
16095.000656/2010-31	3202-001.349	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
16327.001451/2002-91	3202-001.350	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
16327.720417/2012-91	3202-001.351	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	12	Outubro
10980.000514/2007-15	3202-001.354	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10980.003827/2007-17	3202-001.355	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11011.000755/2007-86	3202-001.356	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	12	Outubro

10980.013470/2008-66	3202-001.357	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
19647.008037/2008-74	3202-001.358	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10830.002559/00-93	3202-001.359	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
10830.011403/2007-40	3202-001.360	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
13805.003575/96-86	3202-001.364	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
13805.003575/96-86	3202-001.364	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
10882.000970/2005-01	3202-001.365	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Outubro
12719.000469/2007-16	3202-001.366	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
16327.001496/2003-47	3202-001.367	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
11128.004417/2004-63	3202-001.361	Recurso Voluntário	Provido por maioria	12	Outubro
11080.007948/2008-25	3202-001.362	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10218.000118/2005-69	3202-001.368	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	12	Outubro
10675.001627/98-40	3202-001.369	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
11065.903075/2008-71	3202-001.370	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
19515.001087/2004-01	3202-001.371	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
13819.002615/2002-78	3202-001.372	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Outubro
12466.003153/2009-67	3202-001.373	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Outubro
10715.001369/2006-31	3202-001.375	Recurso de Ofício	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
12466.000035/2011-11	3202-001.378	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro

10768.720149/2007-75	3202-001.379	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
10768.908242/2006-29	3202-001.380	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
10768.908244/2006-18	3202-001.381	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
11613.000232/2010-56	3202-001.382	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
11613.720174/2011-61	3202-001.383	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
11128.004683/2003-13	3202-001.384	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
11080.735931/2012-48	3202-001.385	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
11080.735931/2012-48	3202-001.385	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	12	Novembro
10814.727147/2011-91	3202-001.386	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
10831.003287/2001-90	3202-001.387	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
11065.722249/2011-01	3202-001.389	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	12	Novembro
11128.002812/2005-92	3202-001.390	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
12466.002712/2010-55	3202-001.391	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
19515.006227/2008-52	3202-001.392	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
11041.000475/2005-59	3202-001.393	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
10680.725299/2010-31	3202-001.394	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	12	Novembro
10665.003382/2008-29	3202-001.395	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10880.004336/2004-79	3202-001.396	Recurso Voluntário	Provido por maioria	12	Novembro
19515.004672/2010-01	3202-001.397	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	12	Novembro

19515.003662/2010-40	3202-001.398	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	12	Novembro
10805.900802/2008-75	3202-001.399	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
10508.000118/2004-12	3202-001.400	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10730.720001/2008-49	3202-001.401	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10840.911275/2009-89	3202-001.402	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
10314.004833/2003-11	3202-001.403	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	12	Novembro
10980.901545/2010-82	3202-001.408	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.902783/2008-91	3202-001.409	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.902812/2008-14	3202-001.410	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.902928/2008-53	3202-001.411	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.903061/2008-53	3202-001.412	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.903063/2008-42	3202-001.413	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.903275/2008-20	3202-001.414	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.903312/2008-08	3202-001.415	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10980.938476/2009-29	3202-001.417	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
16561.000067/2009-75	3202-001.404	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
11020.720887/2012-86	3202-001.405	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10283.001616/2004-64	3202-001.406	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
19515.001723/2004-96	3202-001.418	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	12	Novembro
10830.001841/2006-19	3202-001.420	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10830.001844/2006-52	3202-001.421	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro



10517.720001/2012-50	3202-001.422	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10980.723575/2013-94	3202-001.419	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10980.723575/2013-94	3202-001.419	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Dezembro
11020.909050/2009-89	3202-001.424	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Dezembro
11020.909051/2009-23	3202-001.425	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Dezembro
11020.909052/2009-78	3202-001.426	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	
11020.909053/2009-12	3202-001.427	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Dezembro
11128.003816/2002-45	3202-001.428	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Dezembro
16004.720373/2011-61	3202-001.429	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10280.720360/2011-47	3202-001.440	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
13005.000624/2007-11	3202-001.441	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Dezembro
12466.000091/2009-31	3202-001.430	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.002503/2008-97	3202-001.435	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.002653/2008-09	3202-001.436	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.002933/2008-17	3202-001.437	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.003180/2008-59	3202-001.431	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.003304/2007-15	3202-001.438	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.003423/2008-59	3202-001.439	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.003935/2008-15	3202-001.432	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.004846/2008-96	3202-001.433	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro
12466.003969/2008-18	3202-001.434	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	11	Dezembro

11020.003107/2010-78	3202-001.442	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10830.720078/2007-18	3202-001.443	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
11128.000769/2004-40	3202-001.423	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	11	Dezembro
13888.000076/2006-42	3202-001.444	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10240.721364/2011-19	3202-001.445	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10980.722248/2010-72	3202-001.446	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10980.001649/2008-71	3202-001.447	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	11	Dezembro
10980.002101/2006-86	3202-001.448	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro
10980.901544/2010-38	3202-001.449	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	11	Dezembro

### 3ªS 4ªC 2ªTO

Processo nº	Acórdão nº	Tipo de Recurso	Decisão	Presidente	Mês
10983.721006/2012-01	3402002.278	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Janeiro
10983.721008/2012-92	3402002.275	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Janeiro
10983.721009/2012-37	3402002.276	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Janeiro
10983.721011/2012-14	3402002.277	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Janeiro
10983.722367/2011-86	3402002.279	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Janeiro
11065.001456/2009-03	3402002.281	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933033/2009-26	3402002.282	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933034/2009-71	3402002.284	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933035/2009-15	3402002.288	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933036/2009-60	3402002.287	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro

10680.933037/2009-12	3402002.286	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933038/2009-59	3402002.285	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933039/2009-01	3402002.283	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
13836.000023/98-11	3402002.289	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
10140.003416/2003-90	3402002.290	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Janeiro
11762.720045/2011-60	3402002.280	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.933032/2009-81	3402002.291	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
19647.012881/2005-57	3402002.292	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Janeiro
11080.929218/2009-68	3402002.294	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11080.934369/2009-38	3402002.296	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11080.934370/2009-62	3402002.297	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11080.934371/2009-15	3402002.295	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10166.001062/2002-70	3402002.298	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
10845.001015/2002-87	3402002.293	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
13502.000822/2002-51	3402002.299	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11831.001517/2001-49	3402002.300	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
11831.003071/2002-78	3402002.301	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11831.003074/2002-10	3402002.302	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11831.003803/2002-20	3402002.303	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
14751.002927/2008-61	3402002.304	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro

10925.000387/2008-91	3402002.312	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Janeiro
10925.000818/2007-39	3402002.313	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Janeiro
10680.008075/2006-84	3402002.306	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
10680.019988/2007-15	3402002.314	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Janeiro
13851.001210/2006-40	3402002.315	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
11831.003931/2002-73	3402002.316	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Janeiro
11831.005075/2003-71	3402002.307	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Janeiro
11040.900316/2009-90	3402002.308	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11040.900318/2009-89	3402002.309	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11040.900885/2008-54	3402002.310	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
11040.900886/2008-07	3402002.311	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Janeiro
13807.000097/99-49	3402002.320	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Fevereiro
13807.002837/00-60	3402002.321	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Fevereiro
13807.009430/00-91	3402002.322	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Fevereiro
13808.000233/94-59	3402002.323	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
13808.000300/96-14	3402002.324	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
11516.002969/99-44	3402002.325	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
11543.004265/00-21	3402002.319	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Fevereiro
13805.005440/95-47	3402002.326	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Fevereiro

10730.005806/2002-73	3402002.317	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Fevereiro
11065.906702/2008-26	3402002.327	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Fevereiro
10935.000209/2003-37	3402002.330	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
13971.901155/2010-18	3402002.331	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
13005.001269/2009-51	3402002.333	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Fevereiro
12897.000006/2010-07	3402002.335	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
10945.006159/2007-14	3402002.337	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
10945.006162/2007-20	3402002.338	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
11516.006651/2008-85	3402002.341	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
13971.900804/2008-31	3402002.342	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Fevereiro
13971.900868/2008-31	3402002.343	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Fevereiro
16327.001697/2004-25	3402002.344	Recurso Voluntário	Provido por maioria	14	Março
10830.720124/2007-71	3402002.346	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	14	Março
10380.721030/2010-60	3402002.347	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	14	Março
10480.721537/2013-38	3402002.348	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	14	Março
16349.000277/2009-88	3402002.361	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	14	Março
10840.002697/2006-19	3402002.349	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	14	Março
10850.000896/2004-10	3402002.350	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	14	Março
15374.724402/2009-79	3402002.352	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	14	Março

16095.000429/2010-13	3402002.353	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	14	Março
16707.000888/2002-33	3402002.354	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	14	Março
19515.000043/2005-36	3402002.355	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	14	Março
18471.002264/2003-78	3402002.356	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	14	Março
18471.002264/2003-78	3402002.356	Recurso Voluntário	Provido por maioria	14	Março
11080.723095/2009-53	3402002.357	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	14	Março
11762.720090/2012-03	3402002.358	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	14	Março
13839.003993/2006-64	3402002.359	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	14	Março
10840.002699/2006-16	3402002.360	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	14	Março
10314.724447/2012-30	3402-002.362	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Abril
10480.010765/2001-45	3402-002.363	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Abril
10692.000014/2008-00	3402-002.364	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Abril
10835.002687/2002-29	3402-002.365	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Abril
10314.722282/2011-81	3402-002.366	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Abril
10314.724115/2012-55	3402-002.367	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Abril
10830.000543/2002-88	3402-002.368	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Abril
10805.002748/2002-13	3402-002.369	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Abril
11065.001315/2004-78	3402-002.370	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Abril

10675.001876/2007-79	3402-002.373	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Abril
10675.001946/00-14	3402-002.375	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	13	Abril
13896.000266/2003-18	3402-002.376	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Abril
11065.004333/2004-10	3402-002.371	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Abril
11065.004335/2004-09	3402-002.372	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Abril
13052.000660/2001-16	3402-002.377	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Abril
10380.013395/2002-15	3402-002.378	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
13896.000359/2001-81	3402-002.379	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Maio
13898.000652/2002-17	3402-002.380	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
10480.900244/2009-39	3402-002.381	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
10480.908695/2009-14	3402-002.382	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
11128.003846/98-12	3402-002.383	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
19679.008899/2003-15	3402-002.384	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Maio
16327.001590/2002-15	3402-002.385	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Maio
13971.000351/2003-36	3402-002.386	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
13706.003527/96-51	3402-002.387	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Maio
10240.001800/2009-15	3402-002.388	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Maio
13652.000154/2005-91	3402-002.389	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
10840.002658/2005-31	3402-002.390	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	13	Maio

10850.907855/2009-52	3402-002.391	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	13	Maio
13890.000012/2002-79	3402-002.393	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
10830.006019/2003-00	3402-002.394	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Maio
13302.000070/2001-02	3402-002.395	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Maio
13603.000570/00-16	3402-002.398	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.001855/00-93	3402-002.399	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.000238/2002-68	3402-002.401	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.000627/2001-11	3402-002.402	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.001118/2001-05	3402-002.403	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.001411/2002-45	3402-002.404	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
13603.001618/2001-39	3402- 002.405	Recurso Voluntário	Desprovido por maioria	13	Julho
10980.006461/2001-42	3402-002.406	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Julho
13827.001007/2010-57	3402-002.396	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Julho
10380.001875/00-56	3402-002.407	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
13807.008194/00-02	3402-002.408	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
10480.012335/98-74	3402-002.397	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Julho
10680.021821/99-44	3402-002.409	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
10074.001213/2009-95	3402-002.410	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10675.000352/2008-41	3402-002.418	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Julho
10680.901211/2009-50	3402-002.411	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho



10830.006473/2002-71	3402-002.423	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10209.000187/2004-09	3402-002.412	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10325.001096/2003-75	3402-002.413	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
10950.003635/2007-68	3402-002.414	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
13804.005444/2003-89	3402-002.424	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Julho
10882.001489/2002-82	3402-002.419	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10480.907459/2008-08	3402-002.422	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10480.907460/2008-24	3402-002.421	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10909.004068/2010-78	3402-002.420	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10935.000029/2003-55	3402-002.425	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
11080.009450/2003-92	3402-002.426	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
11516.720034/2013-53	3402-002.427	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Julho
19679.003741/2003-59	3402-002.430	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
19679.003742/2003-01	3402-002.431	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Julho
10380.009929/2004-62	3402-002.415	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	13	Julho
10611.003438/2009-51	3402-002.416	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Julho
16561.720124/2012-31	3402-002.417	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
10920.004341/2008-91	3402-002.432	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Julho
19647.000820/2003-85	3402-002.433	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Julho
16561.720079/2012-15	3402-002.444	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Agosto

10580.100113/2007-69	3402-002.449	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10830.000276/2009-15	3402-002.450	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10830.009610/2009-04	3402-002.451	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10830.010600/2008-22	3402-002.452	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
11080.722757/2009-78	3402-002.435	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722758/2009-12	3402-002.436	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722759/2009-67	3402-002.437	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722760/2009-91	3402-002.438	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722778/2009-93	3402-002.439	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722779/2009-38	3402-002.440	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722809/2009-14	3402-002.441	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722810/2009-31	3402-002.442	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
11080.722811/2009-85	3402-002.443	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
10805.721926/2013-53	3402-002.434	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10805.721926/2013-53	3402-002.434	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Agosto
10830.006678/2001-76	3402-002.446	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Agosto
10830.007210/2002-80	3402-002.447	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Agosto
10840.001342/2001-06	3402-002.453	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Agosto
10314.001260/2003-73	3402-002.445	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10935.720994/2011-58	3402-002.454	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
19647.020471/2008-22	3402-002.448	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
13808.001056/95-81	3402-002.458	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Agosto

15586.720113/2011-20	3402-002.459	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10920.000463/2003-02	3402-002.457	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Agosto
10805.001199/2003-32	3402-002.456	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Agosto
10314.720418/2011-18	3402-002.460	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Agosto
10830.007899/2001-61	3402-002.455	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Agosto
10882.002788/2004-04	3402-002.462	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Agosto
10630.901527/2008-56	3402-002.463	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Agosto
10580.002632/2008-43	3402-002.464	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Agosto
10580.002114/2005-87	3402-002.465	Recurso Voluntário	Desprovido por voto de qualidade	13	Agosto
10925.000307/2009-89	3402-002.466	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
16682.720055/2013-71	3402-002.467	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Agosto
10920.000601/98-44	3402-002.468	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Setembro
10120.723744/2012-35	3402-002.469	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Setembro
11065.000819/2010-19	3402-002.481	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Setembro
10314.002169/2002-94	3402-002.474	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Setembro
11050.000651/2002-09	3402-002.475	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
11050.000653/2002-90	3402-002.476	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
11050.001006/2002-03	3402-002.477	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
11762.720046/2013-76	3402-002.478	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Setembro

10830.006700/2003-40	3402-002.482	Recurso Voluntário	Provido por voto de qualidade	13	Setembro
10675.000975/2002-29	3402-002.483	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
11610.020290/2002-16	3402-002.479	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
13839.720505/2012-25	3402-002.484	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
13709.000629/2003-85	3402-002.480	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
10882.000880/2007-74	3402-002.485	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Setembro
19515.005873/2009-83	3402-002.486	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
11020.907481/2008-20	3402-002.488	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
11020.907482/2008-74	3402-002.489	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
11020.907483/2008-19	3402-002.492	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
11020.907484/2008-63	3402-002.491	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
11020.908142/2008-61	3402-002.490	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
13603.001064/2003-31	3402-002.493	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
12897.000031/2009-49	3402-002.494	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Setembro
10925.000265/2008-03	3402-002.495	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Setembro
10925.000385/2008-01	3402-002.496	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Setembro
10925.000820/2007-16	3402-002.497	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Setembro
10875.909392/2009-85	3402-002.498	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
10875.910765/2009-61	3402-002.499	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
10875.910767/2009-50	3402-002.500	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro

10875.910975/2009-59	3402-002.501	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Setembro
19515.001372/2006-85	3402-002.502	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Setembro
10283.008830/2002-80	3402-002.503	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
10650.000571/2003-02	3402-002.504	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
10920.001556/2002-65	3402-002.505	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro
10640.001360/2001-36	3402-002.506	Embargos de Declaração do Contribuinte	Provido por unanimidade	13	Outubro
11065.002800/2002-05	3402-002.507	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
13807.008459/00-37	3402-002.508	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro
10830.011860/2008-15	3402-002.509	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
11543.005778/2002-64	3402-002.510	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
13706.001924/2003-89	3402-002.511	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
13909.000124/2001-01	3402-002.515	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
13974.000199/2003-61	3402-002.516	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
10166.003498/2004-65	3402-002.517	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro
10882.720555/2010-27	3402-002.513	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Outubro
13807.006666/2001-27	3402-002.518	Embargos de Declaração da Fazenda Nacional	Provido por unanimidade	13	Outubro
13839.001964/2002-34	3402-002.521	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Outubro
11128.007278/2006-91	3402-002.522	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro

18471.000883/2003-28	3402-002.523	Embargos de Declaração do Contribuinte	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro
10384.004368/2006-37	3402-002.524	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
11080.722727/2009-61	3402-002.525	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Outubro
11080.722728/2009-14	3402-002.526	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Outubro
13708.001479/2004-18	3402-002.527	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
10680.015653/2004-77	3402-002.528	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
10865.002050/2008-71	3402-002.519	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
11020.002718/2009-65	3402-002.529	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Outubro
11516.001589/2007-54	3402-002.530	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Outubro
16682.720005/2013-93	3402-002.520	Recurso Voluntário	Provido por maioria	13	Outubro
10680.915581/2009-74	3402-002.531	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
10680.915582/2009-19	3402-002.532	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
10680.915583/2009-63	3402-002.533	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
10680.915584/2009-16	3402-002.534	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
10680.916282/2009-57	3402-002.535	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
16682.720519/2011-87	3402-002.536	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
10283.003956/2004-20	3402-002.537	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Novembro

13708.000069/96-89	3402-002.538	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
10314.004142/2003-17	3402-002.539	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
16045.000016/2007-11	3402-002.540	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Novembro
10830.720005/2013-66	3402-002.552	Recurso Voluntário	Provido por unanimidade	13	Novembro
10840.004300/2002-08	3402-002.553	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Novembro
10845.001015/2002-87	3402-002.554	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
16327.000529/2010-61	3402-002.555	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
10680.010679/2006-91	3402-002.556	Embargos de Declaração do Contribuinte	Desprovido por unanimidade	13	Novembro
10830.720033/2008-16	3402-002.557	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Novembro
10120.006619/2002-95	3402-002.558	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10120.005889/2005-21	3402-002.559	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro
10925.721819/2013-69	3402-002.560	Recurso Voluntário	Parcialmente desprovido por voto de qualidade	13	Dezembro
10840.000414/2005-13	3402-002.562	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10840.000920/2005-11	3402-002.563	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10840.003555/2004-15	3402-002.564	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10840.003063/2004-11	3402-002.565	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
11065.724885/2013-21	3402-002.561	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro

10280.003594/2006-69	3402-002.566	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10280.003595/2006-11	3402-002.567	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10280.003596/2006-58	3402-002.568	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
10925.001118/2002-57	3402-002.569	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro
10925.000823/2007-41	3402-002.570	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por maioria	13	Dezembro
16024.000110/2010-13	3402-002.572	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro
16024.000254/2009-36	3402-002.573	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro
13888.005521/2008-22	3402-002.574	Recurso Voluntário	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro
13971.001150/2007-80	3402-002.575	Recurso Voluntário	Parcialmente provido por unanimidade	13	Dezembro
19515.001197/2007-15	3402-002.576	Recurso de Ofício	Desprovido por unanimidade	13	Dezembro